



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS

LARISSA JÚLIA PALUDO

O INIMIGO INTERNO QUE AMEAÇA A NAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE
ALTERIDADE NOS DISCURSOS DE JAIR MESSIAS BOLSONARO

ERECHIM

2020

LARISSA JÚLIA PALUDO

**O INIMIGO INTERNO QUE AMEAÇA A NAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE
ALTERIDADE NOS DISCURSOS DE JAIR MESSIAS BOLSONARO**

Dissertação de mestrado, apresentada para o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre Interdisciplinar em Ciências Humanas, sob orientação do Prof. Dr. Gérson Wasen Fraga.

ERECHIM

2020

LARISSA JÚLIA PALUDO

O INIMIGO INTERNO QUE AMEAÇA A NAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE ALTERIDADE
NOS DISCURSOS DE JAIR MESSIAS BOLSONARO

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, para obtenção do título de Mestre Interdisciplinar em Ciências Humanas, defendido em banca examinadora em
30/07/2020

Orientador: Prof. Dr. Gérson Wasen Fraga - UFFS

Aprovado em: 30/07/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mairon Escorsi Valério – UFFS

Prof^ª. Dr^ª. Alessandra Gasparotto - UFPEL

ERECHIM – RS, julho de 2020

À memória de todos aqueles que lutaram contra a ditadura militar, o autoritarismo e todas as formas de opressão. Pela liberdade e por uma sociedade mais justa. Ser resistência sempre!

AGRADECIMENTOS

Como afirma, reiteradamente, Valter Hugo Mãe, em seus livros, o paraíso são os outros. É fundamental ressaltar essa perspectiva, ou melhor, esse modo de ser e estar no mundo porque essa pesquisa fala sobre o outro. E antes de passar às questões propriamente científicas do texto, nada mais justo do que expressar o meu carinho por aqueles que tanto ajudaram nessa construção.

O primeiro e mais importante agradecimento é aos meus pais, Sidnei e Teresinha Paludo, que nunca tiveram oportunidade de sentar em um banco de universidade, mas sempre lutaram para que eu pudesse fazê-lo. Imensamente obrigada pelo zelo e pela dedicação, vocês são incríveis.

Uma mensagem de carinho ao meu orientador, professor Gérson Fraga, um docente que respira a educação emancipatória. Um sujeito antifascista (importante que se diga, nestes tempos), sempre aberto ao diálogo e cheio de ótimas referências acadêmicas e culturais. Agradeço-o pela paciência e atenção com que me ajudou a conduzir esse processo, especialmente no período em que estive licenciado das atividades docentes para um projeto de pós-doutoramento. Agradeço-o, sobretudo, por me ensinar uma das coisas mais valiosas que esse mestrado me trouxe: minha autonomia como pesquisadora.

Ao agradecer o professor Gérson, estendo as menções a todos os professores do PPGICH, em especial aos docentes Mairon Valério (UFFS) e Alessandra Gasparotto (UFPel) pelas contribuições feitas na banca de qualificação. Agradeço também aos servidores da secretaria de pós-graduação, sempre sensíveis às demandas, e, com carinho, aos colegas de mestrado, pelas discussões, desabafos e tantos cafés nos intervalos.

Um salve aos meus amigos, que tornaram esse processo mais leve e ofereceram uma companhia para um café em dias difíceis ou de comemoração. Neste momento (de peste), o coronavírus segregou os afetos físicos, deixando a saudade e o carinho na memória. Por fim, um agradecimento à Patrícia Miréia Garzella, pelas incontáveis horas de discussões, cafés, invenções gastronômicas, literatura e por ter me ensinado a olhar e experimentar o tempo de outra maneira. Amo você.

Todos nascemos filhos de mil pais e de mais mil mães, e a solidão é sobretudo a incapacidade de ver qualquer pessoa como nos pertencendo, para que nos pertença de verdade e se gere um cuidado mútuo. Como se os nossos mil pais e mais as nossas mil mães coincidissem em parte, como se fôssemos por aí irmãos, irmãos uns dos outros. Somos o resultado de tanta gente, de tanta história, tão grandes sonhos que vão passando de pessoa a pessoa, que nunca estaremos sós.

- Valter Hugo Mãe, em O Filho de Mil Homens

RESUMO

Esta dissertação apresenta um estudo sobre alteridade a partir da análise dos discursos de Jair Messias Bolsonaro, selecionados entre 2018 e 2019. Para tanto, a metodologia utilizada é a Análise de Discursos, a partir dos estudos de Orlandi (2015), pela corrente peuceutiana de estudos da linguagem. O trabalho traz as discussões referentes ao campo dos nacionalismos e das identidades, procurando referenciar como essas compreensões se transformaram ao longo dos últimos séculos e como a questão vem sendo elaborada pelas Humanidades do século XXI. Após o referencial teórico, é apresentada a Doutrina da Segurança Nacional (DSN), que estabelece uma visão dicotômica entre Nação e comunismo. A perspectiva ou projeto político da Doutrina é tomado como Formação Ideológica dos enunciados de Bolsonaro. Na análise, são identificadas quatro formações discursivas que perpassam as falas analisadas do político. A primeira FD é a noção de que há um inimigo interno a ser combatido, que é o comunismo; a segunda FD, a partir da ideia de inimigo, é a descrição de um cenário marcado pelo caos, pela degradação moral e crise político-econômica; a terceira FD é a ideia de que, em virtude desse cenário, a Nação precisa ser salva; por fim, a última FD é a representação da identidade militar e como ela está relacionada à figura do salvador da Nação.

Palavras-chave: Jair Messias Bolsonaro. Alteridade. Nacionalismo. Inimigo. Doutrina da Segurança Nacional.

ABSTRACT

This dissertation presents a study of alterity based on the analysis of the speeches of Jair Messias Bolsonaro, selected between 2018 and 2019. For this purpose, the methodology used is Discourse Analysis, based on the studies by Orlandi (2015), by the peuceutian current of studies of language. The work brings the discussions referring to the field of nationalisms and identities, seeking to reference how these understandings have been transformed over the last centuries and how the question has been elaborated by the Humanities of the 21st century. After the theoretical framework, the National Security Doctrine is presented, which establishes a dichotomous vision between Nation and communism. The political perspective of the Doctrine is taken as Ideological Formation of Bolsonaro's statements. In the analysis, four discursive formations (FD) are identified on the analyzed speeches of the politician. The first FD is the notion that there is an internal enemy to be fought, which is communism; the second FD, based on the idea of an enemy, is the description of a scenario marked by chaos, moral degradation and political and economic crisis; the third FD is the idea that, because of this scenario, the Nation needs to be saved; finally, the last FD is the representation of military identity and how it is related to the figure of the nation's savior.

Keywords: Jair Messias Bolsonaro. Alterity. Nationalism. Enemy. National Security Doctrine.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	17
1 NACIONALISMO, IDENTIDADE, DIFERENÇA	22
1.1 EMBATES PARADIGMÁTICOS: APROXIMAÇÕES COM O NACIONALISMO	23
1.2 O CONCEITO.....	26
1.3 ANTES DO ESTADO-NAÇÃO, O NACIONALISMO	28
1.4 UMA TRADIÇÃO INVENTADA	31
1.5 GLOBALIZAÇÃO E NACIONALISMO	34
1.6 IDENTIDADE E DIFERENÇA.....	37
2 HÁ UM INIMIGO QUE AMEAÇA A NAÇÃO	42
2.1 1960: A AMEAÇA COMUNISTA ANTES DO GOLPE	43
2.2 DSN E O INIMIGO A ELIMINAR	47
2.3 FANTASMA DO COMUNISMO, O TRAIADOR DA NAÇÃO.....	55
2.4 O ESPÍRITO MILITAR: A FORMAÇÃO NA AMAN	58
2.4.1 Militares versus civis	60
2.5 CAPITÃO E POLÍTICO JAIR BOLSONARO	61
2.5.1 Capitão Bolsonaro: a carreira militar	62
2.5.2 Revista Veja e problemas disciplinares	63
2.5.3 Vida política e a troca de legendas	65
3 ESSA BANDEIRA JAMAIS SERÁ VERMELHA: OS DISCURSOS DE BOLSONARO	68
3.1 QUEM NOS SALVARÁ? (ENTREVISTAS AO RODA VIVA E AO JN)	70
3.1.1 Não foi golpe, tá ok? (A entrevista ao Roda Viva)	70
3.1.2 “Mantive a minha linha” (Entrevista ao JN)	78
3.2 NOSSA BANDEIRA JAMAIS SERÁ VERMELHA (DISCURSO DE POSSE).....	82
3.3 BRASIL À BEIRA DO SOCIALISMO (DISCURSO NA ONU).....	85
3.4 OS ELEMENTOS DA FORMAÇÃO IDEOLÓGICA DA DSN	88
3.5 O DISCURSO SOBRE O OUTRO (OU INIMIGO)	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96

INTRODUÇÃO

É comum que a Nação, em alguns momentos mais do que em outros, seja objeto de disputa retórica. Foi o que se viu acontecer no cenário brasileiro da segunda década do século XXI, no Brasil. Mais precisamente a partir de 2013, quando as ruas foram tomadas por manifestações populares. Os primeiros protestos eram contra o aumento das passagens de ônibus e foram denominados como “Jornadas de Junho”¹. Nos anos seguintes, com as eleições presidenciais, o clima político mudou e a polarização das manifestações, tanto nas ruas quanto nas redes sociais, foi se intensificando. As reivindicações de grupos e partidos de direita desaguararam nos pedidos pelo impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2015. As passeatas e painéis do “Fora Dilma” foram marcados pela utilização de alguns símbolos que representam o Brasil, como a bandeira nacional, a camisa da seleção brasileira e uso das cores verde e amarelo nas vestimentas.

Essas características dos protestos são dignas de nota uma vez que ajudam a contextualizar a disputa retórica que se estabeleceu sobre a Nação e que daria o caldo das eleições presidenciais de 2018, sobretudo dos discursos utilizados pelo candidato Jair Messias Bolsonaro, que sairia eleito presidente da República. Naquele momento, em 2015, a ex-presidenta e o Partido dos Trabalhadores (PT) eram acusados de ter afundado o país em corrupção (acusações estas movidas pela midiaticização da operação Lava Jato²) e em uma crise econômica e, para setores ainda mais conservadores, ao cenário que se estendia à degradação moral da família e das tradições.

Ir às ruas, ou aparecer nas janelas e sacadas usando as cores da bandeira, naquele momento “as cores do Brasil”, e gritar “Fora Dilma” ou “Fora PT”, era uma forma de, intersubjetivamente, dizer: “faço isso pela Nação”. Como se o país precisasse ser salvo desse conjunto de atores políticos e do que eles representam. Neste discurso, algo que já vinha sendo

¹ O fenômeno das Jornadas de Julho de 2013 e as manifestações políticas que vieram nos anos seguintes ainda são pautas e debates recentes no âmbito de estudos acadêmicos. Pela complexidade dos movimentos, eles não são analisados no âmbito desta pesquisa e são citados em tom introdutório a fim de contextualizar e elucidar inquietações que despertaram o interesse pelo tema desta dissertação.

² A Lava Jato foi uma operação de combate à corrupção desencadeada pela Polícia Federal e Ministério Público Federal em 2014, que trouxe a público uma série de atos ilícitos envolvendo empresas privadas (empresárias) e agentes públicos. A Operação ganhou destaque na mídia e se tornou um escândalo político. Para saber mais sobre a midiaticização da Operação Lava Jato, ver: MENDES, Rayssa Pereira do Nascimento, **Petrobrás e o cenário de crise atual: a construção de um escândalo político midiático**. 2018. 85 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/21180/2/Rayssa%20Pereira%20do%20Nascimento%20Mendes.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2020.

gestado desde 2013 ia se intensificando: a polarização política (ROSA, 2019). Ou o que Jason Stanley (2018) chama de política do “nós/eles”. Nós contra eles.

As manifestações levariam, de fato, ao impeachment da ex-presidenta. Na análise de Rosa (2019), a acusação feita ao PT como responsável pela corrupção e por todo o conjunto de males e problemas existentes no Brasil motivou a ascensão de narrativas conservadoras e negacionistas. No cerne desta retórica está a ideia de que havia um complô armado por “esquerdistas” ou “comunistas” que buscava destruir os valores morais da família, subverter a ordem econômica vigente e, por fim, destruir a Nação.

Três anos depois, em 2018, o militar reservista e político Jair Messias Bolsonaro lançou sua candidatura ao cargo de Presidente da República. Bolsonaro foi o deputado federal que, em abril de 2015, evocou a memória da Ditadura Militar durante seu voto, na sessão que decidia o prosseguimento da denúncia pelo impeachment de Dilma:

Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família, pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim (BOLSONARO, 2016).

Político que passou a ganhar destaque nas alas conservadoras da sociedade brasileira a partir de 2013, Bolsonaro é um reservista do Exército Brasileiro, defensor da ditadura militar de 1964, que foi deputado federal por 28 anos consecutivos. Ao longo da vida política, se notabilizou por declarações machistas, racistas e lgbtfóbicas. O seu “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, do discurso de impeachment de 2015, virou bordão de campanha em 2018.

Durante o período eleitoral, em setembro, Bolsonaro, então candidato pelo PSL, levou uma facada enquanto fazia comício, na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, fato esse que o retirou dos debates políticos, segundo sua equipe, por “orientações médicas”. Mesmo sem ter participado dos debates, em outubro, ele venceu nas urnas, com 57,7 milhões de votos, derrotando o candidato petista Fernando Haddad. A descrição destes fatos políticos é trazida aqui porque está relacionada à eleição de Bolsonaro, cujos discursos constituem o objeto de pesquisa, e à ascensão destes grupos neoconservadores nacionalistas, uma vez que o político traz essas duas características muito latentes em suas falas.

A emergência deste discurso como estratégia ou projeto político no Brasil justifica a produção científica e a necessidade de a academia voltar sua atenção para estas questões sociais. A abordagem que venho propor aqui é em relação à alteridade. A questão do outro parece fundamental no que diz respeito à retórica nacionalista porque se o outro não é a nação ele só pode ser estrangeiro, uma ameaça à nação, ou a anti-nação. Os conflitos e disputas são tensionadas, nesse sentido, quando o outro está nos mesmos limites geográficos, fala o mesmo idioma, compartilha costumes, é parte da mesma comunidade. Quando isso acontece, parece haver uma ruptura. Antes de aprofundar sobre os objetivos desta pesquisa, gostaria de contar sobre um episódio cujas inquietações me fizeram refletir sobre alteridade e que ajudam a ilustrar as inquietações iniciais deste texto.

23 de março de 2018. Uma caravana do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva³ estava marcada para cumprir agenda em Passo Fundo, norte do Rio Grande do Sul. Porém, naquele dia, Lula não conseguiria entrar na cidade. Eu e um colega, repórteres de um jornal impresso, acordamos cedo e seguimos rumo a Ronda Alta, cerca de setenta quilômetros de distância. No pequeno município iniciariam as atividades do petista. Por lá, tudo tranquilo. O clima era de cumplicidade e alegria pela visita de Lula e Dilma⁴ em uma propriedade rural. No local, a família anfitriã preparou um café da manhã aos dois ex-presidentes. Por volta das onze horas, com material pronto, partimos de volta para casa. Depois de uma parada para o almoço, chegamos a Passo Fundo por volta das treze horas.

Quando estávamos quase entrando na cidade, pela RS-324, estrada que liga Passo Fundo a Pontão, as máquinas agrícolas e caminhonetes, estacionadas aos dois lados da pista, começaram a compor o cenário de manifestações. O trânsito já era lento nesse momento. Com um lado da pista bloqueado, policiais da Brigada Militar, com seus batalhões de choque, andavam pelo local para impor respeito e autoridade. Os donos daqueles carros e tratores não permitiriam o acesso do ex-presidente e de sua comitiva a Passo Fundo. Agiram como se possuíssem a chave que dá acesso ao município e como se, na condição de donos, poderiam

³ Metalúrgico e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil. Venceu duas eleições presidenciais, em 2002 e 2006. Foi investigado e acusado de corrupção na Operação Lava Jato. Foi julgado culpado e preso, pela Polícia Federal, em 7 de abril de 2018.

⁴ Sucessora de Lula na presidência da República. Venceu as eleições em 2010 e em 2014. Em 2015, foi protocolado contra ela, um pedido de impeachment, na Câmara dos Deputados. O processo correu e em 2016 ela foi deposta do cargo, dando lugar ao vice-presidente da chapa, Michel Temer.

permitir ou negar passagem a alguém. Em poucas horas, antes que a caravana pudesse chegar, o trânsito já estava bloqueado.

O ápice do movimento foi quando os veículos foram lançados sobre a pista e pneus incendiados. Neste momento, houve reação dos policiais militares, algo, até então, não esperado pelos manifestantes antipetistas. Na metade da tarde, diante do bloqueio dos manifestantes, a caravana do ex-presidente desistiu de tentar entrar na cidade e cancelou o ato político em Passo Fundo. “Vitória” do grupo adversário, cujas manifestações eram agressivas a tudo o que se opusesse a eles e sua ideologia.

Em resumo, o dia foi marcado por gritaria, tumulto e, sobretudo, autoritarismo. É importante destacar que a imprensa que cobria o protesto em momento algum disse ou discordou de alguma fala ou atitude do grupo, porém não escapou de “vaia”, críticas e chegou a ser alvejada com ovos – que os manifestantes portavam juntos para o caso de o ônibus com o petista passar pelo local. O grupo, em sua maioria, usava camisetas e adereços com os símbolos nacionais, como a Bandeira do Brasil e camisetas da seleção brasileira de futebol. Havia, porém, outra figura política desenhada nas camisetas que chamava atenção: o então deputado federal Jair Messias Bolsonaro.

O episódio descrito acima traz algumas das motivações iniciais dessa pesquisa e ajuda a contextualizar a discussão que venho propor aqui, sobre nacionalismo e alteridade. Além desse fato – que traz reflexões sobre como olhar para o outro, que não necessariamente é estrangeiro em termos de Estado, mas o é no plano da disputa política –, a figura de Bolsonaro, em si, diz muito sobre alteridade.

Lançado como candidato à Presidência da República pelo Partido Social Liberal (PSL)⁵ nas eleições gerais de 2018 – que culminaria com sua vitória nas urnas, no segundo turno – Bolsonaro é militar da reserva e ocupou cadeira no parlamento brasileiro por sete mandatos consecutivos, sendo o deputado federal mais votado no Rio de Janeiro no processo eleitoral de 2014. Filho de Perci Geraldo Bolsonaro e Olinda Bonturi Bolsonaro, ele nasceu em 21 de março de 1955, em Glicério – mas foi registrado em Campinas – São Paulo. Ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras, a AMAN, na turma de março de 1974. Concluiu o curso de formação de oficiais três anos mais tarde. Em 1983 formou-se na Escola de Educação Física do Exército. Ganhou destaque nacional em 1986, quando publicou um artigo na revista Veja

⁵ Quando a pesquisa estava em processo de elaboração, em meados de novembro de 2019, Jair Bolsonaro tem um desentendimento com membros do partido e anuncia a saída do PSL. Até o momento de conclusão do estudo, o já presidente estava em processo de criação de um novo partido, o “Aliança pelo Brasil”.

falando sobre o salário dos cadetes da AMAN. Foi o primeiro de uma série de episódios de indisciplina de Bolsonaro no Exército (MONTEIRO; SOUSA; SILVA, 2019).

Durante sua trajetória política, Bolsonaro adotou algumas “bandeiras” pessoais como a flexibilização do acesso às armas, o combate ao petismo e ao marxismo (o que ele e seus apoiadores consideram uma ameaça ao país) e a “defesa da família tradicional”. Antes mesmo de se lançar candidato ao posto no Executivo, já colecionava declarações de intolerância e ataques pessoais a outros personagens políticos do país e a jornalistas. Ele já disse a Maria do Rosário⁶, à época deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que não a estupraria porque ela não merecia, durante uma discussão entre ambos, nos corredores da Câmara dos Deputados, em 2003. Essa declaração foi apenas uma entre tantas que ganharam manchete nos jornais brasileiros. Já afirmou que o “grande erro da ditadura militar foi torturar e não matar”⁷. Quando a pauta é polícia militar, Bolsonaro já se posicionou sobre o Massacre do Carandiru. “A PM deveria ter matado 1.000 e não 111 presos no massacre do Carandiru. [...] A Polícia Militar perdeu uma grande oportunidade de matar 1.000, perdeu a oportunidade de fazer uma limpa na vagabundagem desse país” (CORONEL..., 1997). Em diversas ocasiões deu declarações homofóbicas e machistas. Já disse que se enxergasse dois homens na rua se beijando, bateria. Também já chamou jornalistas mulheres de analfabetas e disse que usava o dinheiro que recebia de auxílio-moradia como deputado para “comer gente”.

Nas eleições, Bolsonaro se colocou como o defensor da Nação. Quando tomou posse, em janeiro de 2019, ele discursou dizendo que seu governo ia acabar com as divisões existentes no país e governaria para todos, sem discriminação. Minutos depois, ele reforçou algo já dito em campanha, de que seria preciso livrar o país do socialismo/comunismo e da “ideologização”. Ao fim, pega a bandeira do Brasil e diz: “Essa é a nossa bandeira, que nunca será vermelha”, em alusão ao socialismo/comunismo.

O amplo campo de significados que podem e são atribuídos intersubjetivamente à noção de nacionalismo exigem uma conceituação ou ao menos uma discussão científica. Falar em

⁶ Pelo episódio, Maria do Rosário ingressou com um processo na Justiça, contra Bolsonaro. Ele foi condenado, em todas as instâncias, a pagar indenização para ela. Mais em: OLIVEIRA, Mariana. Ministro do STF mantém decisão que mandou Bolsonaro indenizar Maria do Rosário em R\$ 10 mil. **G1**. Brasília, 19 fev. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/02/19/ministro-do-stf-mantem-decisao-que-mandou-bolsonaro-indenizar-maria-do-rosario.ghtml>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

⁷ Elogios à ditadura militar foram proferidos mais de uma vez por Bolsonaro, segundo fontes jornalísticas. Mais em: JAIR Bolsonaro: “Erro da ditadura foi torturar e não matar”. **Revista Fórum**. 08 jul. 2016. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/jair-bolsonaro-erro-da-ditadura-foi-torturar-e-nao-matar/>> Acesso em 06 jul. 2019.

nação ou sentimento nacionalista virou trivial e não é difícil que o termo caia em armadilhas do senso comum. Como disse Hobsbawm (2013), nação é um daqueles conceitos que todos sabem o significado até que são questionados sobre. Por um lado, há os elementos objetivos que tentam caracterizar uma Nação, sejam eles língua, etnia, território, etc. E há, ainda, os elementos intersubjetivos, ou seja, o sentimento de pertencimento a determinada nação, ou o que Benedict Anderson (2008) chamou de *comunidade imaginada*. Esse termo revela algo mais. Ao caracterizar como ‘imaginada’, ele derruba a ideia de que a Nação é algo dado, natural, fixo. Trata-se de uma invenção social moderna.

Diante disso, a compreensão de nação que trago aqui vem de uma convergência de significados: não se pode desprezar o conjunto de elementos objetivos, sejam eles quais forem, ao passo que também não se pode ignorar as características subjetivas, afinal uma comunidade precisa se entender enquanto nação. Há ainda outro significado, trazido por Ernest Gellner (1983), ao qual nacionalismo é, em suma, uma teoria da legitimidade política, dentro da qual os limites étnicos de um estado não podem separar os detentores do poder/governantes do restante da população. A brecha de Gellner permite que seja explorada outra questão fundamental no estudo dos nacionalismos: a noção de unidade política.

Segundo Hobsbawm (2013), que recorreu à filologia para demonstrar por meio do conjunto de significados que o nacionalismo é uma invenção moderna, há dois momentos, a partir do século XVIII, de compreensões distintas sobre o que significa a nação. O primeiro, elencado ao surgimento do movimento, de cunho revolucionário – onde pode ser citada a Revolução Francesa – e o segundo descrito como significado moderno, ou *princípio de nacionalidade*. É a partir do segundo momento que a ideia de “una e indivisa” é atribuída à nação. Característica inerente, a unidade, por sua vez, revela a necessidade de se discutir a Nação a partir do viés da alteridade. A unidade e o outro. A unidade a partir do outro. Ao delimitar o projeto de nação, se estabelecem fronteiras “imaginadas” e sempre há quem não caiba em tal projeto.

A nação já foi pauta de intelectuais, escritores, juristas, médicos que se viam imbuídos da missão de promover uma identidade nacional e ditar qual e como seria o futuro do país (SCHWARCZ, 1993). No propósito de atribuir características ao povo e “dar uma cara” e uma cor à Nação, estes grupos flertaram largamente com ideias eugênicas, higienistas e racistas no início do século XX. Atividade essa de atribuir valores em conformidade com a ‘raça’ que estiveram intimamente ligados com um entendimento específico de nacionalismo: o essencialista.

Por essa compreensão, a Nação é um conjunto de elementos que possui um apelo natural, ancestral, imutável e duradouro. Essa forma de caracterização do que é o nacionalismo e a Nação é importante porque é ela que orienta o pensamento e funcionamento da estrutura militar do Estado, já que são eles os responsáveis pela defesa da pátria. Em função deste dever, as Forças Armadas também possuem uma relação íntima com a política, ainda que complexa. Por um lado, como afirma Rouquié (2015), os militares se enxergam como capacitados para opinar sobre os rumos e o que é o melhor para o país, uma vez que são responsáveis pela manutenção da defesa nacional. Por outro, as instituições militares pregam, em seus interiores, a necessidade de um distanciamento da política, uma vez que esse é um campo essencialmente corrupto e o Exército seria marcado pela integridade, respeito às hierarquias, e assim por diante.

Apesar das contradições, a relação dos militares com a política foi ficando mais estreita ao longo do século XX até a década de 1960, quando eles colocaram em prática uma intervenção no Estado e se mantêm no poder por 21 anos. O golpe civil-militar, de 31 de março de 1964, no Brasil, integra uma série de ditaduras que foram implantadas no Cone Sul da América Latina. No contexto da Guerra Fria e do conflito polarizado entre Estados Unidos e União Soviética, estes governos autoritários foram fortemente influenciados por um conjunto ideológico que é caracterizado, no campo das ciências humanas e, sobretudo da História, como Doutrina da Segurança Nacional (ROUQUIÉ, 2015).

A DSN, que possui algumas divergências a depender da linha e do autor que a conceitue, tem como frente de atuação principal justamente a luta contra o comunismo. Para colocar em prática tal objetivo – ou seja, eliminação do inimigo – a DSN se utiliza de uma série de mecanismos no plano ideológico que funcionam de maneira integrada com ações de repressão política. Jorge Tapia Valdés (1980), um dos autores que mapeou tal ideologia, a descreve como uma nova configuração da geopolítica, que deixa de utilizar a geografia para fins de política e relações internacionais e se detém no controle social da população. A estratégia para legitimar que um governo ditatorial e golpista se mantenha no poder é criar uma espécie de cenário caótico cujo país sucumbe às ameaças subversivas e cuja única alternativa de sobrevivência do sistema político-econômico vigente é pelas mãos dos militares no comando da Nação. Colocando o regime neste posto, de única possibilidade de atuação, cria-se uma justificativa para a utilização de práticas como a repressão, a violência, a tortura, o desaparecimento e a morte de lideranças políticas contrárias – ou de esquerda.

Valdés (1980) aponta que nessa necessidade de limitar o inimigo interno e destruí-lo, as Forças Armadas, que, muitas vezes, não sabiam as diferenças conceituais entre diferentes frentes de atuação de esquerda, acabaram caracterizando uma série de movimentos como

comunistas e os perseguindo. Porém, essa concepção não é unanimidade. Isso porque, além da possibilidade de haver confusão nos termos pelo corpo de militares, para a DSN, ou seja, para os pensadores e responsáveis pela doutrina, deixar o conceito de inimigo interno flexível é uma estratégia que beneficia as Forças Armadas no seu objetivo que é conter os movimentos contraditórios ao regime – sendo comunistas ou não.

Há ainda, uma perspectiva que aponta raízes da Doutrina da Segurança Nacional (DSN) no Brasil ainda no século XIX. Maria Helena Moreira Alves (1984) traz essa concepção e faz uma análise do que chama de Doutrina da Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND) - que além da questão da segurança interna e do anticomunismo, aborda a relação da ideologia com o desenvolvimento econômico – a partir do material escrito deixado pelo general Golbery do Couto e Silva, considerado o teórico exponencial desta escola de pensamento. A autora define a ideologia como “um instrumento utilizado pelas classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não-democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente” (ALVES, 1984, p. 23)

Diante destas discussões teóricas, que em um primeiro momento envolvem nacionalismo e, posteriormente, se relacionam com as bases ideológicas anticomunistas da DSN e que influenciaram os rumos do Brasil após o golpe de 1964, o objetivo da pesquisa é fazer uma análise dos discursos políticos de Jair Bolsonaro, em um espaço temporal de pouco mais de um ano, com a finalidade de identificar a representação da alteridade, ou seja, do que é o “outro” do discurso. Para isso, foram selecionados cinco discursos, de três ocasiões distintas. O primeiro momento é durante o período pré-eleitoral e de campanha, em que são analisadas as entrevistas concedidas ao programa Roda Viva, da TV Cultura, em 30 de julho de 2018, e a concedida ao Jornal Nacional, da TV Globo, na noite de 28 de agosto de 2018. Os discursos de posse (no Congresso Federal e no Palácio do Planalto) de Bolsonaro à frente da Presidência da República, em 1 de janeiro compõem o segundo momento de análise. Por fim, o último discurso analisado é o proferido durante abertura da 74ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, ocorrido em Nova York, em 24 de setembro de 2019.

A justificativa do recorte foi a análise dos discursos em diferentes ocasiões políticas. Ou seja, durante a campanha eleitoral, no discurso de posse e, por último, como presidente já há alguns meses. O objetivo é verificar se há uma constância dos elementos analisados na dissertação ao longo deste período e nas diversas situações. O discurso da ONU foi escolhido por ter sido um dos maiores de Bolsonaro como presidente até o momento de seleção e elaboração do presente trabalho e por ter relação com a pesquisa, uma vez que Bolsonaro dá ênfase à questão do inimigo durante a fala.

Trata-se, portanto, de uma leitura dos discursos políticos que traz inferências sobre o conjunto de significados que tal discurso nacionalista produz em termos de sentido e os efeitos ao outro. Para tanto, a pesquisa utiliza como método a Análise de Discurso (AD) nos moldes estruturados por Eni Orlandi, teórica brasileira e, por sua vez, filiada à matriz pecheutiana de estudos da linguagem. Como tal método prevê uma relação sujeito/linguagem/história e desta conexão emerge a formação ideológica como responsável pela formação de sentido, é preciso fazer outra conexão teórica para compor o dispositivo analítico: a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e a herança da ideologia disseminada pelos militares durante a ditadura de 1964. A questão nacionalista também precisa ser discutida e compreendida para auxiliar no trabalho de percorrer o discurso de Bolsonaro além da superfície, chegando ao não-dito e às questões de memória e esquecimento que o discurso carrega consigo. Para descrever a estrutura da pesquisa e o recorte, antes é preciso aprofundar em algumas questões metodológicas e evidenciar alguns pontos a fim de evitar mal-entendidos.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A escolha da metodologia está relacionada à afinação desta corrente teórica com as minhas intenções e meu discurso-realidade. A proposta desta pesquisa é desenvolver um projeto interdisciplinar. Importante lembrar que a teoria que dá sustentação ao método da AD é oriunda de três campos do conhecimento: Psicanálise, Linguística e Marxismo (materialismo histórico) (ORLANDI, 2015). É desta ligação que surge a conexão sujeito/linguagem/história que constitui a teoria da AD. Além de tal teoria ter marcado uma ruptura com o conhecimento do século XIX, os estudos do discurso são constituídos, na sua essência, por uma interdisciplinaridade.

Trazendo para o âmbito da pesquisa, a interdisciplinaridade é necessária para viabilizar o estudo dos discursos. A conexão entre os estudos do nacionalismo e da Doutrina da Segurança Nacional (DSN), cuja ideologia – antimarxista e anticomunista – se acentuou durante o período de ditadura militar dão a sustentação histórica e ideológica para investigação do discurso de Bolsonaro e da relação com o outro, em termos ideológicos, de modo que essas duas teorias compõem o dispositivo analítico da pesquisa da AD.

A ideologia pode ser lida de formas distintas no meio acadêmico, a depender da filiação teórica do pesquisador. Pelo amplo quadro de possibilidades de significação, é relevante traçar uma discussão sobre o modo como o conceito é empregado nesta pesquisa. Ao longo da história, desde suas primeiras abordagens no início da modernidade, falar em ideologia prevê, pelo

menos, duas formas de interpretação do conceito. O primeiro é uma descrição de um conjunto ou sistema de pensamentos. O segundo é uma análise ou avaliação – em geral depreciativa – de um conjunto ou estado de coisas (THOMPSON, 2011). Autor que trabalha o conceito pela perspectiva da influência da cultura e dos meios de comunicação de massa, Thompson entende que:

O conceito de ideologia pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas – que eu chamarei de “relações de dominação”. Ideologia, falando de maneira mais ampla, é sentido a serviço do poder. Consequentemente, o estudo da ideologia exige que investiguemos as maneiras como o sentido é construído e usado pelas formas simbólicas de vários tipos, desde as falas linguísticas cotidianas até às imagens e aos textos complexos. Ele exige que investiguemos os contextos sociais dentro dos quais essas formas simbólicas são empregadas e articuladas. Ele requer que perguntemos se – e, se este for o caso, como – o sentido é mobilizado pelas formas simbólicas em contextos específicos, para estabelecer e sustentar relações de dominação. A distintividade do estudo da ideologia está na última questão: ele exige que perguntemos se o sentido, construído e usado pelas formas simbólicas, serve ou não para manter relações de poder sistematicamente assimétricas (THOMPSON, 2011, p. 16).

Essa relação de sentido, ou seja, “os usos sociais das formas simbólicas” (THOMPSON, 2011, p. 18), evita que se caia em uma tendência de pensar a ideologia como distorções da realidade. O conceito, dentro da Análise do Discurso, é compreendido como sendo a ideologia “a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (ORLANDI, 2015, p. 44). Há um distanciamento da concepção marxista na sua essência de que a ideologia é ocultamento, ou seja, como um conjunto de representações utilizado como dominação e que mascara ou esconde a verdadeira realidade (CHAUÍ, 2008). Até porque, “não há, aliás, realidade sem ideologia. Enquanto prática significante, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido” (ORLANDI, 2015, p. 46).

Neste sentido, o objetivo da AD é:

compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real sentido. A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender. (ORLANDI, 2015, p. 24).

Para a AD, há três etapas de análise: o discurso, a formação discursiva e a formação ideológica. Todo o discurso está dentro de uma formação discursiva que por sua vez, representa

na linguagem, uma formação ideológica (ORLANDI, 2015). De modo que, além da análise do material bruto, cujo objetivo é adentrar nas camadas do discurso até chegar à sua formação ideológica, as pesquisas já começam com o exercício metodológico logo na escolha e delimitação do objeto, ou *corpus*. Isso porque o discurso não é fechado e não tem fim. Ao selecionar o que será analisado, o pesquisador já está aplicando a análise do discurso. Já está fazendo seu recorte desta realidade.

É necessário esclarecer, antes de passar adiante, que a partir desse recorte não se tem a pretensão de esgotar o discurso de Bolsonaro e sua ideologia, o que seria verdadeiramente impossível, afinal, como afirmam algumas correntes filosóficas: o outro é infinito, não há como esgotá-lo. Como alerta Orlandi (2015), todo discurso não tem nem ponto de partida, nem fim definitivo. Trata-se, portanto, de lançar luz sobre a questão e propor uma reflexão.

A postura adotada nesta pesquisa vem no sentido de trazer novas possibilidades e contribuições para o debate sobre o nacionalismo, a alteridade e também a memória de ideologias oriundas do período da ditadura militar, como elas dialogam, produzem cadeias de significados e atravessam socialmente o corpo dos sujeitos envolvidos, estejam eles na posição de coniventes com o discurso, sejam eles os outros. Ainda, sendo eles, o “outro”, refletir sobre as consequências e quais suas ramificações.

Ainda, a AD não tem a pretensão de afirmar o que o sujeito “quis dizer”, mas sim de inferir sobre quais foram os significados e sentidos provocados por aquele dizer, por aquele discurso, dentro de uma formação discursiva e de uma ideologia. O discurso sempre remete a uma memória (e esquecimentos), pela historicidade, pela ideologia e, em suma, por uma cadeia de significação que escapa do sujeito. É nesse ponto que trabalha a AD, na construção e na investigação do conjunto de significados produzidos pelo discurso. Não se trata de “o que fulano quis dizer”. Mas sim de “que efeitos simbólicos têm o que fulano disse, levando em consideração essa ideologia”.

Um aspecto a se destacar sobre o objeto é que durante o processo de produção da pesquisa, foram encontrados outros trabalhos científicos sobre as falas de Jair Bolsonaro ou o contexto político em que está inserido – extrema-direita. O trabalho de Priscilla Cabral Dibai (2018), por exemplo, analisa o caso de Bolsonaro no contexto da direita radical brasileira pós-democratização. A pesquisadora analisou as falas do político a partir de cinco categorias teóricas: nacionalismo, xenofobia, racismo, Estado forte e antidemocracia. Luiza Lopes Galvão (2019), estudou as características do discurso de Bolsonaro em relação a *Alternative Right*. O trabalho de Diosana Frigo (2018), na área da comunicação, abordou a circulação de sentido e a atualização da memória sobre a ditadura civil-militar a partir do voto de Jair Bolsonaro na

sessão de impeachment da ex-presidente Dilma, em 2016. A pesquisadora Caroline Bauer (2020), em artigo acadêmico, faz uma análise das falas públicas de Jair Bolsonaro e de como ele se utiliza de memórias da ditadura militar, de forma e reviver esses acontecimentos e retóricas no presente, como uma “comunidade de memórias”. Há, ainda, outros textos que discutem os discursos e/ou movimentos sociais que envolvem Jair Messias Bolsonaro, mas nenhum deles pelo viés de se pensar a relação com o outro. Bem como existem outras pesquisas cujo foco de estudo são *fake news*, os discursos de ódio, a interação nas redes sociais, o marketing político.

Até o momento, não foi encontrada nenhuma pesquisa que analise o fenômeno pela perspectiva aqui proposta. A justificativa de dialogar com bases teóricas do nacionalismo, das identidades e da Doutrina de Segurança Nacional é oferecer um horizonte de reflexão acerca do que Jason Stanley (2018) chamou da política de “nós” e “eles”. A alteridade ou a produção da/sobre a diferença se mostra uma discussão de relevância no início do século XXI em um contexto de globalização, polarização e sobressalto de retóricas e políticas autoritárias. É necessário discutir os meandros dessa engrenagem identitária que define quem pertence e quem não pertence ao grupo e, mais do que isso, como funcionam tais disputas por poder.

Ainda, esta pesquisa, que busca compreender como o discurso é produzido a partir de suas formações e ideologias, oferece novas perspectivas de análise do fenômeno e de reflexão sobre como a memória de acontecimentos passados, como a ditadura militar, ainda fazem parte do presente, e como esta retórica de defesa de um Estado de Exceção é danosa no sentido de normalização da ideia de inimigo e de exclusão do outro.

Feitas as considerações metodológicas, a estrutura textual da pesquisa se divide em três capítulos. A discussão teórica e a definição de nacionalismo e nação, que ocupa o primeiro capítulo, serão elaboradas a partir de contribuições trazidas por Eric Hobsbawm (2013), Benedict Anderson (2008) e Ernest Gellner (1993). Também são discutidas as questões referentes à identidade e como esses mecanismos de significação funcionam para dar sentido a rituais e tradições que levam o título de composições da identidade nacional.

O segundo capítulo é destinado à discussão a respeito da ideologia militar, a partir do conceito de Doutrina da Segurança Nacional (DSN) e suas características a partir das considerações de Jorge Tapia Valdés (1980) e Alain Rouquié (2015). Serão trazidos alguns fatos que auxiliam na compreensão de como essa ideologia se disseminou e ditou mecanismos de controle e ordem social durante o regime. Ainda, o capítulo dois estabelece uma conexão entre tal doutrina e a figura política Jair Bolsonaro, sua relação com o Exército Brasileiro e sua trajetória.

A partir desta construção do dispositivo analítico, trazendo elementos históricos do período da ditadura militar, e contribuições sobre os conceitos de nação e nacionalismo, é possível chegar ao objetivo da pesquisa que é traçar uma análise sobre os discursos de Bolsonaro no período eleitoral e no momento de posse como presidente da República. Essa é a tarefa do capítulo três.

1 NACIONALISMO, IDENTIDADE, DIFERENÇA

Na esteira das discussões sobre nacionalismo e Estado-Nação, cuja literatura hoje abrange possibilidades transnacionais ou pós-nacionais – para citar, como exemplo, as relações políticas e econômicas viabilizadas pela União Europeia (UE) – a delimitação rígida das fronteiras ainda parece longe de ceder lugar como um caminho natural da globalização. Se em um primeiro momento afirmou-se com segurança sobre a ruína das nações (HOBSBAWM, 2013) enquanto organização econômica e também identidades coletivas, os acontecimentos do início do século XXI mostraram a necessidade de se analisar os fenômenos com cautela.

É inegável que um conjunto de transformações, ocorridas na segunda metade do século XX, o que se denominou globalização, tenha consequências em diferentes camadas da organização social. Seja pelas revisões da estrutura administrativa e legitimidade do Estado, seja pelas mudanças nas formas de identificação cultural. Sobre este último aspecto, a relação dos sujeitos com o consumo, além da emergência de outras pautas identitárias, balançou as estruturas dos “sentimentos nacionais” (HALL, 2019).

Dentro do contexto, esta pesquisa observa um projeto político de definição ou reafirmação das fronteiras e como funcionam as engrenagens sociais do discurso – político – que produz diferença. Não estamos falando somente das fronteiras físicas, mas principalmente de um jogo de (re)negociações com a alteridade para (re)afirmar algumas posturas identitárias. É por essa razão que este capítulo fará conexões entre nacionalismo e suas metamorfoses ao longo dos últimos séculos para abordar as suas formas de relação com a diferença e os conflitos que daí emergem. Para tanto, nada mais necessário do que uma abordagem interdisciplinar que busca elementos da História, das Ciências Sociais e da Filosofia Política, a fim de ponderar sobre alguns embates paradigmáticos que circundam o tema e aproximações com a conceituação de um fenômeno que à primeira vista parece de fácil descrição, mas que pode revelar-se difícil de capturar.

Após esse momento inicial, de aproximação com o tema dos nacionalismos, serão traçadas algumas considerações sobre o surgimento – invenção – do Estado Moderno, com as condições que o possibilitaram, e como ele foi atravessado pela modernidade, pelas guerras e pela globalização, sob a ótica da identificação cultural, ou seja, como a consciência de fraternidade e solidariedade entre um determinado grupo. Por fim, o último item do capítulo trata do debate entre as negociações com a diferença no interior do Estado-Nação, ou articulações do nacionalismo.

1.1 EMBATES PARADIGMÁTICOS: APROXIMAÇÕES COM O NACIONALISMO

Se observados os movimentos de reafirmação de fronteira que surgem nesse século, é possível afirmar que o “ponto de partida” do nacionalismo é motivo de maior embate. De um lado se posicionam essencialistas em busca de definições, história e uma identidade nacional sólida, fixa, durável. Do outro, as críticas de autores marxistas e também de pós-modernos partem do pressuposto de que o nacionalismo e as nações são “maleáveis” e aparecem, na modernidade, como invenções ou “imaginações” - para parafrasear Benedict Anderson (2008).

A tendência é que a visão essencialista, que sustenta seu conjunto de significações em estruturas étnicas e biológicas – para não dizer raciológicas – tenha mais adeptos nos entusiastas do movimento nacionalista. Se for mapeada tal estrutura de entendimento, uma espécie de consciência ou de identidade nacional tem, neste paradigma, como pilares de sustentação, ideias que remetem a um “passado natural” e ancestral que, em uma ponte com o presente, vem carregado de verdades históricas, tradições e ritos que devem ser preservados.

Dentro desta estrutura, funciona uma engrenagem de símbolos e representações que produz identidade entre os semelhantes, e serve como argumentação de um determinado objetivo, seja ele um projeto político, econômico, artístico, ou cultural de modo geral. Ao tocar no ponto das identidades, ou seja, da formação do grupo, é importante que se mencione a produção da diferença. Só é possível produzir significados intersubjetivos, que fazem sentido para um grupo, dentro de um sistema de classificação, de modo que a autorreferência do “nós” parta da relação de distanciamento (nem sempre físico) do que é o “eles” (WOODWART, 2014).

Mas este é um entendimento recente. Para contextualizar, na História da Ciência, as teorias sobre o nacionalismo surgem, em volume, a partir da segunda metade do século XX. Especificamente, é neste período que o termo passa a ser analisado propriamente enquanto objeto de estudo das Humanidades. A questão da nação já era estudada, mas em outros moldes, por pensadores desde Tocqueville, mencionado como um dos pioneiros a abordar a temática, dentro da história francesa, durante a primeira metade do século XIX.

Durante esse período, a preocupação estava, em grande parte, mais concentrada na pergunta: por que alguns povos, etnicamente heterogêneos, são nações, e outros, homogêneos entre si, não o são? Um dos teóricos do período, Ernest Renan (1997), oferecia uma resposta a tal pergunta ao dizer que uma nação é formada por uma alma, por sua vez composta de passado e presente. No passado, o legado de recordações que dá sentido ao grupo e o presente pelo

desejo de viver aquela comunidade. “O culto dos ancestrais é entre todos o mais legítimo: os ancestrais fizeram o que nós somos” (RENAN, 1997, p. 20).

Ou seja, para constituir uma nação era necessário que houvesse o desejo do grupo. Mas não só isso, destacava-se também a necessidade de antecedentes históricos e tradições consolidadas. Junto à ideia de um passado comum, havia uma forte ligação ao caráter “orgânico” das nações, no sentido de se imaginar as divisões dos grupos em nações como algo que obedecesse a uma ordem “natural”. “O caráter nacional passa a prefigurar na vida dos povos como uma essência espiritual, e, portanto, anterior à própria construção pelos indivíduos, e empiricamente observada, das nações (ROESLER, 2008, p 48).

Outro ideal percorrido era a concepção de unidade do povo. Ainda que Renan (1997) já sinalizasse, no século XIX, que as “raças”, bem como as delimitações geográficas ou critérios linguísticos não eram fatores determinantes das nações, a questão estava longe de ser unanimidade. Isso porque tais categorias, raciológicas, foram largamente discutidas em momentos de constituição das nações. O Brasil foi um destes casos. A preocupação dos intelectuais era como produzir um caráter nacional e, por consequência disso, uma unidade ou “raça” nacional, em um povo “mestiço”, ou com diversas ascendências (SCHWARCZ, 1993).

Neste aspecto de se pensar as nações e suas unidades, os intelectuais atribuíam a determinados povos alguns mitos fundacionais ou características, que, segundo eles, eram inerentes à natureza daquela nação. Tal movimento, de criação das nações, acabava refletindo nas questões identitárias. Definir um “caráter nacional”, ou seja, uma série de características as quais ao serem mencionadas lembrariam um determinado povo, dizia respeito à identidade. Mais do que isso, autores do século XX, pontuam que as questões identitárias do início da modernidade praticamente obedeciam à questão nacional. Autores como Bauman (2005) e Hall (2019) afirmam que o nacionalismo, se não foi a única forma de identificação do início da modernidade, foi a predominante. Isso porque a questão identitária estava, neste caso, ligada ao nascimento. Era entendido como algo fixo, imutável.

Mas passada a Segunda Guerra Mundial, novas indagações sobre o caráter nacional surgem. As tentativas de explicações perpassam, invariavelmente, os motivos e mecanismos nacionalistas, xenófobos e racistas que culminaram no Holocausto. (CURTO; JERÓNIMO; DOMINGOS, 2012). Alguns autores, de correntes de pensamento distintas, produzem obras de destaque sobre o tema. Benedict Anderson, influenciado até certo ponto pela corrente marxista, mas que depois acaba rompendo com a linha de pensamento (CURTO; JERÓNIMO; DOMINGOS, 2012), escreve *Comunidades Imaginadas* em 1983. É deste ano também a obra de Ernest Gellner, *Nations and Nationalisms*. Este segundo autor é declaradamente anti-

marxista (ALMEIDA, 2013). Em 1990, Eric Hobsbawm, marxista, lança *Nações e Nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. É neste período em que os estudos, em especial de Anderson, apontam para o caráter imaginado das nações. Ou seja, não se trata de um artefato cultural cujas bases são naturais, essencialistas, como argumentavam os simpatizantes, mas sim formas novas de organização política e, principalmente, de laços afetivos e solidários. Uma maneira distinta de constituir unidade, uma comunidade que se forma em torno de um estado, e não mais somente em torno da religião.

Durante o fim do século XX, análises cogitaram o arrefecimento do movimento nacionalista e perda de poder dos Estados-Nação, consequência dos fenômenos da globalização. “A coruja de Minerva que traz sabedoria, disse Hegel, voa no crepúsculo. É um bom sinal que agora está circundando ao redor das nações e dos nacionalismos (HOBSBAWM, 2013, p. 251)”. Não há contestação sobre os perigos de movimentos nacionalistas. Porém, a afirmação sobre a queda desta estrutura logo precisou ser revista.

Além da História, o estudo sobre os nacionalismos ganha, neste período, novas contribuições dos chamados críticos pós-modernos, no que diz respeito às formas de construção da identidade nacional em diálogos com fenômenos como a globalização e as diásporas oriundas de disputas coloniais e escravistas. Stuart Hall (2019), por exemplo, em *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*, aborda o fenômeno do nacionalismo enquanto identidade coletiva, cujas manifestações haviam esfriado principalmente a partir de 1960 – entre outras justificativas elencadas pelo autor, pela emergência de políticas de identidade que traziam ao debate questões das minorias, por exemplo, – mas que voltam com outra cara no início do século XXI. Essas novas manifestações nacionalistas, diz o autor, são agregadas de fundamentalismos – algo também observado pelo próprio Hobsbawm (2013). Uma das possibilidades apontadas por Hall (2019) é que elas sejam uma resposta às movimentações políticas e culturais cosmopolitas ou transnacionais.

A pluralidade de concepções e as formas de identificar e entender o nacionalismo transformaram-no em uma espécie de guarda-chuva. Dentro dele cabem muitas definições e pode-se falar desde projeto político-econômico, ideologia, até estratégias culturais de identificação da comunidade e controle social. A partir deste breve panorama e levando em conta as diferentes possibilidades de compreensões do fenômeno, o capítulo vai explorar o que se considera o início do nacionalismo, aliado à ideia de Estado-Nação. Em seguida, serão abordados os mecanismos que possibilitaram que um movimento político se espalhasse pelo âmbito do cotidiano, fazendo parte, por vezes, das relações pessoais e promovendo o sentimento de solidariedade entre estranhos do mesmo território; ainda, como o paradigma modernista

desmonta a ideia de nacionalismo como algo natural, fixo, essencialista, aliado ao debate sobre o arrefecimento da identidade nacional diante de outras pautas identitárias. Ao fim, o objetivo é que a discussão alcance o âmbito da alteridade, ou seja, a partir da fundamentação teórica, possibilite-se pensar as relações entre identidade e diferença, entre nós e eles, entre o povo e o inimigo. Conceito esse – de inimigo – em que cabe uma infinidade de outros. Antes disso, porém, é necessário construir uma definição própria de nacionalismo para o universo desta pesquisa.

1.2 O CONCEITO

De início, a definição do nacionalismo parece também ser algo que, assim como tudo aquilo que é sólido, desmancha no ar⁸. De um lado há critérios objetivos de identificação do que pode ser uma nação e seu povo: a geografia, as leis do Estado, o idioma, história comum, ritos, costumes, etc. Por outro, essas características não bastam. Há, então, os aspectos intersubjetivos. É preciso que a comunidade se entenda como pertencente ao lugar e aos demais. Deve haver, no cotidiano, laços de solidariedade, ideia de pertencimento, identificação nacional.

Hobsbawm (2013), por exemplo, defende que os conceitos não podem ser analisados no âmbito filosófico, ou seja, de maneira universal, mas que sejam contextualizados social e historicamente com o devido recorte geográfico e temporal do objeto em análise. Ainda assim, ele não consegue escapar de uma conceitualização. Acaba por utilizar uma definição de Gellner, ao falar que “um princípio que sustenta a unidade política e nacional deve ser congruente” (GELLNER apud HOBSBAWM, 2013, p. 18). Ainda, faz um alerta de que o fenômeno do nacionalismo só pode ser estudado e compreendido como “entidade social” quando possui relação com o Estado-Nação, ou o estado moderno.

Anderson (2008), por outro lado, se distancia dos dois autores anteriores ao afirmar que o fenômeno não pode ser tratado como um fundamento da teoria política, algo no mesmo patamar do fascismo ou do liberalismo, por exemplo. Mas sim, algo mais relacionado ao âmbito das comunidades religiosas. “Ela é *imaginada* porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus

⁸ Metáfora sobre a experiência da modernidade, inicialmente utilizada por Marx e citada por BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles” (ANDERSON, 2008, p. 32, grifo do autor).

Neste ponto, Anderson (2008) identifica em Gellner uma tentativa aflitiva de demonstrar o caráter “inventado”, no sentido “falso”, das nações. A abordagem das comunidades imaginadas aparece muito mais no sentido de criação. A crítica se dá à tentativa de estabelecer hierarquias entre as comunidades, dizendo que, se há falsas comunidades, logo há “verdadeiras” e que, deste modo, estas seriam melhores ou superiores. O autor argumenta que as comunidades não são distintas pelo caráter verdadeiro ou falso, mas pelo modo como são imaginadas.

Desta literatura, com acréscimos em alguns pontos e distanciamentos em outros, há uma proposta própria de conceitualização do fenômeno. Nacionalismo é uma estrutura complexa que envolve pontos de ação que dialogam entre si: um projeto político, não apenas no sentido econômico, mas de defesa de uma rede de compreensão de si e do mundo, a partir de determinada racionalidade, que presume a unidade dos semelhantes em determinadas categorias morais e biológicas, que acabam sendo entendidas como a “nação”. É um projeto que tem por essência delimitar as fronteiras físicas e sociais deste espaço. Em outras palavras, pretende dizer quem pertence, e quem não pertence. A viabilização desse projeto acontece pelas vias do Estado, ou seja, instituições governamentais.

Uma consideração importante sobre esse ponto de definição é que ele diverge dos propósitos iniciais do nacionalismo, no início da modernidade. Mencionando a distinção de Hobsbawm (2013), aquele movimento tinha como objetivo primeiro o desenvolvimento econômico e/ou a emancipação dos territórios coloniais. O momento social envolvia, em suma, o rompimento com o modelo de organização política cujo chefe de estado governava baseado em argumentos cosmológicos, além da expansão comercial e introdução do modo de produção e pensamento capitalistas. Houve, portanto, um avanço do princípio de nacionalidade. Ou seja, a maioria os estados hoje são “nações”.

No fim do século XX e início do XXI, essas questões, ou projetos como os do início da modernidade, não têm o mesmo impacto no âmbito do nacionalismo. No seu lugar, há uma ligação com outros fenômenos fundamentalistas. Hoje, o caráter essencial dos nacionalismos é o separatismo. “Esses movimentos nacionalistas parecem constituir reações de fraqueza e medo, tentativas de erguer barricadas para manter distantes as forças do mundo moderno” (HOBSBAWM, 2013, p. 229). Neste sentido, o nacionalismo do fim do século XX, vem somado com traços de fundamentalismo, que o autor acrescenta como algo que “reage sempre de forma reacionária”, em que “alguma força, tendência ou inimigo precisa ser sempre

percebido como colocando em perigo, potencial ou realmente, o movimento de alguém ou daquilo que lhe é caro” (HOBSBAWM, 2013, p. 232). De modo que os fundamentos “são usados para estabelecer fronteiras, para atrair alguns povos e alienar outros, enfim, para demarcação” (HOBSBAWM, 2013, p. 232). A partir dessa configuração e desse primeiro ponto de classificação, demanda a necessidade de se pensar a alteridade. Ou seja, os diálogos estabelecidos ou não por esses grupos em relação ao outro, ao diferente, ao estrangeiro – que, paradoxalmente, muitas vezes está dentro das mesmas linhas de fronteira territoriais.

Dito isso, a outra questão diz respeito aos laços de fraternidade. A interpretação ontológica do sujeito que entende como verdadeira, fixa e natural a existência de uma Nação. Ou seja, um essencialismo. Quem nasce no mesmo território e compartilha as mesmas categorias morais e biológicas é digno do reconhecimento de ser tratado como “nós”? Merece solidariedade e um olhar humano? O sujeito precisa se entender parte de um organismo social e de uma história que transcende o seu tempo e carrega consigo elementos e costumes que precisam ser preservados, ao futuro, como cristal, devido à sua importância. Tais elementos são ditos como a “tradição” do povo. É justamente essa rede complexa de significados que toca o sujeito no nível emocional que sustenta o projeto político. Eles operam a partir da crença do sujeito acerca da existência dessa nuvem simbólica – metaforicamente, porque se espalha sobre a nação e a atinge, constantemente, em “gotas”, ou seja, pequenas, mas constantes partículas de nacionalismo. Dito de outro modo, desde criança o sujeito é constantemente colocado em contato com códigos que afirmam essa estrutura de significação sobre a nação. Em alguns momentos mais do que em outros. Antes de compreender como operam essas tradições, é necessário fazer ponderações históricas sobre o início do nacionalismo.

1.3 ANTES DO ESTADO-NAÇÃO, O NACIONALISMO

O nacionalismo e, em decorrência dele, o Estado-Nação, surgem na modernidade. A afirmação foi uma das principais contribuições de historiadores e demais pesquisadores das ciências humanas do século XX para o estudo do fenômeno. Ao investigar e estabelecer que foi no período moderno o início do nacionalismo, os teóricos desmontaram algumas das bases sólidas de sustentação do movimento e forma de identificação: a ideia de um essencialismo, de uma tradição a ser preservada. Por tradição, leiam-se símbolos, cerimônias, bandeiras, entre outros adereços e objetos que recebem uma carga de significação e são utilizados para início, disseminação e manutenção de determinados projetos de cunho político e/ou culturais.

A compreensão dos mecanismos pelos quais esses elementos recebem significados e como são, posteriormente, utilizados para fins políticos, para gerar legitimidade ao Estado, perpassa a estrutura social e as rupturas do início da modernidade. Quando os autores, como Hobsbawm e Anderson, afirmam que o nacionalismo é uma criação moderna, referem-se, historicamente, em grande parte, justamente às mudanças que estavam em curso e que “permitiram” o aparecimento, ainda que de maneira inconsciente, de movimentos nacionalistas.

O século XVIII é marcado por uma ruptura profunda e gradativa no sujeito e sua forma de se compreender no tempo e no espaço. As religiões perdiam espaço, progressivamente, para as narrativas científicas, o homem experimentava novas formas de organização econômica, com destaque para a Revolução Industrial (produção em série), e os modelos políticos, sobretudo, a partir da Revolução Francesa, começavam a sofrer alterações a partir do esfacelamento de um sistema que tinha como base a governabilidade legitimada por uma ideia cosmológica (divina). Do ponto de vista cultural, todos esses processos simultâneos, em diferentes esferas da vida e do cotidiano, que causavam mudanças significativas no íntimo do sujeito e na forma com que ele se compreendia enquanto indivíduo e no coletivo, convergiram e possibilitaram, ainda que inconscientemente, uma nova perspectiva de comunidade imaginada: a nação.

Benedict Anderson (2008) pensa em algumas raízes e origens da consciência nacional. Estes primeiros aspectos culturais dão conta muito mais do momento social, das rupturas e crises aos quais os sujeitos estavam inseridos: declínio religioso, transformações dos reinos dinásticos em Estados Modernos e as mudanças nas percepções temporais – uma das chaves para se entender a modernidade. Em se tratando das origens, Anderson aborda uma relação fundamental entre comunicação/capitalismo/diversidade linguística como explicação para as condições de possibilidade do surgimento de uma consciência nacional ou uma comunidade imaginada.

O declínio da hegemonia religiosa rompe também com algo que esse sistema oferecia de confortável: transformar o fatal em contínuo. Ou seja, trazer explicações divinas para amenizar o sofrimento humano. Nem o liberalismo e nem o marxismo proporcionam qualquer explicação para episódios dessa natureza. Quem melhor vai oferecer uma maneira de transformar a fatalidade em continuidade, na modernidade, é o nacionalismo. Anderson (2008) tem o cuidado de não atribuir ao fenômeno a responsabilidade de uma “substituição” em relação aos fenômenos religiosos. Suas contribuições vêm muito mais no sentido de caracterizar o nacionalismo, ou a consciência nacional como algo semelhante ao que é oferecido pelas religiões: a formação de uma comunidade, laços de fraternidade.

A perda de poder das instituições religiosas está profundamente relacionada com a formação dos Estados Modernos, e de suas conseqüentes comunidades imaginadas, já que adotam novas formas de organização política. Na modernidade, o Estado é o agente soberano, governando indiscriminadamente, de forma “homogênea sobre cada centímetro quadrado de um território legalmente demarcado” (ANDERSON, 2008, p 48). Além de centralizar o poder, o Estado Moderno também se destaca pelo aparato burocrático e tecnológico que utiliza para promover o *progresso* dentro de um “amplo projeto de ordem social melhor, mais razoável e racional” (BAUMAN, 1998, p. 131). A burocracia em si, pela sua lógica de divisão de tarefas e hierarquias, que pressupõe a atuação de muitos agentes para confecção de um todo, tem como conseqüência a *desumanização* no momento em que transforma os objetos humanos em cifras, números, estatísticas⁹ (BAUMAN, 1998).

No período anterior, os chamados Reinos Dinásticos organizavam-se administrativamente com centros, sem fronteiras bem delimitadas, de modo que “as soberanias se esvaeciam imperceptivelmente uma dentro da outra” (ANDERSON, 2008, p 48). Ainda, naquele período, “estava ocorrendo uma transformação fundamental nos modos de apreender o mundo, a qual, mais do que qualquer outra coisa, possibilitou ‘pensar’ a nação” (ANDERSON, 2008, p 52, grifo do autor).

A partir deste cenário de mutações, a comunicação social – em especial a imprensa, aliada ao capitalismo, e a redução na diversidade linguística, ofereceram ferramentas para a criação de uma consciência nacional. As línguas impressas, ou seja, livros, revistas, jornais, definiram a estrutura do nacionalismo de três formas. Em primeiro lugar, “criaram campos unificados de intercâmbio e comunicação abaixo do latim e acima dos vernáculos falados” (ANDERSON, 2008, p. 80). A variedade de dialetos dificultava a comunicação oral e em conseqüência disso a consciência da quantidade de pessoas que partilhavam do mesmo campo semântico. Foi a língua impressa que possibilitou essa aproximação e tomada de consciência. Em seguida, “o capitalismo tipográfico conferiu uma nova fixidez à língua, o que, em longo prazo, ajudou a construir aquela imagem de antiguidade tão essencial à ideia subjetiva de nação” (ANDERSON, 2008, p. 80). Desde o início da modernidade, a língua se tornou muito mais sólida, no sentido de não apresentar tantas variações em curto espaço de tempo. Isso permite que tenhamos acesso à interpretação, de maneira mais simples, ao que era produzido há alguns séculos.

⁹ Bauman (1998) utiliza o argumento do funcionamento do aparato burocrático, como característica fundamental da modernidade, para analisar como essa estrutura viabilizou o genocídio de judeus durante a Segunda Guerra Mundial.

Por fim, o capitalismo tipográfico promoveu uma espécie de unificação da língua. Criou idiomas oficiais diferentes dos vernáculos anteriores. Mais uma vez, esse processo facilitou o acesso à leitura, à comunicação e à criação de consciência da identidade nacional. Esses três fenômenos devem ser vistos, por sua vez, como um processo inconsciente e consequência do momento social que experimentava a conexão comunicação/capitalismo/diversidade linguística. Por fim, ainda que aponte para estes fenômenos como os pilares de sustentação do que poderia ser chamado de nacionalismo, o autor reconhece que o caráter de conflitos territoriais deve ser levado em consideração, por mais que não tenham a mínima relação com a questão das línguas e do capitalismo editorial. Mas ressalta que a maioria dos estados modernos, que se constituíram como nações, possuíam um vernáculo impresso próprio.

1.4 UMA TRADIÇÃO INVENTADA

A partir desse sistema que atuou em conjunto, ou seja, a redução da variedade linguística, a comunicação e o capitalismo, a criação de uma consciência nacional foi viabilizada, ou facilitada por meio das operações de tradições. Tratam-se de feriados, rituais, bandeiras, símbolos, cerimônias, estátuas, entre outros instrumentos que recebem uma carga de significado e cujos códigos são constantemente absorvidos pela comunidade. Isto é, funcionam pelo espectro da repetição.

Compreender como eram entendidas estas tradições, que hoje são descritas como invenções pela crítica moderna, é uma das formas de aproximação para o entendimento do seu sucesso. Aos teóricos dos séculos XVII e XVIII, o conhecimento consistia no passado de um povo, ou a ideia de uma história, de uma herança a ser preservada, que legitimava a formação das nações (ROESLER, 2008). “O caráter nacional passa a prefigurar na vida dos povos como uma essência espiritual, e, portanto, anterior à própria construção dos indivíduos, e empiricamente observada, das nações” (ROESLER, 2008, p. 48). Ou seja, havia uma ideia muito forte de continuidade, que por sua vez era descrita pelo viés do “orgânico”, do “natural”. A comunidade étnica e a língua desse grupo eram vistas como conectadas e como fontes delimitadoras de uma determinada ancestralidade. Importante ter em mente que, no período, o paradigma do darwinismo social oferecia teorias da sociedade e de sua organização que giravam sobre o eixo do caráter biológico.

Ainda que não possam ser vistas como os únicos elementos definidores das nações, o papel da comunidade étnica e a língua são fundamentais no processo de delimitação de fronteiras. Se havia conflitos para separar terras e comunidades, no âmbito do Estado, havia

necessidade de distinguir, de encontrar as características que poderiam ser imbuídas ao *nosso* grupo que nos distinguiu das demais comunidades. Almejava-se a constituição de uma unidade nacional ou de homogeneidade¹⁰.

Tal preocupação desencadeou, consciente ou inconscientemente, um trabalho de definição do “caráter nacional”. A chamada “questão nacional”, foi durante décadas tentativas de adjetivar a população de determinada nação sob alguns signos. Quando feita e incentivada pelo Estado, era desenvolvida com interesse de independência ou de desenvolvimento econômico. Esse papel coube aos intelectuais, juristas, historiadores e pessoas ligadas a museus, institutos históricos e à imprensa. Por mais que a identidade nacional ocupasse as mentes de tais agentes desde o século XVIII, não representava, aos entusiastas do nacionalismo, uma contradição afirmar que ali residia uma essência e uma ancestralidade. Era preciso agregar passado histórico e características do presente e a partir disso conseguir a unificação do povo.

Se a Nação se transformou em algo natural para grande parte de seus cidadãos e ainda hoje permanece esse entendimento essencialista, há de se ressaltar que houve um movimento não apenas de construção desse aparato de identificação de um determinado povo com o aspecto nacional, mas, sobretudo, de legitimação e de disseminação.

Ao passo em que havia um corpo de agentes – intelectuais, juristas, médicos, historiadores – pensando a Nação, havia também um movimento das instituições para incorporar essa identidade entre os indivíduos. O conjunto de elementos que era pensado e escrito pela *intelligentsia*, era transformado em rituais, símbolos, datas comemorativas, monumentos, entre outros, e repassado aos cidadãos por diversos meios. Um deles era a escola, que funcionava e contribuía, em grande medida, para a socialização de identidades coletivas em torno da questão nacional. As narrativas também partiam do exército, instituição referência em termos de formação cívica e das características da Nação. Ainda, no complemento à disseminação e efetivação da identidade nacional, além do Estado, que estava propriamente produzindo a Nação, operava a imprensa e expressões artísticas. Esse conjunto de entidades, sob a repetição de seus signos, fez popularizar e, sobretudo, naturalizar a ideia da nação.

Esse entendimento da identidade nacional como algo fixo, imutável, natural, até mesmo orgânico, só vai ser revisto e desmontado pelos estudos históricos da segunda metade do século XX, momento em que esses ritos, cerimônias, em resumo, tradições, passam a ser investigados

¹⁰ Como as discussões circundavam as questões idiomáticas das comunidades étnicas, durante um período em que a ciência se ancorava no darwinismo social e outros paradigmas que extraíam justificativas da biologia para afirmar o seu racismo, a formação do “caráter nacional” inevitavelmente veio acompanhada da discussão das “raças”. Para saber mais, no caso brasileiro, ver: SCHWARCZ, Lília Mortiz. **O Espetáculo das Raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

e descritos como inventados, tanto por organizações políticas no comando dos Estados quanto por movimentos não governamentais, cujo instrumento permite a disseminação e a manutenção de uma racionalidade. Hobsbawm (2018) argumenta que foram criadas em massa de 1870 até 1914, em geral pelas estruturas políticas com objetivos definidos. O período permite trabalhar uma conexão entre a invenção das tradições e o nacionalismo. Ou seja, conjunto de práticas elaboradas para garantir a perpetuação da ideologia do Estado-Nação.

Hobsbawm (2018) define duas formas de tradições inventadas: as oficiais – também chamadas de políticas, praticadas pelo estado com objetivos específicos – e as não oficiais – desencadeadas por movimentos e organizações não estatais, também conhecidas como “sociais”.

Grupos sociais, ambientes e contextos sociais inteiramente novos, ou velhos, mas incrivelmente transformados, exigiam novos instrumentos que assegurassem ou expressassem identidade e coesão social, e que estruturassem relações sociais. Ao mesmo tempo, uma sociedade em transformação tornava as formas tradicionais de governo através de estados e hierarquias sociais e políticas mais difíceis ou até impraticáveis. Eram necessários novos métodos de governo ou de estabelecimento de alianças. De acordo com a ordem natural das coisas, a consequente invenção das tradições “políticas” foi mais consciente e deliberada, pois foi adotada por instituições com objetivos políticos em mente. (HOBSBAWM, 2018, p. 334).

A implementação destas tradições, com objetivos políticos, foi viabilizada por meio do Estado, mas só alcançou sucesso quando obteve repercussão popular, ou seja, adesão das massas. Segundo Hobsbawm (2018), a padronização da administração, das leis e também da educação oficial transformou as pessoas de um país em cidadãos, dentro de um jogo mútuo de legitimidade. Ou seja, as ações coletivas eram organizadas por meio do Estado. “O principal objetivo da política nacional era, sem dúvida, influenciar ou mudar o governo do Estado ou suas diretrizes, sendo que o homem comum tinha cada vez mais direitos de participar dele”. (HOBSBAWM, 2018, p. 335). Dito de outro modo, o Estado e o corpo de cidadãos se tornaram cada vez mais indissociáveis.

Na esteira da questão, autores da chamada crítica pós-moderna trazem novos elementos de análise para as questões que envolvem as nações. Além da estratégia discursiva das tradições, Stuart Hall (2019) elenca quatro elementos que integram a formação do discurso nacional. O primeiro é a narrativa ou a literatura da nação, ou seja, o que se afirma sobre a nação em jornais, livros, histórias, o que se aprende na escola e se dissemina na cultura popular. O segundo item possui uma relação de co-dependência com a narrativa e com as tradições, trata-se do destaque que recebe a ideia de linearidade, naturalidade, continuidade, evolução, progresso. Além disso, há o mito fundacional, ou “uma história que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter

nacional num passado distante que eles se perdem nas brumas do tempo” (HALL, 2019, p. 33). Por último, trabalha a ideia de *folk*, de povo *puro*. Esse elemento não é unanimidade, mas o desejo por um *folk* movimenta os demais instrumentos em busca de tal objetivo¹¹.

A partir desses elementos, Hall desmonta a ideia de identidade nacional como a unificação do povo. Em primeiro ponto, porque “a maioria das nações modernas consiste em culturas separadas que só foram unificadas por um longo processo de conquista violento”, de modo que “cada conquista subjugou povos conquistados e suas culturas, costumes, línguas e tradições, e tentou impor uma herança cultural mais unificada” (HALL, 2019, p. 35). Soma-se a isso o fato de que um Estado é formado por diferentes grupos, classes sociais, gêneros, e assim por diante. Ainda, parte das nações um dia foram colônias de impérios europeus e sofreram forte influência de tais colonizadores, em tentativas de estabelecer uma hegemonia cultural (HALL, 2019).

Ainda que essas possibilidades sejam refutadas pela academia desde a segunda metade do século XX, tais características garantem seu funcionamento entre os indivíduos de determinado grupo, mesmo que inconscientemente. Hobsbawm (2013), na introdução de *Nações e Nacionalismos desde 1780*, afirma que todos sabem o que é o nacionalismo até serem questionados. Isso vale para outras formas de organização cosmopolita do século XXI. O que garante a manutenção das tradições é que, no entendimento de seus membros, significam um conjunto de práticas que remetem ao passado e que precisam ser efetivadas no presente a fim de garantir sua continuidade no futuro. Ainda que estes membros não saibam explicar ou conceituar os termos. Essa ideia pode ser uma pista para as questões abordadas no próximo item, que são as transformações provocadas na identidade nacional pelo fenômeno da globalização e as consequentes reações.

1.5 GLOBALIZAÇÃO E NACIONALISMO

Entre o conjunto de mudanças e rupturas culturais ocasionadas na modernidade, cujas causas e consequências estão relacionadas ao termo globalização – e ainda a flexibilização de fronteiras – estão as identidades e suas formas de representações. Tais alterações têm impacto

¹¹ A construção da nação brasileira, no fim do século XIX e início do XX é um relato neste sentido. Havia um desejo por se livrar do estigma de atraso do brasileiro e as questões ligadas à “raça”, à cor, vão ser discutidas nessas elaborações. Para saber mais ver: MISKOLCI, Richard. **O desejo de nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX**. 2012; FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Tecnologia e Estética do Racismo: ciência e arte na política da beleza**. 2007; STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. 2005.

direto no nacionalismo. Para mencionar brevemente, o termo globalização passou a ser cunhado na década de 1980 – no contexto da queda do Muro de Berlim e Guerra Fria –, em substituição a outras definições, como transnacionalização e internacionalização (PRADO, 2009). De início a ideia era utilizada em debates sobre a participação e protagonismo de países emergentes, mas passou a ser usado, nos anos seguintes, para abordar os processos de integração da economia mundial. Ao longo dos séculos, globalização passou a definir uma época histórica; um termo da sociologia para descrever os processos de compreensão do espaço e do tempo na modernidade; um processo socioeconômico; além de ser descrita como a soberania dos valores liberais (PRADO, 2009).

Aqui o conceito é empregado como uma série de relações sócio-político-econômicas que transcendem as barreiras do Estado-Nação e que tem consequências em todos os âmbitos ou aspectos da vida de determinada comunidade. Estejam estes reflexos relacionados às relações comerciais ou às formas de identificação cultural.

A série de fatores que está associada ao que se denomina globalização é assunto recorrente também na literatura que trata de nações e nacionalismo. De um lado, algumas análises apressadas chegaram a afirmar que esta forma de organização do Estado-Nação estava condenada ao fim e daria lugar a outros modos de organização e engajamento político. Entre os motivos que são atribuídos à crise das nações, havia, por exemplo, o crescimento de empresas multinacionais, blocos econômicos, e outras formas de organizações que transcendiam as fronteiras territoriais (ROESLER, 2008). Tal entendimento, porém, é pauta de discussão. Isso porque o Estado-Nação continua firme, exercendo poder e em diálogo, apesar das disputas econômicas e políticas.

Sobre a questão identitária também se cogitou arrefecimento. O nacionalismo chegou a ser visto como próximo do fim. As formas de identificação nacional e a utilização de símbolos, que pareciam não fazer mais sentido depois de todo derramamento de sangue oriundo de conflitos e guerras entre estados, voltam a ocupar a esfera política e social no fim do século XX e início do XXI. Depois do advento da globalização, sobretudo a partir dos anos 70, com o fim da Guerra Fria, que rompeu as linhas divisórias dos Estados Modernos e conectou o mundo, se observou, no campo das Ciências Humanas, um deslocamento do sujeito no que diz respeito às suas formas de identificação social.

Hall (2019) traz para o debate algumas “rupturas” no discurso científico que teriam possibilitado olhar para o sujeito como alguém “deslocado” no que tange o processo de

identificações sociais¹². Ao falar sobre as modificações da identidade nacional no que chama de modernidade tardia, dita que “não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*” (HALL, 2019, p. 30, grifo do autor). Neste sentido, a “nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*” (HALL, 2019, p. 30, grifo do autor).

Brevemente, Hall (2019) menciona como as mudanças na relação com o tempo e o espaço – cerne das discussões sobre a modernidade –, advindas do fenômeno da globalização, transformaram as relações dos sujeitos com suas identidades culturais. Isso porque, as identidades funcionam como representações e enquanto tais referem-se a um espaço e tempo. Essas mudanças estruturais fazem menção à aceleração dos processos e da própria vida, viabilizados pelas tecnologias, e tem por consequência o sentimento de redução das distâncias físicas (HALL, 2019).

Os fluxos culturais, entre as nações, e o consumismo global criam possibilidades de “identidades partilhadas” - como “consumidores” para os mesmos bens, “clientes” para os mesmos serviços, “públicos” para as mesmas mensagens e imagens – entre pessoas que estão bastante distantes umas das outras no espaço e no tempo. À medida que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural” (HALL, 2019, p. 42).

Há, na discussão, uma tensão entre dois polos: local e global. “As identidades nacionais, como vimos, representam vínculos a lugares, eventos, símbolos, histórias particulares” (HALL, 2019, 44). Ou seja, tudo leva a crer que as identidades nacionais, os nacionalismos, que são “o local”, representam e se colocam como oposição às características que emergiram com a globalização. O debate que tenta se estabelecer sobre esse aspecto é se o nacionalismo se sobrepõe ou não a outras formas de identificação social, que levam o global em conta, como o consumo, por exemplo, ou se o fenômeno está desaparecendo, justamente por ser uma negação. Ao passo que produzem essa tensão, de tentar estabelecer hierarquia, o paradoxo reside na constatação de que enquanto identidade cultural, o nacionalismo também pode ser fragmentado. Ou seja, também pode haver “picos” de identificação, como em datas comemorativas, feriados,

¹² Entre as rupturas, Stuart Hall cita: a retomada, ou reinterpretação, no século XX, dos estudos de Marx, a partir das contribuições de Althusser; os trabalhos de Freud e Lacan com uma abordagem psicanalista do sujeito e de seu processo de formação de identidade; os estudos linguísticos a partir de Saussure, a quem a língua preexiste ao indivíduo e o qual não pode ser autor uma vez em que a língua é um sistema social; as teorias do poder sobre o sujeito moderno, desenvolvidas por Foucault como o conceito de biopoder, um poder que, a partir da lógica “fazer viver, deixar morrer”, disciplina e cria corpos dóceis e úteis; e, por último, a ascensão do feminismo, tanto como crítica teórica como movimento social.

rituais, tradições de modo geral. Ainda, em momentos de euforia ou de crise, conforme aponta Gellner (1983).

Destes conflitos, pós-globalização, Hall (2019) sugere três possibilidades de consequência nas esferas de identificação cultural: (1) as identidades nacionais estão se desfazendo, como consequência de uma homogeneização cultural provocada pela pós-modernidade globalizada; (2) há um movimento de reforço ou de retorno das identidades nacionais, que emergem como uma resposta à globalização ou (3) as identidades nacionais estão se dissolvendo no tecido das identidades e se incorporando a outras formas de identificação, possibilitando, deste modo, o aparecimento de identidades *híbridas* ou *mestiças*. Não há de se buscar, em uma destas três alternativas, a resposta para as negociações e conflitos que o nacionalismo vem enfrentando do fim do século XX. Mas sim se pensar nas três possibilidades como agindo e complementando-se.

O que Hall (2019) sustenta é que tanto marxistas quanto liberais previam um caminhar em direção ao cosmopolitismo como uma consequência natural da globalização.

De acordo com essas “metanarrativas” da modernidade, os apegos irracionais ao local e ao particular, à tradição e às raízes, aos mitos nacionais e às “comunidades imaginadas”, seriam gradualmente substituídos por identidades mais racionais e universalistas. Entretanto, a globalização não parece estar produzindo nem o triunfo do “global” nem as persistências, em sua velha forma nacionalista, do “local”. Os deslocamentos ou os desvios da globalização mostram-se, afinal, mais variados e mais contraditórios do que sugerem seus protagonistas e seus oponentes (HALL, 2019, p. 56).

Trabalhar com estas hipóteses abre o campo para a compreensão do fenômeno do nacionalismo, que aparece neste início de século, aliado ao fundamentalismo. Seja de natureza híbrida ou não, a contradição dos nacionalismos aparece quando emergem os conflitos. Quando se fala do outro.

1.6 IDENTIDADE E DIFERENÇA

Ainda que as identidades coletivas possam se incorporar umas às outras, como prevê Hall (2019), em uma espécie de hibridismo cultural, isso não significa que esses novos projetos, via de regra, tragam consigo uma suavização das fronteiras. Um exemplo expressivo são os focos de nacionalismo fundidos com o fundamentalismo religioso, que parecem ser algo único, mas não é outra coisa que uma mescla de identidades coletivas. Uma agregação que não

significa apaziguar os conflitos pela definição das fronteiras. Mas podem, por outro lado, representar o reforço delas.

Falar sobre nações e nacionalismo implica estabelecer divisão. Nem sempre geográfica, no sentido material. “Imagina-se as nações limitadas porque mesmo a maior delas, que agregue, digamos, um bilhão de habitantes, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais existem outras nações (ANDERSON, 2008, p. 33)”. Não são apenas limitadas para que existam outras; são, porque produzem diferença e ao produzi-la, criam um campo de autorreferenciação. Ou seja, se afirmam enquanto identidade criando um distanciamento do outro. É preciso se afirmar diante do outro. De certo modo, os conflitos existem porque há outra nação, outra nacionalidade para a qual *eu* preciso *me* imaginar diferente e estabelecer *minha* identidade.

Produz-se identidade ao passo que se consegue estabelecer um sistema classificatório que distingue o que é “nós” e o que é “eles”. “A identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades” (WOODWARD, 2014, p. 13). O entendimento essencialista do nacionalismo volta ao debate, porque ainda que ele seja produzido, não é esse o entendimento de alteridade dos adeptos do movimento. Além de estarem inseridos nessa estrutura de compreensão da identidade coletiva que é o nacionalismo, os adeptos, assim como qualquer outro grupo identitário, ao definir sua posição, almejam estabelecer-se em alguma relação de poder.

A identidade e a diferença possuem essa relação dicotômica cujas consequências são sempre as hierarquias e posições sociais. Isso porque fazem parte dos processos de incluir ou excluir, normalizar, classificar, definir fronteiras. “As classificações são sempre feitas a partir do ponto de vista da identidade. Isto é, as classes nas quais o mundo social é dividido não são simples agrupamentos simétricos” (SILVA, 2014, p. 82). Para Gilroy, a identidade se transforma em poder e autoridade quando “um grupo procura realizar a si próprio de uma forma política. Este grupo pode ser uma nação, um Estado, um movimento, uma classe, ou alguma combinação instável de todos eles” (GILROY, 2007, p. 125).

Essa identidade coletiva, que produz diferença, poder, e determina as cisões, tende a perdurar por remeter a um passado mítico e a uma ideia de continuidade. Porém, esse entendimento é colocado à prova quando se começa a buscar as bases ou raízes de tal identidade ou tradição. Estando em disputa, não é difícil imaginar um movimento de “retorno às origens” ou de “retorno ao local” como consequência desses questionamentos que balançam com as estruturas das identidades. Ainda mais se tratando de essencialismos, que trabalham com verdades históricas e biológicas rígidas (WOODWARD, 2014). Tomaz Tadeu Silva relembra,

sobre o caráter da identidade e da diferença, que: “elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas” (SILVA, 2014, p. 81).

Em se tratando de identidades, sejam elas de caráter nacional ou outras formas de significação, as fronteiras também são estabelecidas no corpo do sujeito (WOODWART, 2014). Neste sentido, há uma tendência de autores pós-modernos ou pós-estruturalistas em estudar os arquétipos da nação. Porém, é preciso que se tome cuidado com análises que primam pela oposição entre “identidades coletivas”, onde entraria o nacionalismo, por exemplo, e “identidades pessoais” ou individuais, onde seriam abordadas as questões de gênero e sexualidade. Isso porque no tecido social, as identidades são compostas a partir das suas diferentes formas. É desta relação que se coloca a possibilidade de identidades híbridas. No centro do nacionalismo, são negociados arquétipos, há uma produção sobre o corpo, sobre a sexualidade, sobre o biológico, dentre outras categorias. Há um conjunto de representações que dão cara, gênero, cor e sexualidade à Nação.

Essas formas de identificação e suas conseqüentes representações estão longe de ser fixas. Pelo contrário, estão em constante movimento. Sobre o caráter das identidades, Hall (2019) destaca que elas não *são*, mas *estão sendo*. Ou seja, há uma tendência de se imaginar as identidades como uma composição social que acompanha o indivíduo, de forma imóvel, durante toda a vida. O que a crítica recente vem destacando é que as identificações culturais são muito mais efêmeras e fragmentadas do que qualquer outra coisa. No próprio movimento de identidade nacional é possível perceber tal característica. Tal afirmação, inclusive, já era pontuada por Gellner (1983), em *Nations and Nationalism*, quando falava das ocasiões que fazem emergir “picos” de nacionalismo entre determinado grupo.

Retornando à relação hierarquizada das identidades, é comum que se imagine disputas entre diferentes nações. Porém, tal compreensão é também trabalhada no âmbito das negociações que acontecem no interior da nação. Anderson (2008) destaca que as nações são imaginadas *soberanas* e propriamente *comunidade* no sentido de que não importa o volume de desigualdade que há no seu interior, “a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal” (ANDERSON, 2008, p. 34). Neste sentido, é mais comum pensar na alteridade, ou na produção de diferença, em relação ao estrangeiro do que no interior da nação. Porém, as desigualdades e movimentos separatistas que acontecem dentro do Estado-Nação, a depender do seu nível, implicam não em uma “profunda camaradagem horizontal”, mas em relações de poder e marginalizações implícitas e explícitas.

Por mais que o Estado se esforce para mobilizar um ideal nacional, a nacionalidade, não se restringe aos laços de solidariedade. Ela cria, no âmbito institucional, ferramentas de controle e da manutenção do *status quo*. Ela produz literatura, música, filme. Ela está na imprensa, como aponta Anderson. É por esses caminhos que a nacionalidade adquire um corpo, um ideal. Produz tradição. Esses mecanismos políticos do Estado e a produção de identidades coletivas (nacionais) funcionam, além da dependência mútua que estabelecem uma com a outra, porque conseguem produzir sentido – representar – e com isso garantir estabilidade e fixação (SILVA, 2014). Ao utilizar o conceito de representação, os teóricos dos Estudos Culturais se afastam do conceito elaborado pela filosofia clássica – cujo objetivo era tentar apreender, capturar o real de forma mais fidedigna possível. A representação, para estes teóricos, funciona como a linguagem/discurso, ou seja, a tendência é buscar “fixá-la” ou “estabilizá-la”, mas é algo que acaba “deslizando”, “escapando”. Mais do que funcionar em engrenagens semelhantes, identidades nacionais e discursos funcionam em complementação. Neste sentido, os teóricos afirmam que a “identidade é um significado – cultural e socialmente atribuído” e, por isso, questionar tanto a identidade quanto a diferença significa “questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação” (SILVA, 2014 p. 89-91).

Esse conjunto de signos funciona no campo do simbólico. Porém, é preciso fazer as distinções entre esse espectro e o funcionamento das identidades e diferenças no campo do social.

O *social* e o *simbólico* referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentidos a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são “vivas” nas relações sociais. (WOODWART, 2014, p. 14).

As relações de poder inerentes do jogo das representações identitárias, da produção da diferença e dos nacionalismos, vão muito mais a fundo do que um simples incluir/excluir determinado grupo. Elas têm capacidade de estratificar, dividir, colocar à margem e espalhar ódio. Além disso, a produção das identidades, que funciona pela criação e manutenção de estereótipos, também está intimamente ligada com a produção de um inimigo em comum.

Até aqui, discutiu-se os mecanismos de sentido que versam sobre nacionalismo e identidade. Uma contextualização, em tom introdutório, sobre os paradigmas que envolvem o tema e como, na literatura mais recente das últimas décadas, a questão é visualizada. O debate teórico sobre como opera o nacionalismo e como funcionam as tradições perpassam,

invariavelmente, o discurso. Para traçar um estudo sobre as operações da alteridade, no aspecto da produção da diferença ou ainda de quem é esse outro, é necessário ponderar sobre essas negociações e disputas, no campo do simbólico.

A partir de agora, ao trabalhar com uma forma de pensamento específica, ou seja, a Doutrina de Segurança Nacional, que se acredita ser a base para o estudo da produção da diferença nos discursos do capitão Jair Bolsonaro, as discussões teóricas que se trouxe até aqui vão ganhando materialidade. Ou seja, será possível visualizar as discussões na prática, com exemplos. A DSN possui um objetivo e um modo de produção do outro: o inimigo. A doutrina será abordada e junto dela as influências que essa forma de racionalidade teve nas instituições militares brasileiras – em específico na Academia Militar das Agulhas Negras.

2 HÁ UM INIMIGO QUE AMEAÇA A NAÇÃO

A abordagem sobre os meandros do nacionalismo, das engrenagens de funcionamento das identidades e da noção de que as tradições são construções ou invenções sociais, sobretudo da modernidade, ganha, neste momento, contornos mais definidos. O nacionalismo, que foi e é reivindicado tanto por projetos políticos de direita quanto de esquerda, configurou-se como uma das matrizes de argumentação anticomunista. A tese é de Motta (2000), autor de um trabalho historiográfico sobre comportamento e representações do comunismo no Brasil do século XX¹³. Além do nacionalismo, há o cristianismo (catolicismo) e o liberalismo (político e econômico). Estas matrizes, em geral, estiveram associadas a algumas instituições no combate ao comunismo. O liberalismo esteve ligado a entidades empresariais; o cristianismo à Igreja Católica; e o nacionalismo ao corpo militar, ou às Forças Armadas. (MOTTA, 2000).

A relação oposta ou combativa dos nacionalistas, fomentada pelas instituições militares contra os comunistas, ganhou força na década de 1960, no contexto da Guerra Fria. Visto como o traidor da Nação, essa figura é tratada como inimiga e precisa ser eliminada, uma vez que oferece perigo à manutenção do *status quo*. Colocar os comunistas nesta perspectiva, de inimigos, é uma das chaves para compreender o pensamento disseminado por meio da Doutrina da Segurança Nacional (DSN).

Neste capítulo, o enfoque é na construção do objeto de estudo e o meio no qual foi formado. Por isso, o objetivo é identificar as características da retórica da Doutrina da Segurança Nacional – definida por alguns autores, como Valdés (1980) e Rouquié (2015) como o modelo de racionalidade que influenciou os militares no golpe ao Estado Brasileiro em 1964.

O capítulo inicia com uma contextualização da atuação militar na política brasileira, sobretudo na década de 1960 e os acontecimentos motivados pela Doutrina da Segurança Nacional. Na sequência, o conceito da DSN é abordado, bem como os pilares que sustentam tal ideologia e como ela se refere ao outro, no caso, ao inimigo. Há de se fazer considerações sobre as tradições das Forças Armadas e como isso influenciou a formação de militares. As características e o cenário que compõem o espectro de representação e das identidades militares, em uma espécie de distanciamento em relação à identidade civil também são mencionados, a partir de contribuições do antropólogo Celso Castro (1990) que, na década de 70, fez uma

¹³ No recorte do tema, o autor trabalha com dois momentos em que o perigo comunista é mais latente aos olhos da sociedade. São eles: a década de 30, após o levante comunista de 1935; e a década 60, no contexto da Guerra Fria até a eclosão do golpe civil-militar de 1964. Ver mais em: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

pesquisa etnográfica com cadetes e oficiais da AMAN. Por fim, o capítulo encerra com um perfil de Jair Bolsonaro.

2.1 1960: A AMEAÇA COMUNISTA ANTES DO GOLPE

Se militares estiveram em uma das linhas de frente no combate ao comunismo, tal posição não era unanimidade no corpo das Forças Armadas. Assim como não era consenso a adesão deles à Doutrina da Segurança Nacional e aos rumos do golpe civil-militar. Ainda, havia contrastes complexos no que se refere à atuação de militares na política. Compreender algumas dessas contradições e dicotomias é fundamental antes de identificar os principais elementos da retórica da DSN para que não se caia em armadilhas de generalização.

O primeiro ponto que deve ser abordado é a relação entre os oficiais e a política. Ao mesmo tempo em que se envolviam em atividades políticas, a corporação exigia distanciamento dos militares em relação à política. Isso porque, pela perspectiva de identidade militar ou o ideal profissional, imposto pelas Forças Armadas, em especial aos subalternos, havia uma profunda cisão entre esses dois campos. Ou seja, militares não devem adentrar na política. Essa necessidade de despolitizar o militar pode ser debatida em conjunto com outro aspecto da identidade militar, trazido por Castro (1990), que é uma espécie de autorreferenciação a partir da negação do outro – que, neste caso, é o civil. Quer dizer, se afastar da política não é só uma qualidade moral dos militares, mas demonstraria o profissionalismo e a distância em relação a atitudes corruptas, que desrespeitam a hierarquia e a disciplina, que, neste caso, seria por eles associadas aos civis.

Apesar desse movimento de afastamento, essa relação é ambígua exatamente porque, em sendo um dos principais símbolos de nacionalidade, as forças armadas representam a soberania do Estado. Se num primeiro momento, no fim do século XIX e início do XX, as instituições militares estão em fase de criação e regulamentações, a partir da década de 1930, as reformas começam a dar o tom do corpo de oficiais. É neste período que o Brasil importa tecnologias armamentistas da França. Junto ao modelo, os militares também se inspiram nas doutrinas e formas de organização dos militares franceses. O sistema de ensino, na AMAN, por exemplo, passa a ser muito mais rígido e disciplinar, com um entendimento da carreira militar como uma profissão (CASTRO, 1990).

Nesta lógica de uma identidade que compreende sua profissão como a responsável pela resolução de problemas e defesa dos interesses nacionais, não é difícil imaginar a sensação de poder que invade estes oficiais. “Patriotas profissionais e precursores da modernização do

Estado, esses novos oficiais não podiam deixar de adquirir uma ‘consciência de competência’ que os levaria a intervir com todo o seu peso, que não era pequeno, na vida pública”. (ROUQUIÉ, 2015, p. 203). Isso também porque aos militares, cabia o papel de “protetores da nação”, ou seja, de definir, a partir dos seus valores, o que era melhor para o país, “em nome de sua segurança e, por tanto, na defesa dos elementos essenciais do *status quo*” (ROUQUIÉ, 2015, p. 208).

Interessante destacar que um destes valores morais atribuídos aos militares era justamente a noção de um sujeito íntegro, honesto e que não se dobraria a corrupção ou a práticas individualistas que fossem prejudicar o corpo de cidadãos ou o país de forma geral. Essa característica é amplamente abordada por Castro (1990) quando faz sua pesquisa etnográfica no interior da Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN.

Sobre essa postura de se colocar como símbolo de idoneidade, cabe destacar que já antes da década de 1930, quando as instituições militares estavam em processo de reformas rumo às doutrinas disciplinares que entrariam em vigência, os oficiais já se opunham às práticas de corrupção. Em 1922, jovens oficiais, os chamados “tenentes”, tomaram parte numa série de rebeliões esporádicas, improvisadas e descoordenadas, cujo motivo foi a insatisfação político-militar generalizada diante da corrupção e das práticas restritivas da “República Velha”. A revolta e a morte de tenentes no forte de Copacabana, em julho de 1922, ano do centenário da Independência, passaram a simbolizar para as classes médias brasileiras suas próprias aspirações de mudança política e social (ROUQUIÉ, 2015). Essas manifestações e revoltas, assim como o levante comunista de 1935 liderado pelo militar Luiz Carlos Prestes, apontam tais contrastes em termos da relação da instituição com a política e, sobretudo, entre as divergências ideológicas do corpo de oficiais.

A historiografia que trata da atuação das Forças Armadas tende a concordar sobre a ampla atuação da classe nas atividades políticas, mas diverge no que se refere à hegemonia ideológica nos anos que antecederam o golpe de 1964. O teórico Alain Rouquié (2015), por exemplo, defende que, os militares só não conseguiram usurpar o poder em momentos anteriores – quando fizeram intervenções diretas na política – porque não haviam conseguido constituir um grupo hegemônico. Chirio (2012), que também estuda o tema, apresenta outra perspectiva. Em seu livro “A política nos quartéis: Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira” (2012), a autora demonstra como não só havia divisões no início dos anos 1960, como alguns dos próprios militares que estavam no grupo que apoiou o início do regime

acabaram indo para a oposição. Ou seja, é perigoso falar em consenso da DSN¹⁴, ainda que o apelo à tal ideologia tenha sido intenso.

É com essas considerações em mente que se deve olhar para a década de 1960 e para o contexto do pré-golpe. Rouquié (2015) destaca semelhanças e diferenças entre as diversas ditaduras militares que comandaram os países da América Latina no século XX. No caso brasileiro, o que traz o autor é uma reflexão onde aponta como é ingenuidade pensar que os militares estiveram, durante todo o século XX, até 1964, agindo passivamente e cuidando das tarefas que lhe cabiam. “Para os militares não é fácil permanecer neutros em política quando se encontram muito empenhados nas tarefas de construir a nação e o Estado e são incumbidos de importantes funções relacionadas com a defesa interna” (ROUQUIÉ, 2015. p. 203).

Em um aspecto geral, são três os períodos da história do século XIX e XX em que os militares adentram na política dos países latino-americanos. O primeiro momento, de 1860 até 1920, é quando os exércitos modernos (e suas instituições) passam a ser criados. A partir desse período, em especial na década de 1930, entra-se na “era militar”, com a profissionalização dos militares, que também passaram a “desempenhar um papel na vida política”. A partir de 1960, “o papel dos militares adquiriu uma coloração internacional, no quadro da hegemonia norte-americana e sob o efeito da guerra fria” (ROUQUIÉ, 2015, p. 201).

No começo dos anos 1960, a divisão entre Oriente e Ocidente, ou seja, entre a manutenção do sistema econômico – capitalista – e a assombração da ameaça comunista chega aos países latino-americanos. Influenciados, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, pela hegemonia estadunidense, o que aconteceu nos países da América Latina foi um enorme medo de uma possível revolução de esquerda – motivados, principalmente, pelas organizações de movimentos de guerrilha que surgiram pós-revolução Cubana. “Os exércitos latino-americanos, empurrados pelo Pentágono, adotaram novas hipóteses estratégicas e táticas para ajustar-se ao tipo de ameaça que daí por diante teriam supostamente de enfrentar” (ROUQUIÉ, 2015, p. 210).

Por mais que houvesse cisões internas, do ponto de vista prático, entre medidas políticas e econômicas dentro do sistema vigente, voltou-se atenção à questão do “inimigo interno”. Ou seja, “diante do perigo de ‘subversão comunista’, as forças armadas do continente prepararam-se para a guerra contrarrevolucionária (ROUQUIÉ, 2015, p. 210)”. Mendes (2013) destaca que,

¹⁴ A própria Doutrina da Segurança Nacional é motivo de divergência entre os pesquisadores que estudam a ditadura militar. Diferente de Valdés (1980), Chirio (2012) afirma que a doutrina que orientou a atuação dos militares no pré-golpe é denominada teoria da Guerra Revolucionária e que muitas vezes há confusões com a DSN. Entre as diferenças e ambas doutrinas, conforme Chirio (2010), está o fato de que a GR sofre de influências francesas enquanto a DSN fala em interferências norte-americanas. Porém, é importante levar em considerações que, além de ambas doutrinas terem influenciados militares brasileiros ao longo do século XX, a adesão a uma delas não exclui a identificação com as ideias da outra.

nas décadas de 1960 e 70, havia uma pressão grande de movimentos sociais, discussões sobre as distribuições de terras – reforma agrária – e as lutas por melhores condições trabalhistas. Em suma, pautas que eram defendidas por partidos com ideais de esquerda. Esse contexto foi o caldo para que militares conservadores usurpassem o poder do Estado no Brasil, na Argentina, no Uruguai e no Chile. “Propuseram-se implantar programas de reorganização nacional que restaurassem a autoridade do Estado, pusesse fim à ‘desordem’ nacional e superasse a estagnação econômica, eliminando, desse modo, de forma permanente toda futura ameaça esquerdista (ROUQUIÉ, 2015, p. 249)”.

No caso brasileiro, por exemplo, havia um forte embate entre os segmentos mais conservadores no sentido de conter alguns avanços em termos de direitos trabalhistas que haviam sido implantados no governo de Getúlio Vargas. Quando o presidente Jânio Quadros, do PRN, renunciou ao cargo, houve forte pressão por parte das Forças Armadas para não permitir que o vice, João Goulart, do PTB, assumisse. Jango, como era conhecido, tinha ideias mais progressistas em aspectos ligados à distribuição de terras e direitos dos trabalhadores.

Além deste clima político, a teórica Maria Helena Moreira Alves faz uma análise do cenário pré-golpe do ponto de vista do sistema econômico, a partir do que ela chama desenvolvimento econômico associado-dependente. Ou seja, um Estado que produz matéria-prima, mas cuja industrialização não lhe garante autonomia diante de outras nações. Alves (1984) destaca que a situação não necessariamente implica em subdesenvolvimento ou estagnação econômica, mas que mantêm problemas sociais, como, por exemplo, desigualdades sociais, altos índices de desempregos e níveis de qualidade de vida baixos, sem solução. A partir desta característica econômica do desenvolvimento brasileiro, e com as medidas políticas e ideias defendidas pelo presidente João Goulart, os interesses nacionais e internacionais passaram a ficar incompatíveis. Segundo Alves (1984), este é o pano de fundo que levou a conspiração civil e militar que derrubou o governo de Goulart, em 31 de março de 1964.

Esse movimento foi consequência direta de uma série de tendências e contradições que vinham ganhando vulto nos anos anteriores. O governo de Goulart promovera restrições aos investimentos multinacionais, configuradas, entre outras medidas, numa severa política de controle das remessas de lucros, de pagamentos de royalties e de transferências de tecnologia, assim como em legislação antitruste e em negociação para a nacionalização de grandes corporações estrangeiras. Adotou também uma política nacionalista de apoio e concessão de subsídios diretos ao capital privado nacional, sobretudo aos seus setores não vinculados ao capital estrangeiro (ALVES, 1984, p. 21). É a partir deste contexto também que a teórica insere a ideologia de segurança nacional, como “um instrumento utilizado pelas classes dominantes,

associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não-democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente” (ALVES, 1984, p. 23).

O que houve após 31 de março de 1964, no Brasil, já foi extensamente documentado e estudado pela História e demais ciências das Humanidades e não cabe, no espectro deste trabalho detalhar, a não ser sobre algumas políticas adotadas pelos militares que comprovam a utilização da DSN, e eram, por sua vez, legitimadas pela doutrina, como, por exemplo, as práticas repressivas e violentas. O que importa aqui é abordar as origens da Doutrina da Segurança Nacional, aprofundar sua racionalidade e chegar ao debate sobre a questão do outro, que dentro desse modelo de pensamento é o inimigo.

2.2 DSN E O INIMIGO A ELIMINAR

Não se sustenta um regime militar influenciado pela Doutrina da Segurança Nacional que não tenha um inimigo a combater. No contexto de guerra que pressupõe a doutrina, Valdés (1980) aponta que o inimigo interno é uma das condições de existência de tal projeto político. Isso porque para atingir os “objetivos nacionais” da doutrina, que inclui a completa eliminação dos pensamentos políticos dissidentes, da crítica e, sobretudo, das ideologias de esquerda, o mecanismo de atuação da DSN prevê uma forte censura e repressão política e policial em relação ao contraditório, ao diferente. É justamente a existência de um inimigo, que precisa ser combatido, que justifica, e de certo modo legitima, a utilização da violência dentro dessa lógica repressiva. Além disso, faz crer que esta estratégia é não a melhor – já que não há espaço para escolhas –, mas a necessária para alcançar os objetivos, que são, primordialmente, a manutenção da ordem social e do sistema econômico vigente e a eliminação da esquerda.

Para compreender os meandros dessa doutrina, que influenciou as instituições militares brasileiras, é necessário retornar às origens dela enquanto ideologia de atuação política para militares – especialmente porque há distinções em relação às práticas de Segurança Nacional¹⁵ enquanto legislação, que é recorrente entre as preocupações dos governos.

¹⁵ A lei de Segurança Nacional (LSN), nº 38, foi promulgada em abril de 1935, no governo de Getúlio Vargas. Ela definia crimes contra a ordem política e social. Apesar das conexões e objetivo de garantir a segurança do Estado, a legislação não deve ser confundida com a DSN, por sua vez pensada por autores como Valdés (1980), enquanto treinamento e prática ideológica de criação do inimigo interno e de extermínio da esquerda.

2.2.1 O que é a DSN

A definição da Doutrina da Segurança Nacional tem algumas dissonâncias a depender do autor que conceitua. Há quatro autores principais que abordaram o tema entre os anos 1970 e 1980. O primeiro a sistematizar a doutrina foi o padre Joseph Comblin (1978), que definiu em sua análise as noções de geopolítica e de guerra total. A geopolítica, no âmbito da DSN, não mais compreende as políticas e a geografia em relação às demais Nações, mas em relação à própria Nação. Já o segundo conceito (guerra total) se refere a uma ideia disseminada pelos ideólogos e adeptos da doutrina de que a guerra contra o comunismo era algo necessário para a sobrevivência da Nação (MENDES, 2013).

O segundo autor a fazer uma sistematização da doutrina é Jorge Tapia Valdés (1980), o qual também a descreve como uma nova configuração da geopolítica, que deixa de utilizar a geografia para fins políticos e de relações internacionais e se detém no controle social da população. Ou seja, ao invés de funcionar no âmbito das lutas entre diferentes estados, o seu papel é voltado à luta por hegemonia entre diferentes grupos no mesmo Estado-Nação. Neste sentido, o mecanismo de atuação da DSN tem um propósito, em suma, que é impedir que as esquerdas políticas tomem ou se mantenham no poder. A maneira de atuação para conter esses movimentos consiste na “A exacerbação do conflito social e a falência terrorista da ordem social e da paz, por meio de grupos paramilitares de extrema direita, que atuam diretamente ou se infiltrando nas frações mais radicais da esquerda” (VALDÉS, 1980, p. 27-28, tradução do autor).

Comblin (1978) e Valdés (1980) divergem no que se refere a algumas definições da doutrina. Para o segundo autor, a DSN é um braço do fascismo. Afirmção que não encontra muita ressonância em Comblin, que apesar de admitir alguns traços do fascismo na doutrina, argumenta que não se pode esquecer de traços específicos dos fenômenos latino-americanos (MENDES, 2013).

Há as compreensões de Herrera (1981) e Rouquié (1982) que trabalham com o tema, mas não na mesma perspectiva de sistematizar o pensamento. Por esse motivo, as especificidades destes pensamentos não serão aprofundadas. As contribuições de Rouquié (1982) são utilizadas nesta pesquisa no processo de contextualização da atuação das forças militares nas ditaduras.

Ainda, em uma linha um pouco diferente, a teórica Maria Helena Moreira Alves (1984), trabalha com a ideia de ideologia da segurança nacional inserida no que chama de Doutrina da Segurança Nacional e Desenvolvimento. Ou seja, uma abordagem não apenas pelo viés da

segurança e dos princípios de guerra, mas como uma estrutura de pensamento que prevê uma atuação e conjuntura econômica.

A ideologia da segurança nacional contida na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi um instrumento importante para a perpetuação das estruturas de Estado destinadas a facilitar o desenvolvimento capitalista associado-dependente. [...] Em sua variante brasileira, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento constitui um corpo orgânico de pensamento que inclui uma teoria de guerra, uma teoria de revolução e subversão interna, uma teoria do papel do Brasil na política mundial e de seu potencial geopolítico como potência mundial, e um modelo específico de desenvolvimento econômico associado-dependente que combina elementos da economia keynesiana ao capitalismo de Estado. (ALVES, 1984, p. 26)

A DSND é usada para impor a dominação ou controle do Estado, já que esta estrutura de pensamento – antidemocrática – não prevê apoio popular para constituir um governo legítimo. Para a autora, a DSND destoa da ideologia fascista porque não prevê uma teoria de supremacia racial e/ou uma aspiração imperial. Porém, tal doutrina “efetivamente prevê que o Estado conquistará certo grau de legitimidade graças a um constante desenvolvimento capitalista e o seu desempenho como defensor da nação contra a ameaça dos ‘inimigos internos’ e da ‘guerra psicológica’” (ALVES, 1984, p. 26).

2.2.2 A Guerra Fria e ameaça à ordem: a proeminência da DSN

A origem da doutrina não é unanimidade entre os autores do tema. Alves (1984) cita que as origens da ideologia surgiram no Brasil ainda século XIX, com ideias antimarxistas, teorias da geopolítica, entre outras tendências conservadoras. Há correntes que apontam que a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) surgiu em solo norte-americano, cerca de uma década depois de terminada a Segunda Guerra Mundial, em um contexto de extrema polarização política entre os Estados Unidos – que representavam a manutenção do regime político-econômico vigente – e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – que era vista como modelo dos ideais e revoluções de esquerda (VALDÉS, 1980).

As discussões sobre as efetivas origens da doutrina ficam de lado neste momento, já que o objetivo aqui é contextualizar o momento em que ela ganha força no cenário político, a partir dos anos 1950 e 1960. É possível dizer, sobre este momento, que a DSN foi uma resposta dos norte-americanos, em específico dos *policy makers*, à URSS, que estava em plena expansão e ameaçava, por meio de grupos subversivos da ordem infiltrados no interior da nação, o modelo capitalista de produção econômica e organização política. Em outras palavras, eles perceberam que a guerra não seria efetivada pelas vias físicas, de confronto – ao menos diretamente –, mas

pelas estratégias ideológicas, de convencimento. Valdés (1980) aponta que especificamente a doutrina representa uma mudança de postura dos EUA na Guerra Fria porque a ideia da Segurança Nacional era parte de uma engrenagem da política interna, mas que foi transformada em política internacional e militarizada. A partir dessa guinada, a DSN passa a ser parte de um treinamento repassado às forças armadas de diversos países do Terceiro Mundo.

O início do fim do monolitismo dentro do bloco comunista e o desenvolvimento de uma espécie de opinião pública internacional independente, tanto no Terceiro Mundo quanto na Europa, demonstrou que os interesses nacionais e internacionais mudaram, e que a luta pelo controle do povo e dos recursos teve que adotar um caráter ideológico e político ao invés do militar que o caracterizou até então (VALDÉS, 1980, p. 48, tradução do autor).

Do ponto de vista dos norte-americanos, a ameaça comunista não era problema exclusivo de cada Nação, mas sim uma questão internacional. Porém, aos olhos dos Estados Unidos, os demais países não conseguiriam lidar sozinhos com as ameaças de subversão à ordem, e que por isso, deveriam colocar seu aparato militar à disposição (VALDÉS, 1980).

A obsessão por alcançar uma situação de "ordem continental" determinou que fosse atribuída uma função básica aos militares em cada nação latino-americana. Quando ao mesmo tempo se pregava também, como dogma, a essencial incapacidade e falta de patriotismo das elites civis para conduzir essas nações, e a falta de preparação de seus povos para a vida democrática, a desculpa e a justificativa moral foram fornecidas pela transformação permanente do soldado em político. (VALDÉS, 1980, p. 61, tradução do autor).

Fazia parte do *training* estadunidense da Doutrina da Segurança Nacional propagandear que os militares eram superiores aos civis por obterem uma formação concentrada na disciplina, na organização e na dedicação, além do patriotismo, que seriam princípios fundamentais para assegurar os bons rumos da Nação. Ou seja, para livrá-la da instabilidade social-política provocada por partidos de esquerda que o ameaçava com uma revolução, e para assegurar o progresso econômico.

Em resumo, podemos afirmar que a doutrina norte-americana de segurança nacional, em sua aplicação na América Latina, consiste em aumentar o papel político das Forças Armadas para garantir o controle da subversão ou da agitação social em cada país do continente e garantir estabilidade política interna. Isso significou preparar essas Forças Armadas não apenas para a prática de um tipo limitado de guerra contra a insurgência, mas também para participar na direção dos processos sociais e econômicos do país. (VALDÉS, 1980, p. 65, tradução do autor).

Tal característica da doutrina, de incentivar uma hierarquia, um embate entre militares *versus* civis, pode ser vista, no contexto desta pesquisa, como uma das bases de sustentação de uma disputa identitária que surge dentro das instituições militares e que o antropólogo Celso Castro (1990) define como *espírito militar*. Se pensado em termos de identidade e nacionalismo, ao se instituir como sujeitos disciplinados, honestos, equiparados com técnicas e valores morais – entre os quais o amor à Nação – para comandar e dizer quais os melhores rumos do país, os militares colocam e ou imaginavam os civis como destituídos ou não tão imbuídos dessas características necessárias para tal protagonismo político.

2.2.3 Treinamento militar da DSN

Há, certamente, um cinismo inevitável em um plano tão mecânico como o que fundamenta as opiniões que acabamos de transcrever, um plano brutalmente simples e eficaz: primeiro, o comunismo é definido como um verdadeiro inimigo das forças armadas latino-americanas, no amplo sentido "pentagônico" da palavra, identificando-o como um "inimigo interno" sempre em ataque. Essa internacionalização da figura do inimigo é alcançada por meio de um processo de doutrinação política que também destaca a incapacidade do governo democrático de enfrentar o comunismo e a necessidade de os militares assumirem o poder político. Uma vez alcançada a militarização da sociedade nacional e as bases do desenvolvimento capitalista, espera-se que, gradativamente, devido às necessárias compulsões belicistas e nacionalistas dos chefes militares, eles dêem seu próprio conteúdo à sua cruzada anticomunista e redentora, exigindo imensos sacrifícios de suas cidades tenham recursos materiais de tipo militar. (VALDÉS, 1980, p. 69, tradução do autor)

A definição acima dada pelo autor sintetiza a forma de atuação dos militares norte-americanos no projeto de doutrinação política – que era o objetivo principal da DSN – ao oferecer treinamento político-militar às forças armadas latino-americanas. Além de colocar em prática um programa de atuação contra os comunistas, no Canal do Panamá – que foi chamado Escuela de las Américas (URSARSA) –, os Estados Unidos estiveram presentes e ofereceram ajuda e suporte na criação de instituições dentro dos próprios países. No caso brasileiro, a Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949, sofreu influência direta de colégios norte-americanos e há evidências de que eles permaneceram na instituição até por volta dos anos 1960 (VALDÉS, 1980).

O que os autores que trabalham com a DSN argumentam exaustivamente é que os EUA não ofereceram tais treinamentos com objetivo de preparar militares para uma guerra real. A principal preocupação educacional esteve concentrada no plano ideológico. Era uma espécie de doutrina política para militares. No Brasil, a principal influência, já citada, é a Escola Superior de Guerra. Mas isso não significa que o modelo de pensamento não tenha se espalhado para

outras instituições, especialmente porque a doutrina não se configurava como uma série de ideias e valores desconexos, mas era um conjunto integral de pensamento que envolvia política, economia, militarismo, formulado de maneira coerente para ser repassado nas instituições e orientar a ação política (VALDÉS, 1980).

Golbery Couto e Silva, por exemplo, era um forte nome dentro da ESG. Com formação da AMAN, ele foi autor de livros e um dos principais teóricos e defensores da Doutrina da Segurança Nacional. Valdés (1980) aponta uma mudança no pensamento de Golbery, no início dos anos 60 – um dos argumentos que ajudam a comprovar a influência da DSN no pensamento de militares e, mais do que isso, na intervenção de 1964, quando as forças armadas usurparam o poder do Estado.

Mas para Golbery o planejamento supôs, naquela época, a manutenção e preservação do regime democrático de governo. Ele defendeu o uso do planejamento no setor de Segurança Nacional para que, ao mostrar o seu sucesso nessa área, se comprovasse que o planejamento éera, de fato e de forma geral, o único meio de conduzir com eficiência a política nacional, bem como demonstrar que deveria ser executado "dentro de moldes democráticos, sem recorrer a coação ou fraude. (VALDÉS, 1980, p. 110, tradução do autor).

O que Valdés (1980) propõe, ao analisar os pensamentos de Golbery é que, antes de 1960, há uma forte preocupação em relação a uma guerra real e a necessidade de proteger a nação de um inimigo externo. A partir dos anos 1960, há uma mudança fundamental na retórica, que se torna muito mais agressiva e volta sua atenção para a figura do inimigo interno, que precisa ser contido. Golbery, que antes possuía uma orientação democrática, altera seu posicionamento para a DSN. A questão do inimigo interno é um dos pilares de sustentação ou ainda uma das condições de existência de um regime militar influenciado pela doutrina. Porém antes de discorrer sobre essas estratégias, é preciso retomar os conteúdos do treinamento militar fornecido aos países latino-americanos.

No treinamento militar, há quatro frentes de atuação da DSN que estão intrinsecamente relacionadas: a educação no contexto da Guerra Fria, ou seja, o repúdio à esquerda; as operações de assuntos civis; a liderança militar; e, por último, a despreocupação com os valores democráticos (VALDÉS, 1980, p. 88). Um aspecto importante, no que se refere ao anti-esquerdismo é que, com objetivo de identificar e conter o comunismo, a doutrina taxa como comunista qualquer movimento de esquerda, populista, progressista, de protesto ou contestação do sistema. É verdade que os militares podem acabar fazendo confusão com o termo por não saberem as diferenças entre esquerda, comunismo e socialismo. Porém, no âmbito da DSN, deixar o significado “flexível” é uma estratégia que permite incluir um amplo grupo de

movimentos, entidades e agentes na identificação de subversivo. Desta forma, é mais fácil reprimir ou eliminar qualquer forma ou foco de projeto contraditório ao *establishment* militar.

A “Operação de Assuntos Civis” (chamado nos manuais de doutrina OAC) consiste nos mecanismos de defesa interna. Se concentra em repassar, ao militar, conteúdos relacionados ao desenvolvimento econômico e projetos políticos que possam garantir a ordem social. Em outras palavras, auxilia no processo de politizar o militar. Neste sentido, a ideia de liderança militar atua como forma de complementação dessa disciplina. Isso porque a liderança não era repassada ao militar como algo relacionado à profissão dentro das Forças Armadas, mas como uma questão de caráter ou de identidade. O militar precisa ter liderança para assumir cargos políticos e exercer sua liderança também neste sentido e não apenas estar engajado para ser líder dentro de um contexto de defesa do país ou uma possível guerra. Ainda que pareça paradoxal, porque a liderança, no sentido de politizar o militar, está relacionada à ideia de defender a Nação, é preciso lembrar que a DNS consistia em um projeto político de manutenção da ordem social e de eliminação do inimigo – o comunismo.

Por fim, a despreocupação com os valores democráticos aparece em um sentido de complementar os tópicos anteriores. A justificativa principal é que a doutrina enxerga a democracia como frágil e ingênua, no sentido em que, comandada por civis, não possui capacidade e autonomia para defender-se sozinha dos perigos da subversão comunista. Aqui também se reforça a ideia do militar como alguém superior ao civil e que, em função dos elementos que constituem sua identidade – de sua integridade moral, honestidade, amor à pátria – seria o sujeito ideal para salvar o país de tais ameaças. Porém, essa lógica de pensamento só tem validade se houver um inimigo a combater.

2.2.4 A questão do inimigo interno

A partir do entendimento de que a doutrina parte de um fundamento da geopolítica, Valdés (1980), aponta que a DSN, ao inverter a lógica desse sistema, que antes era pensando em termos de política externa, começa a traçar objetivos e estratégias para manutenção da ordem e da defesa. Neste aspecto, a doutrina opera se baseando em objetivos nacionais, ou seja, elementos que consistem em interesses ou aspirações da Nação e que, nesta condição, orientam todas as ações do governo. Mais do que isso, tais objetivos são fundamentais no sentido de que, ao orientar as políticas, eles estabelecem demarcações entre quem é o “povo” e quem é inimigo.

Quando se definem os objetivos nacionais, a doutrina não abre brecha para o contraditório. Tudo o que se oponha as ações políticas e aos objetivos nacionais é um ato de agressão ao regime e é, sobretudo, inimigo. Quem se movimenta em direção distinta a tais ideias não é considerado como “povo” ou cidadão daquele país. “Povo” é apenas a parte da população que tem uma noção correta sobre o problema responsáveis por determinar os Objetivos Nacionais e liderar a comunidade nacional” (VALDÉS, 1980, p. 119, tradução do autor). Neste contexto, a legitimidade política não se basta com o governo eleito pelo voto, mas pela necessidade de demonstrar autoridade. E para exercer autoridade, utiliza-se da polícia e da censura política. Na medida em que se estabelece uma repressão, o objetivo é fazer com que a oposição deixe de existir. As forças internas opostas devem ser eliminadas.

Tudo que se opõe ao regime é visto em três categorias de perigo: impedimentos, antagonismos e pressões. O grau de atuação do governo se torna mais incisivo de acordo com o “nível” de perigo. Um impedimento, por exemplo, é visto como um obstáculo inconsciente da comunidade que deve ser superado para alcançar os objetivos nacionais. Porém, quando esses obstáculos se transformam em ações contraditórias ao governo e aos objetivos nacionais, o impeditivo se torna um antagonismo. As pressões acontecem quando os antagonismos se organizam a ponto de deter poder para se opor, para planejar atos de coação ou violência contra os interesses do Estado. “Para superar as pressões, o Estado é obrigado a adotar medidas extraordinárias, incluindo a guerra (VALDÉS, 1980, p. 120, tradução do autor)”. Tais medidas incluem a censura e outros meios de repressão, como prisões e torturas.

A utilização desses mecanismos de violência para conter a ameaça comunista só pode ser justificada em um contexto de guerra permanente. Ou seja, a Guerra Fria, o mundo polarizado, e a conseqüente luta do Ocidente contra a subversão justificam a violência e a repressão. “O mito da guerra é um traço permanente e fundamental, fortemente internalizado pelos militares e socializado na população por meio da manipulação de opiniões (VALDÉS, 1980, p. 224, tradução do autor)”. Mais do que justificar o aparelhamento criado para conter a subversão, ou seja, para reprimir o dissenso, a representação do inimigo é de uma figura sub-humana ou até mesmo demoníaca (CALVEIRO, 2013). Essa visão do outro ajuda a explicar como tantos crimes foram cometidos por homens comuns, que simplesmente acatavam ordens “de cima”¹⁶.

¹⁶ Pilar Calveiro é uma cientista política argentina que foi presa pela ditadura do país vizinho e faz uma análise fria e minuciosa sobre o regime autoritário na Argentina. Ver mais em: CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento**: os campos de concentração na Argentina. São Paulo: Boitempo, 2013.

Além de explicar e legitimar, essa visão de embate se estrutura na ideia de um inimigo em comum que precisa ser eliminado e para isso demanda um esforço conjunto da sociedade. São estes os condicionantes fundamentais para que os militares possam instaurar uma política repressiva e autoritária. O inimigo se torna primordial para a existência e permanência da DSN como ideologia do governo. É preciso que haja alguém para combater a fim de justificar a lógica da doutrina. Ainda, quando o objetivo é enfrentar tal ameaça, deixar o grupo significa traição (VALDÉS, 1980).

Tomando como princípios norteadores a distinção "amigo-inimigo" e a ditadura soberana, e como tática fundamental a guerra contra o inimigo interno, o DSN acaba sendo, em última instância e essencialmente, uma modalidade altamente coercitiva de enfrentamento de conflitos sociais, modalidade que não se destina a resolver o conflito, mas a suprimi-lo. O projeto político do DSN tende a produzir "unidade nacional" por meio de uma definição monoelitista do bem comum e dos meios para alcançá-lo, e a imposição de um e do outro pela exclusão ou eliminação pela força de toda crítica, dissidência ou oposição significativa. A premissa básica dos cultistas do DSN é que, para alcançar ordem, estabilidade e desenvolvimento, toda divisão de interesses e opiniões deve ser eliminada e toda filosofia e estrutura pluralista deve ser suprimida, porque supõe a perpetuação da situação de conflito e, portanto, de desordem e instabilidade sócio-política. (VALDÉS, 1980, p. 222 e 223, tradução do autor)

A DSN tem por objetivo promover a unidade ou a homogeneidade nacional. A demarcação do inimigo e sua conseqüente eliminação é uma estratégia para chegar neste objetivo. O paradoxo da doutrina reside justamente no fato de que o inimigo interno sustenta a retórica de segurança nacional. Quando ele deixa de existir, deixa de fazer sentido seu projeto.

Até aqui, a discussão conceituou e abordou a forma de racionalidade da Doutrina da Segurança Nacional e a sua postura em relação ao outro, que é sumariamente o inimigo. A partir de agora, o debate avança para o âmbito do objeto, sua trajetória militar e política, a começar pela contextualização da formação na Academia Militar das Agulhas Negras, de onde Bolsonaro saiu oficial.

2.3 FANTASMA DO COMUNISMO, O TRAIADOR DA NAÇÃO

Ainda que a DSN tenha servido de fundo ideológico, a história das Forças Armadas com o comunismo já é sinônimo de confronto desde a década de 1930 no Brasil, quando um grupo tentou uma revolução contra o governo de Getúlio Vargas. O comunismo já era um fantasma¹⁷

¹⁷ Em "O Manifesto do partido comunista", publicado pela primeira vez em 1848, Marx e Engels (2014, p. 105) iniciam o texto afirmando que "Um fantasma ronda a Europa – o fantasma do comunismo". Em caráter introdutório, os teóricos descrevem como as ideias comunistas já eram alvo de estigmatizações e falsas acusações.

que assombrava o mundo inteiro desde a revolução bolchevique na Rússia, em 1917. A tensão aumentou com as tentativas de tomada do poder, em novembro de 1935, em episódio que ficou conhecido, no meio militar, pejorativamente, como “Intentona” Comunista. O evento foi uma peça chave para desencadear uma ideologia anticomunista entre os militares (CASTRO, 2002). A morte de mais de 30 militares nos confrontos causou grande comoção pública e fez com que os militares tomassem partido em favor do sistema vigente. Os que haviam participado do levante foram expulsos e “acusados de uma dupla traição: não só do país como da própria instituição militar, ferida em seus dois pilares - a hierarquia e a disciplina” (CASTRO, 2002, p. 51).

O que interessa mencionar, no bojo desta pesquisa sobre o evento, é que as instituições militares, através dos seus rituais e tradições que estavam em processo de criação e reformas, cristalizaram uma imagem dos comunistas como os inimigos máximos da Pátria. Tal ideologia passou a ser vista como um vírus, uma doença, que se “infiltrava” no seio da sociedade e buscava sua degradação moral (CASTRO, 2002).

Embora de fácil definição, o termo “anticomunismo” engloba um conjunto bastante heterogêneo de forças políticas e sociais. Católicos, liberais, militares, empresários, nacionalistas, fascistas e socialistas democráticos aparecem unidos por uma postura negativa, por se posicionarem *contra* um inimigo comum. Por isso, a convergência entre os diversos anticomunismos ocorre apenas em períodos percebidos como de aumento do “perigo comunista”, geralmente de curta duração (CASTRO, 2002, p. 49-50).

Há dois momentos sociopolíticos, na história brasileira do século XX, em que houve “surtos” anticomunistas. Em sua tese de doutorado, Rodrigo Patto Sá Motta (2000) descreve o período de 1935-1937 e o início da década de 1960, como os períodos em que diversos setores da sociedade estiveram engajados na luta contra o comunismo. Nas duas ocasiões, os eventos desencadearam ditaduras – na década de 30, a instauração do Estado Novo, ou Ditadura Vargas e, em 1964, o golpe civil-militar. Nesta pesquisa historiográfica, o autor aborda como o comunismo era representado em diversas instituições. Tal análise ajuda no entendimento dos motivos que levam à sociedade, de modo geral, a se voltar contra os comunistas.

Destes sistemas de representações, três cabem destaque. Os setores liberais da sociedade brasileira enxergavam no comunismo, em termos econômicos, um problema, na medida em

Do fato que o fantasma rondava o mundo, os autores concluíam que: 1 – o comunismo se figurava como potência; 2 – era hora dos próprios comunistas elaborarem um manifesto divulgando suas ideias. Quando se fala que o comunismo passou a assombrar o mundo após a Revolução na Rússia, não se quer, com isso, tirar o protagonismo anterior e o potencial de tais ideias, mas apenas reforçar que a possibilidade concreta de uma revolução causou pânico em setores conservadores capitalistas.

que havia convergências de entendimento sobre a propriedade privada. Eles descreviam os comunistas como ditadores porque, segundo eles, se o indivíduo não pudesse exercer a posse, ele estaria sendo impedido, restrito. Não seria livre. A segunda instituição, a Igreja Católica, apelava para a representação do comunismo como uma figura monstruosa, diabólica, não-humana ou sub-humana. Conforme Motta (2000), a justificativa é de que o marxismo e demais ideais comunistas estavam se contrapondo às crenças do catolicismo ao passo que descreviam que o poder está nas mãos da classe trabalhadora. Essa ideia acabava por desconstruir a subserviência dos fiéis em relação a Deus e à instituição.

Por fim, há a figura do comunismo para as Forças Armadas. Para o Exército, os grupos comunistas eram vistos como aliados e a serviço da União Soviética e, por tanto, eram contrários aos interesses nacionais. Isso porque essa compreensão previa que, ao implantar o “comunismo”, o Brasil deixaria de ser o Brasil e seria uma extensão dos países socialistas – como a URSS.

Dentro dessa lógica de inimigo do país, não é difícil imaginar as reações das Forças Armadas e demais setores da sociedade no levante comunista de 1935. O episódio desencadeou alguns rituais que levaram, conseqüentemente, a criação de uma tradição. Os militares passaram a comemorar, todos os anos, a vitória das Forças Armadas, contra os comunistas e celebrar a memória dos “heróis” mortos nos confrontos. “O ritual de rememoração dos mortos leais ao governo, repetido a cada ano no Rio de Janeiro, tornava seu ‘sacrifício’ presente, renovava os votos anticomunistas dos militares e socializava as novas gerações no mesmo espírito” (CASTRO, 2002, p. 53).

O que se consolidou, a partir deste período, em termos disputa da identidade foi uma representação amplamente negativa de doutrinas e ideologias políticas que fugiam à regra do sistema vigente – ou seja, o capitalismo. Os militares, em seu processo de (re)significação dos símbolos e atores nacionais e, principalmente, pelo papel que lhes cabe – de defensores da Pátria – conseguiram garantir para si a imagem de agentes legítimos dos interesses nacionais.

Essa foi a estratégia que colocou o comunismo como inimigo e traidor da Nação e, portanto, inimigo dos nacionalistas – estes amigos e defensores da Nação. Necessário pontuar que, apesar de o nacionalismo se tratar de um projeto político, isso não significa que ele pressuponha um conjunto de ideias políticas pela manutenção da ordem social e econômica. Sobretudo se lembrado o fenômeno nacionalista durante a União Soviética¹⁸. Não há como

¹⁸ Sobre essa questão, a escritora bielorrusa Svetlana Aleksievitch traça um panorama de como as vidas cotidianas dos soviéticos foram profundamente alteradas com o fim da URSS, não só em termos de estrutura social e

negar que ao levantar a bandeira dos projetos e interesses nacionais – quais sejam eles – esteja se utilizando de uma retórica nacionalista. Ponto este onde se encaixa a discussão trazida por Anderson (2008) sobre a produção de sentido e como se estabelecem laços de solidariedade, o que nos leva a fazer conexões sobre como essa representação do comunismo, formulada por uma instituição que tem a legitimidade de defender o país, se espalha e é aceita pelos cidadãos.

2.4 O ESPÍRITO MILITAR: A FORMAÇÃO NA AMAN

Antes de analisar os discursos do capitão da reserva e político Jair Messias Bolsonaro, é preciso que nos remetamos às origens dessa retórica. A formação do oficial de reserva do Exército Brasileiro começa na Academia Militar das Agulhas Negras, cuja conclusão do curso foi em 1977. A AMAN é uma instituição de ensino superior que forma os oficiais da ativa do Exército Brasileiro. Está localizada no município de Resende, no Rio de Janeiro. No período em que Bolsonaro estudou, havia três formas de ingresso na Academia: A Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), os Colégios Militares ou por um concurso de admissão. Desde os anos 1990, o ingresso é exclusivo pelo EsPCEEx. A estrutura de ensino é dividida em quatro anos. No primeiro, há um Curso Básico¹⁹.

Os objetivos são ajustar a personalidade do cadete aos princípios que regem a vida militar, assegurar os conhecimentos que o habilitem ao prosseguimento de sua formação de oficial, fortalecer o caráter militar, preparar o combatente básico, obtendo reflexos na execução de técnicas e táticas individuais de combate, obter capacitação física e desenvolver habilidades técnicas (AMAN, 2019).

O antropólogo Celso Castro (1990) fez uma pesquisa etnográfica com cadetes da Academia, na segunda metade da década de 1980, alguns anos após a passagem de Bolsonaro pela instituição. Em suas entrevistas, Castro (1990) observou as subjetividades dos militares em formação e conseguiu captar, sociologicamente, os valores morais que permeiam a identidade militar, bem como as divisões que são estabelecidas, dentro da AMAN, em relação aos “paisanos” – termo pejorativo utilizado para se referir aos civis. Esse processo inicia nas primeiras semanas de ingresso, antes da matrícula. Os alunos ingressam no internato e são submetidos a atividades das 6h às 22h. O que se relatava era uma pressão dos oficiais sobre os

financeira, mas principalmente em termos identitários. Ver mais em: ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **O fim do homem soviético**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

¹⁹ A partir do segundo ano, o voluntário é encaminhado para uma das sete especialidades do Exército. São elas: Armas (Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações), Serviços de Intendência e Material Bélico.

novatos, cujo objetivo era fazer com que os candidatos pensassem se realmente queriam seguir no curso.

As intimidações, exemplos de hierarquia e obediência são ensinados também pelos cadetes “veteranos”. No primeiro ano, os voluntários são chamados de “bichos” e sofrem “trotes” dos mais velhos. Por mais que haja excessos, os alunos entrevistados observavam como algo positivo essas “passagens”, como uma espécie de processo para “virar homem”. Um dos entrevistados chegou a mencionar: “É aquele negócio: aqui na Academia é lugar pra *homem*, não é lugar pra criança nem viadinho. Então o cara vem prá cá... pô, o cara tem que virar homem de qualquer maneira” (CASTRO, 1990, p. 29). O pesquisador interpreta: “Este cadete parece sugerir que o trote é uma espécie de ‘prova de fogo’, na qual o bicho tem que provar que merece ser militar, que ‘é homem’, ainda que – paradoxalmente – sua masculinidade tenha de ser provada através da aceitação resignada de situações vexatórias” (CASTRO, 1990, p. 29). Essas experiências têm como objetivo o aprendizado sobre o *espírito militar* desde as primeiras semanas. Essa “recepção” marca uma ruptura com a vida civil, uma espécie de desintegração de uma identidade civil para uma identidade militar. Os aprendizados da AMAN apontam que o *espírito militar* está ligado a uma forma correta de viver e que coletivamente os militares não são só diferentes dos paisanos, mas melhores do que eles.

O antropólogo também menciona o clima de companheirismo que existe entre os cadetes, estimulado, principalmente, pela convivência do internato e por compartilharem situações difíceis. Essa amizade, junto ao *espírito militar* e ao conjunto de códigos, símbolos e tradições – composições da identidade militar – a qual o voluntário tem contato ajudam a criar uma linha que divide militares de civis. “A comparação entre ‘aqui dentro’ e ‘lá fora’ é recorrente no discurso dos cadetes, e serve de fonte para o estabelecimento de distinções entre civis e militares” (CASTRO, 1990, p. 38).

Ou seja, a produção da diferença perpassa o discurso de quem integra as Forças Armadas desde os primeiros anos de ingresso na AMAN. Essa distinção torna mais concebível a procura pelo inimigo. Os voluntários costumam fazer distinções, por vezes maniqueístas, entre a educação e a vida que possuem na academia militar e a que civis recebem em faculdades, por exemplo. Uma série de códigos positivos, como a seriedade, o profissionalismo, a maturidade, o comprometimento, a disciplina, a atenção, a obediência, são atribuídos à AMAN. Todo o oposto – negativo – é visto, pelos cadetes, nas faculdades civis (CASTRO, 1990).

Outra série – agora de atributos morais – reforça e amplia aquela fronteira: o senso de honestidade e ‘retidão’ de caráter; a preocupação com causas ‘nobres e elevadas’ - ‘Pátria’, ‘Brasil!’ (no Curso Básico, quando um oficial grita ‘Brasil!’, os cadetes

contestam em coro: ‘Acima de tudo!²⁰’); o ‘espírito da renúncia’ e o desapego a bens materiais; o respeito à ordem, à disciplina e à hierarquia, são exemplos mais comumente citados pelos cadetes (CASTRO, 1990, p. 42).

Essa rigidez do exército começou a se moldar na década de 30 do século XX, quando a Escola Militar, que mais tarde se chamaria AMAN, passou por uma série de inovações que se configuram como a invenção de tradições. Há, por exemplo, a criação de uma farda exclusiva. “A criação do estandarte do Corpo de Cadetes e do brasão da Academia. Com essas e outras medidas, José Pessoa²¹ pretendeu criar ‘uma ideologia’, que é um misto de brasilidade e sentimento militar, amalgamados pelo culto do passado, pelo espírito de tradição” (ALBUQUERQUE apud CASTRO, 1990, p. 129).

Essa reforma também criou um regulamento, enrijeceu as questões disciplinares e introduziu premiações para os cadetes com melhor desempenho, estimulando a competição. “O objetivo principal da reforma feita por José Pessoa era criar uma elite homogênea” (CASTRO, 1990, p. 130). É nesse período, que iniciam as movimentações para a construção de um novo prédio, que seria a Academia Militar das Agulhas Negras. A invenção destes rituais, aos quais são atribuídos significados, como já mencionado no bojo deste trabalho, contribui para a composição da identidade militar e para o conjunto de representações que ela traz consigo.

2.4.1 Militares versus civis

Na pesquisa, o antropólogo entrevistou oficiais que haviam se formado na AMAN e cadetes dos quatro anos de curso da instituição. Ele identificou diferenças no comportamento e representatividade do militar na sociedade civil. O que relataram os oficiais à época é que, no “seu tempo” de cadetes, em geral variando entre a década de 50 e 60, havia um *prestígio da farda*. Os militares eram convidados para festas, tinham facilidade para circular na sociedade e preferência entre as mulheres. Já o que observaram no tempo da pesquisa, nos anos 80, era um desprestígio do militar. Tal representação social foi constantemente reiterada pelos cadetes nas entrevistas.

²⁰ O grito dos cadetes, ao responderem “Brasil: acima de tudo”, foi adotado por Bolsonaro como slogan de campanha eleitoral em 2018. O slogan completo dizia “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

²¹ José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque foi um militar brasileiro que esteve à frente do comando da Escola Militar do Realengo, a partir de 1930, e um dos idealizadores da Academia Militar das Agulhas Negras. José Pessoa nasceu em 1885, em Cabaceiras (PB) e morreu em 1959, no Rio de Janeiro. Ver mais em: JOSÉ Pessoa. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2019. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/jose_pessoa>. Acesso em: 13 jan. 2020.

A construção da identidade social do militar tem lugar em meio a uma tensão entre uma ‘visão ideal’ que permanece aproximadamente a mesma desde a década de 1930, afirmando uma posição de superioridade moral, prestígio e distinção sociais dos militares em relação aos paisanos e a vivência pelos cadetes, no ‘mundo de fora’, de experiências que muitas vezes não confirmam ou mesmo contradizem isso. Mas o que é esse ‘mundo de fora’ senão a *polis*? Se por um lado os militares estão dela ‘afastados’, ‘isolados’, por outro estão a ela irremediavelmente ligados: a instituição militar é uma instituição ‘polís-tica’ preocupada com a ‘coisa pública’ e com a ‘Pátria’. O que varia no tempo é a solução encontrada pela instituição para conviver com essa tensão permanente entre o ‘mundo de dentro’ e o ‘mundo de fora’. (CASTRO, 1990, p. 162).

A esta pesquisa, cujo objetivo se debruça sobre as discussões de alteridade, chama a atenção a relação feita por Castro (1990) entre o ‘mundo de dentro’ e ‘o de fora’, ou seja, entre o ‘nós’ e ‘eles’. Fica evidente que a construção de representação hierárquica se constitui no sujeito que é militar logo nos primeiros anos, de modo que ele se compreende de forma distinta e acredita que possui outros valores morais. Essa compreensão perpassa o que vinha sendo discutido no capítulo anterior e que constitui o bojo da identificação social: a autorreferenciação a partir da negação do outro. Quando Castro (1990) descreve o que foi dito pelos cadetes em entrevistas, um ponto que sobressai é o movimento de identificação de atributos morais de ambos os grupos – ou seja, civis e militares – a partir de um distanciamento.

Até aqui, o capítulo se deteve às questões relativas à retórica da Doutrina da Segurança Nacional, suas características e o contexto de emergência do discurso durante o momento pré-golpe, na década de 1960. Ainda, foram feitas ponderações sobre a relação dos militares com a política e dos militares com o comunismo, já que a instituição se configurou, como uma das três matrizes produtoras do anticomunismo brasileiro durante o século XX. Sobre os militares, o debate também abordou as construções identitárias e de tradições, com objetivo de exemplificar não apenas como funcionam as engrenagens e as disputas pelas identidades, mas se aproximar do objeto de pesquisa, que são os discursos de Jair Messias Bolsonaro. A partir de agora, o capítulo tratará da trajetória do militar e político da reserva.

2.5 CAPITÃO E POLÍTICO JAIR BOLSONARO

Militar com formação pela Academia Militar das Agulhas Negras, a política se tornou profissão de Jair Messias Bolsonaro em 1988, quando ele se elegeu vereador do Rio de Janeiro. A primeira filiação política foi o Partido Democrata Cristão e, apesar de ter trocado de sigla diversas vezes, esteve na maioria do tempo filiado a partidos com pensamento político de direita, centro-direita ou ultraconservadores. Trocou de legenda pela primeira vez em 1993 quando, já eleito deputado federal pelo PDC, migrou para o Partido Progressista. Teve

passagens pelo Partido Progressista Reformador (PPR), pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB), pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido da Frente Liberal (PFL), pelo Partido Progressista (PP), pelo Partido Social Cristão (PSC) e pelo Partido Social Liberal (PSL).

Desde então, foi deputado federal por sete mandatos consecutivos, de 1991 até 2018, ano que concorreu pela primeira vez para chefe do Executivo federal. Antes de ingressar na política, foi oficial das Forças Armadas. Sua transição de militar a político é um episódio marcado por polêmicas. Bolsonaro chegou a ser preso e processado no Superior Tribunal Militar. Para o âmbito dessa pesquisa, que não tem a pretensão de esgotar a vida política ou militar de Bolsonaro, o perfil se divide entre esses dois momentos, de capitão e de político, e traz contextualizações sobre declarações polêmicas, além das visões e bandeiras políticas.

2.5.1 Capitão Bolsonaro: a carreira militar

Com registro de nascimento de Campinas, São Paulo, em 21 de março de 1955, Jair Messias Bolsonaro é um dos seis filhos de Perci Geraldo Bolsonaro e de Olinda Bonturi Bolsonaro. Após passagem pela Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), a carreira militar começou na Academia Militar das Agulhas Negras. A passagem pela escola preparatória durou cerca de um ano, já que Jair Messias já havia concluído os estudos de nível médio e, por mal-entendido havia prestado prova para a escola errada (CARVALHO, 2019). Formou-se oficial, na arma de artilharia, em 1977, ano em que também finalizou um curso de paraquedismo na Brigada Paraquedista do Rio de Janeiro.

É difícil traçar considerações sobre o desempenho escolar de Bolsonaro neste período, sobretudo porque os boletins estão em posse do Exército Brasileiro e não ficam disponíveis para consulta pública. Jornais e revistas já tentaram obter tais documentos via Lei de Acesso à Informação, como, por exemplo, a reportagem da Revista Época, que recebeu uma série de negativas em relação à solicitação – segundo texto intitulado “O boletim de Bolsonaro nas escolas militares que frequentou nos anos 70 e 80”.

O que a reportagem delimita são informações existentes no processo que respondeu no STM. “Somente a consulta a esse processo permite saber minimamente que aluno Bolsonaro foi na AMAN e nos cursos militares subsequentes. O segredo se deve ao fato de que o Comando do Exército decidiu manter sob sigilo o histórico escolar do presidente eleito” (SASSINE, 2019). O que aponta a investigação jornalística é que o militar se destacava mais pelo desempenho físico do que nas disciplinas do curso.

O documento do Exército faz o seguinte registro, a cargo do comandante da AMAN: “Louvo-o pelo esforço, tenacidade, zelo e dedicação revelados nos treinamentos e na apresentação do Corpo de Cadetes durante o desfile militar de 7 Set em comemoração ao Dia da Pátria, caracterizados pelo garbo, precisão de movimentos e marcialidade, honrando as tradições mais caras da Academia” (SASSINE, 2019).

A predisposição como atleta corrobora com as formações posteriores de Bolsonaro. Antes de concluir o curso de educação física na Escola de Educação Física do Exército em 1983 e obter o grau de mestre em saltos da Brigada Paraquedista do Rio de Janeiro (MONTEIRO; SOUZA; SILVA, 2019), Jair Messias, logo ao terminar os estudos na AMAN, foi servir no 21º Grupo de Artilharia de Campanha (GAC), em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, em 1978. Os documentos do período comprovam que o militar participou de competições de Pentatlo. Um ano depois, Bolsonaro solicitou transferência e foi servir no 9º GAC, em Nioaque, no Mato Grosso do Sul. A passagem neste grupo durou até 1981, ano que retornou ao Rio de Janeiro e ingressou no curso de educação física (CARVALHO, 2019).

De 1982 até 1987 integrou o 8º Grupo de Artilharia de Campanha Paraquedista (GAC/PQDT). Neste período, o comandante do grupo era o coronel Carlos Alberto Pellegrino, militar que testemunharia contra Bolsonaro e o caracterizaria como ambicioso ao se aventurar no negócio de garimpo de ouro²². Em 1983, Bolsonaro tornou-se capitão por antiguidade. Tinha 28 anos.

2.5.2 Revista Veja e problemas disciplinares

Três anos mais tarde, em 1986, um artigo assinado pelo capitão Bolsonaro, na Revista Veja, de título “O salário está baixo” causou mal-estar no meio militar e desencadeou a prisão dele, por 15 dias, por descumprir o regulamento de disciplina do Exército. No texto, ele inferiu que uma série de desligamentos da AMAN estavam relacionados aos baixos salários e não a outros fatores, como problemas de conduta (MONTEIRO; SOUZA; SILVA, 2019).

Além de ter sofrido sanções, o episódio deu holofotes a Bolsonaro, especialmente no meio militar. O episódio despertou a atenção dos órgãos de inteligência do governo, à época. Depois da publicação do artigo, Bolsonaro passou a ser pauta de Informes do Serviço Nacional

²² Além dos documentos que constam no processo no STM e da menção no livro *Cadete e Capitão* (CARVALHO, 2019), há reportagens recentes que abordam tais episódios do passado de Bolsonaro. Ver mais em: AUDI, Amanda. O passado garimpeiro de Bolsonaro – e o perigo que essa paixão representa para a Amazônia. **The Intercept Brasil**. 05 nov. 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/11/05/passado-garimpeiro-bolsonaro/>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

de Informações (SNI)²³. Tais documentos, que eram secretos, foram recentemente tornados públicos e podem ser encontrados no banco de dados do Arquivo Nacional. Em um desses Informes, de 11 de setembro de 1986, sob o título “Repercussão sobre artigo de autoria de militar publicado na revista Veja”, lê-se:

Nota-se a grande preocupação da classe ante a evasão de alunos das escolas de formação do Exército e o aproveitamento do fato para agravar a surda campanha de desprestígio e descrédito na F.F.A.A. São comuns os comentários em que se tecem comparações entre a atual situação dos militares e a por eles vivida no período imediatamente posterior à revolução de 1964. Detectou-se, particularmente nos postos intermediários, uma crescente insatisfação e uma certa descrença nas atuais lideranças militares (BRASIL, 1986).

Em 1987, ano em que Bolsonaro concluiu o curso na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército Brasileiro (EsAO)²⁴, o capitão Bolsonaro aparece novamente nas páginas da Revista Veja. Desta vez, é mencionado como um dos autores de um plano de explodir bombas em unidades da AMAN e em quartéis, motivado pela insatisfação com o salário dos militares. O plano ficou conhecido como Operação Beco Sem Saída. Tanto Bolsonaro quanto o outro capitão mencionado pela revista como autores do plano, Fábio Passos da Silva, negaram a veracidade da informação. Porém, a existência de provas documentais – entre elas um croqui onde Jair Messias havia explicado à repórter as especificidades da ação –, transformou o episódio em uma sindicância do Exército, que, posteriormente, foi remetida ao Conselho de Justificação, que entendeu que Bolsonaro era culpado, em janeiro de 1988. A decisão foi embasada em laudos periciais que afirmavam que o croqui havia sido desenhado pelo pulso do capitão.

Após a sentença do Conselho, o caso foi remetido ao Superior Tribunal Militar (STM), que em julgamento realizado em junho de 1988, decidiu, por 9 a 4, pelo não afastamento de Bolsonaro do Exército²⁵. Apesar de não sofrer sanções militares, 1988 foi o ano em que o capitão foi para a reserva do Exército, depois de ter sido eleito vereador pelo Rio de Janeiro, pelo PDC.

²³ O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado pela Lei nº 4.341, de 13/06/1964. Foi um dos primeiros atos dos militares depois de assumir controle do Estado. Como órgão de inteligência, o objetivo do SNI era monitorar as atividades políticas, em especial de pessoas contrárias ao regime, para garantir a segurança nacional. A extinção aconteceu em 1990, no governo de Fernando Collor de Mello, que substituiu o órgão pelo Departamento de Inteligência da Secretaria de Assuntos Estratégicos (DI/SAE). Atualmente o órgão de inteligência é a Abin – Agência Brasileira de Inteligência.

²⁴ Entre as notas, o único conceito ‘muito bom’ foi no teste físico. Nas demais disciplinas, ficou com ‘bom’ ou ‘regular’ (CARVALHO, 2019)

²⁵ O julgamento no STM, assim como as demais polêmicas por indisciplina, foi explorado por CARVALHO (2019).

2.5.3 Vida política e a troca de legendas

O mandato como vereador durou pouco tempo, já que em 1990 se lançou candidato à Câmara dos Deputados e se elegeu. No início de 1991 iniciava sua longa passagem pela casa legislativa, da qual só sairia no fim de 2018, para assumir a presidência da República. Jair Messias, candidato pelo Partido Social Liberal, derrotou nas urnas o petista Fernando Haddad, em outubro de 2018. Foi eleito com 57,7 milhões de votos – 55,13%.

Nos 28 anos de atuação parlamentar, Bolsonaro acumulou polêmicas, acusações contra outros políticos e mudou diversas vezes de partido. A primeira troca de legenda foi em 1993, quando o deputado ajudou na fusão do PDC com o Partido Democrático Social (PDS). Dessa união surgiu o Partido Progressista Reformador – PPR. Naquele ano causou alvoroço no Congresso ao defender o regime de exceção, o fechamento temporário da casa e alegar que a existência de muitas leis atrapalhava o andamento do país (MONTEIRO, SOUZA E SILVA, 2019).

Reelegeu-se deputado em 1994, com 135 mil votos – sua base eleitoral era formada por militares. No ano seguinte, Bolsonaro mudou novamente de legenda quando o PPR e o PP se uniram para criar o Partido Progressista Brasileiro (PPB). No ano de 1998, setores e movimentos de defesa dos Direitos Humanos passaram a denunciar Bolsonaro por seus posicionamentos a favor da pena de morte, redução da maioria penal, prisão perpétua e regime de trabalhos compulsórios para condenados (MONTEIRO, SOUZA E SILVA, 2019). Nas eleições daquele ano foi reeleito com mais de 102 mil votos.

Durante todos os anos, o posicionamento e os discursos políticos se mantiveram dentro de uma visão conservadora ou de direita. Continuou levantando suas bandeiras a favor da pena de morte, do direito ao porte e a posse de armas de fogo, da redução da maioria penal, além de incitações diretas ao regime militar e elogios às torturas cometidas pelos pares. Nos anos 2000, passou a atacar publicamente LGBTQ+²⁶, ao dizer que não admitiria presenciar, ao lado de seus filhos, vizinho gay se beijando na boca. Sobre a temática, chegou a afirmar que preferia ver um filho morto a saber que este era homossexual.

O material que comprova a existência de tais declarações está amplamente divulgado na internet, em jornais e revistas brasileiros e não é pretensão desta pesquisa fazer um levantamento bibliográfico detalhado. Isso por dois motivos: o primeiro é que a ideologia política de Bolsonaro é de conhecimento público e segundo porque o objetivo principal é

²⁶ LGBTQ+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers.

analisar o discurso de Bolsonaro e a produção de diferença a partir dos elementos da Doutrina da Segurança Nacional.

Foi reeleito pela quarta vez em 2002, na legenda PPB, com 88,9 mil votos. No ano seguinte, filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Partido esse que abandonou em 2005, quando foi para o Partido da Frente Liberal (PFL). Meses depois, saiu do PFL e foi para o Partido Progressista (PP), uma reformulação do antigo PPB.

Os ataques de Bolsonaro ao Partido dos Trabalhadores (PT) – historicamente marcado pelas visões políticas de esquerda – se intensificaram em 2005, quando o governo Lula se envolveu na crise do “Mensalão”. Chegou a chamar membros do PT de terroristas e puxar memórias da época da ditadura, quando muitos deles, como a ex-presidente Dilma Rousseff, foram torturados por militares. Também sempre foi contrário aos movimentos pela reivindicação da memória das vítimas da ditadura militar – estimulados por políticas de governos civis como a implantação da Comissão Nacional da Verdade²⁷.

Em 2006, quando havia um trabalho para encontrar restos mortais dos desaparecidos da Guerrilha do Araguaia, Bolsonaro expôs cartazes dizendo: “Araguaia: quem procura osso é cachorro” (MONTEIRO, SOUZA E SILVA, 2019). Foi reeleito para o quinto mandato em 2006, com 99,7 mil votos. Nas eleições de 2010 e 2014 também foi reeleito pela legenda PP. Em 2010, fez 120,6 mil votos e quase quadruplicou o número de eleitores em 2014, quando garantiu o sétimo mandato como deputado federal com 464,5 mil votos. O político, que durante anos foi do ‘baixo clero’ em Brasília, conhecido também por ser um membro da bancada da bala, ascende como figura conservadora nas eleições de 2014, ao ser o deputado federal mais votado pelo Rio de Janeiro. A expressividade de votos que fez naquele ano, em comparação com os mandatos anteriores, demonstra que Bolsonaro havia feito uma campanha de base entre os eleitores conservadores do Estado. Mas não só isso, em 2013, o político começou a marcar presença em eventos do agronegócio e festas de peão de boiadeiro por todo o Brasil (ARAÚJO, PEREIRA, 2020). Vale lembrar que o “fenômeno Bolsonaro” está diretamente relacionado à utilização das redes sociais para fins políticos.

As movimentações neste sentido começaram em 2013, com os protestos “Vem Pra Rua”, que foram convocados por meio do Facebook e explodiram em manifestações por todo Brasil. As primeiras reivindicações, contra o aumento da passagem de ônibus, eram uma pauta da esquerda. Com o passar do tempo, protestos da ala centro-direita contra o governo federal eclodiram no país. Não se quer com isso afirmar que as jornadas de julho iniciaram o movimento pelo impeachment, dada a complexidade de ambos fenômenos e por ainda serem

²⁷ A Comissão Nacional da Verdade foi criada com objetivo de investigar as violações de direitos humanos ocorridas durante o período de ditadura militar no Brasil. Foi instituída pela Lei 12.528/2011.

objeto de intenso estudo e discussão. Mas, mencionar tais elementos ajuda a contextualizar o cenário em que ganha força política o Movimento Brasil Livre (MBL), que, dois anos depois das jornadas de julho de 2013, seria um dos grupos impulsionadores dos protestos pelo impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff. Neste contexto, de ascensão das redes sociais como ferramentas políticas, desponta a página de Jair Messias Bolsonaro. Em 2018, pouco depois do primeiro turno, a página oficial de Bolsonaro no Facebook, tinha oito milhões de seguidores. Em 2017, pesquisas afirmavam que ele era o pré-candidato com mais influências nas redes sociais²⁸.

Em 2015 e 2016, com as movimentações para o processo de impeachment que destituiu a ex-presidente Dilma Rousseff da presidência da República, Bolsonaro voltou a intensificar suas críticas ao Partido dos Trabalhadores. Na sessão que votou pelo prosseguimento do impeachment de Dilma, Bolsonaro fez apologia à ditadura militar e atacou o “comunismo” em seu voto.

Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim. (BOLSONARO, 2016).

Em 2018, buscando partido que lhe desse espaço para concorrer ao posto de presidente da República, Bolsonaro ingressou no PSL. Até aqui foram abordados os mecanismos de atuação da ideologia ou doutrina da Segurança Nacional, principalmente em relação ao outro, ao contraditório, ao inimigo interno. Também se pontuou sobre o perfil ou *espírito militar*, ou seja, a constituição de uma identidade militar, fomentada dentro das instituições como a Academia Militar das Agulhas Negras, que se opõe a “identidade dos civis”. Este aspecto ajuda na compreensão dos militares, enquanto profissionais treinados para defender a Pátria ou os interesses da Nação, e por se compreenderem como sujeitos disciplinados, íntegros, morais, honestos, que teriam o perfil adequado para viabilizar o projeto de comandar o país e, dentro do contexto da DSN, eliminar a ameaça comunista. Um breve perfil de Bolsonaro também foi traçado com objetivo de situar a figura política no espectro desta pesquisa. No próximo capítulo, iniciam-se as descrições e análises dos discursos das entrevistas e do dia de posse como presidente da República e a posterior conexão com os conteúdos até aqui abordados.

²⁸ Saber mais em: TAVARES, Joelmir. Bolsonaro lidera influência nas redes sociais, aponta pesquisa. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 25 nov. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/11/1938138-bolsonaro-lidera-influencia-nas-redes-sociais-aponta-pesquisa.shtml>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

3 ESSA BANDEIRA JAMAIS SERÁ VERMELHA: OS DISCURSOS DE BOLSONARO

Para traçar uma análise sobre os significados e representações produzidas pelos discursos de Jair Bolsonaro, em termos de identidade social e outro (alteridade), é necessário dialogar com a tradição teórica que trabalha com o conceito de nacionalismo. Como já apontado em capítulos anteriores, há um movimento de contraposição, algo habitual no âmbito das ciências, entre os paradigmas que oferecem compreensões às questões de identidade nacional.

De um lado o entendimento essencialista, de uma tradição e cultura remota e ancestral, cuja história do povo precisa ser resgatada e mantida. Do outro, a desconstrução desta compreensão, com a problematização sobre a origem dessas Nações e questionamentos sobre as teorias biológicas que às embasavam. O resgate da discussão é necessário neste momento uma vez que o objeto, ou seja, os discursos de Bolsonaro estão fortemente ancorados na visão essencialista do nacionalismo. O militar da reserva e político compreende a Nação como esse conjunto de representações sustentadas pelo paradigma biológico – que durante séculos passados falou em “raças”, que busca respostas e categorias naturais/fixas/ancestrais para explicar a unidade do povo.

Essa visão dialoga com a ideia, ou formação discursiva, de identidade militar, trazida pelo antropólogo Castro (1990), de um distanciamento em relação aos valores e atributos morais da sociedade civil e o conjunto de características que os militares atribuem a si, enquanto imbuídos da missão de defender a Nação. E ambas, estão relacionadas com as representações de comunismo e do binarismo entre o nós/eles que se constroem em relação à esquerda e aos comunistas, que não só não integram a nação, como são os inimigos.

Estas noções estão interligadas à visão ou a construção de um cenário caótico, ao qual o país sucumbe às ameaças subversivas da ordem, que acabam por legitimar os demais argumentos (de inimigo interno e de necessidade de defesa da Nação), dentro da lógica da Doutrina da Segurança Nacional. Ou seja, a partir dessa perspectiva colocada pela ideologia, é preciso articular um plano de defesa e de combate, uma vez que tais grupos representam o mal, o inimigo.

A partir destas perspectivas, a análise de discurso, que tem como foco as discussões sobre alteridade e a dinâmica nós/eles de Jair Bolsonaro, toma como embasamento teórico a DSN. Ou seja, dentro do método estabelecido, de AD, a partir da corrente pecheutiana e com as contribuições de Orlandi (2015), a Doutrina da Segurança Nacional, em diálogo com a compreensão essencialista do nacionalismo, compõem a formação ideológica da pesquisa.

Isso quer dizer que sem os componentes que integram a doutrina, não seria possível construir as formações discursivas nos enunciados de Bolsonaro no universo da dissertação. Essa impossibilidade se dá uma vez que a metodologia traz como um dos pilares o materialismo histórico. É só a partir da compreensão de que um discurso só faz sentido dentro de um contexto sócio-histórico dado que será possível avançar na análise.

Há de se dizer ainda, antes de passar à descrição dos enunciados e delimitação das formações discursivas, que a pesquisa optou por, no primeiro momento, trazer toda a discussão sobre os paradigmas e os conceitos que orientam o debate sobre nacionalismo e identidade social, para alcançar a lógica do nós/eles, e de fazer uma construção sobre o que representa e significa a Doutrina da Segurança Nacional em meio a esse contexto sócio-histórico do século XX e XXI. A partir dessa estrutura, fica mais acessível e coerente a visualização e compreensão das engrenagens do discurso, quais sejam, a forma como um enunciado passa a fazer sentido a partir de uma formação discursiva, que por sua vez está inserida em uma formação ideológica.

Ainda, é importante esclarecer que há grande volume e diversidade de temas abordados nos enunciados, em especial nas entrevistas que concedeu enquanto candidato à presidência da República. Diante disso, muitos grupos poderiam ser inseridos no espectro do outro, do que é afastado, negado, ou ainda evidenciado como distinto no discurso do político. Porém, não cabe no universo da pesquisa tal direcionamento, em virtude da sua amplitude e extensão. O recorte de análise é feito, desta forma, a partir do corpo teórico, construído sobre a noção de identidade e formação militar e do nacionalismo como opositor ao comunismo.

A análise será feita a partir de cinco enunciados de Bolsonaro, divididos em três blocos. O primeiro se destina ao campo de significação e representações identitárias e ideológicas das falas do político nas entrevistas ao Roda Viva, da TV Cultura, e ao Jornal Nacional, da Rede Globo. Na sequência, o foco da pesquisa será nos discursos de posse, proferido no dia 1º de janeiro de 2019, no Congresso e no Palácio do Planalto. Por fim, o último discurso analisado é o de 24 de setembro de 2019, já há mais de meio ano no cargo de Presidente da República, na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque. Após a descrição e interpretação dos enunciados, em relação aos elementos da DSN, será feito o fechamento da pesquisa com a delimitação das formações discursivas identificadas e análise de como funcionam na engrenagem do discurso.

3.1 QUEM NOS SALVARÁ? (ENTREVISTAS AO RODA VIVA E AO JN)

Como nas duas entrevistas de Jair Bolsonaro, em programas da televisão brasileiras, foram abordados assuntos diversos, desde ditadura militar, passando por saúde pública, segurança, educação, atuação do político durante os anos de deputado, contradições do seu discurso sobre privilégios, entre outros aspectos, a pesquisa vai selecionar e extrair falas que possam ser trabalhadas no que se refere à análise da alteridade e a relação como Bolsonaro maneja elementos retóricos que remetem à Doutrina da Segurança Nacional e se utiliza da estratégia de inimigo interno da Nação para criar sua imagem de candidato (e herói) que pode salvar a Nação do “perigo vermelho”. Enunciados como “Será que o clima não está muito parecido com aquela época? Quem nos salvará?”, referindo-se à ditadura militar, ou “Essa bandeira jamais será vermelha”, são alguns exemplos.

3.1.1 Não foi golpe, tá ok? (A entrevista ao Roda Viva)

A análise do discurso começa pela sabatina de jornalistas a Bolsonaro durante o programa Roda Viva, da TV Cultura, na noite de 30 de julho de 2018. O programa de entrevistas tem duração média de uma hora e 20 minutos e é dividido em quatro blocos e vai ao ar, ao vivo, sempre nas segundas-feiras, às 22h. O convidado – personalidades de diversos setores da sociedade – é recebido e fica no centro da arena para ser questionado. O formato está há mais de 30 anos no ar.

Além do apresentador, à época o jornalista Ricardo Lessa, integraram a bancada de questionadores: Daniela Lima (jornal Folha de São Paulo), Thaís Oyama (Revista Veja), Maria Cristina Fernandes (jornal Valor Econômico), Bernardo Mello Franco (jornal O Globo) e Leonencio Nossa (jornal O Estado de São Paulo). Também esteve presente o cartunista Paulo Caruso, que, tradicionalmente, faz caricaturas dos entrevistados em tempo real, mas não participa com perguntas.

A entrevista de Bolsonaro, que durou em torno de 1 hora e 20 minutos, foi dividida em quatro blocos de perguntas. No primeiro bloco, foi questionado sobre os assuntos: declarações dele em relação à ditadura militar brasileira e as torturas, voto impresso, relação de Bolsonaro com outros políticos investigados por corrupção, e sobre economia brasileira. No segundo bloco de perguntas, os temas foram: cotas para candidatos autodeclarados negros nas universidades,

a “velha” política²⁹, salários de policiais, declarações polêmicas de Bolsonaro envolvendo racismo e homofobia, o que o político intitulou de “kit gay”³⁰, auxílio-moradia dos parlamentares, e declarações antidemocráticas. O terceiro bloco inicia com pergunta sobre pesquisa e educação no Brasil e segue com os assuntos: incitações a greve e motins de policiais militares, relação entre saúde pública e redução da carga tributária e segurança pública. Por fim, na última parte do programa, o assunto da ditadura militar retorna à pauta. Assim como o caso de indisciplina de Bolsonaro no Exército - que foi discutido no capítulo anterior -, a atuação dele no congresso, a discussão com a então deputada Maria do Rosário, o assalto que o político sofreu em 1995, a relação com banqueiros, o Movimento Sem Terra (MST), desemprego no setor rural e a algumas questões envolvendo religião. Como há uma diversidade de assuntos abordados em todos os blocos, a abordagem segue por tema discutido e não pela linearidade do programa. Também não é objetivo da pesquisa trabalhar exaustivamente com os enunciados, mas sim extrair elementos que tenham relação com o tema aqui discutido.

A primeira pauta é a ditadura militar brasileira. Ao ser questionado sobre declarações em que cita um torturador conhecido do regime, Carlos Alberto Brilhante Ustra, Bolsonaro adota um tom negacionista³¹ sobre as torturas da época e demonstra sua visão de como a esquerda, ou os comunistas, eram e ainda são os inimigos.

Maria Cristina Fernandes: Deputado, na votação do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, o senhor fez uma homenagem ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. O coronel, como o senhor sabe, foi condenado no tribunal de segunda instância por tortura. Eu gostaria que o senhor definisse o que o senhor conhece por tortura, como o senhor definiria tortura e se o eleitor deve esperar que o senhor [caso] eleito presidente da República aceite a tortura como uma prática das forças policiais do Estado?

²⁹ O termo “velha política”, bastante cunhado por Bolsonaro, está relacionado a um conjunto de representações sobre pessoas que estão há anos no meio político e participam de conchavos e práticas de lobby e corrupção.

³⁰ Batizado por Bolsonaro e setores conservadores da sociedade e da política, o “kit gay” foi uma forma pejorativa de se referir ao programa “Escola Sem Homofobia”, que buscava abordar questões de gênero e sexualidade no âmbito escolar. Bolsonaro alegou, em diversas ocasiões, que o material “ensinava criança a ser homossexual”.

³¹ Há um consenso, dentro da literatura acadêmica do campo da História, sobre a existência de um golpe em 1964, que levou a 21 anos de governos autoritários, definidos como Ditadura Militar Brasileira. Interpretações que se contrapõem a essa compreensão, assim como aquelas que destoam das afirmações acerca da existência o Holocausto e da escravização de africanos em território brasileiro são denominadas negacionismo. O termo tem uma diferença em relação a um outro conceito da história (muito próximo): o revisionismo. Enquanto o negacionismo trabalha com a ideia de que tais fatos não ocorreram, o revisionismo oferece uma reinterpretação da História, ou seja, oferece uma relativização dos fatos. Em termos de revisionismo, é importante pontuar que o processo de revisão histórica é uma prática comum e necessária no campo da História. Ainda assim, o termo ‘revisionismo’ também serve como caracterização à prática de relativização dos fatos com algum propósito pessoal. Esta segunda utilização do conceito acabou por colocar uma carga pejorativa em cima do termo. A fala de Bolsonaro é descrita aqui como negacionismo porque o político afirma que não houve torturas, que não existiu golpe e que, pelo contrário, o país estava “à beira do comunismo” e que, por tanto, a Nação precisava ser salva. Ou seja, Bolsonaro nega os fatos e cria outra narrativa para o que aconteceu.

Bolsonaro: Primeiro, de acordo com a nossa Constituição, ninguém poderá ser julgado, ninguém poderá ser declarado culpado sem uma sentença transitada em julgado. Isso não aconteceu no caso do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Nós abominamos a tortura. Agora, naquele momento, o mundo vivia, o Brasil em especial, um clima bastante complexo. A tal da guerra fria. Ou você pendia mais para os Estados Unidos, ou mais para a União Soviética. E este pessoal, que se diz torturado, alguns eu acho até que foram, aconteceu alguma maldade, mas em grande parte não. Era uma política, uma de que eles usavam de dizer que eram torturados certamente para conseguir indenizações, conseguir piedade por parte da população, conseguir votos e poder. Essa história não está bem contada na questão da tortura, porque só se lembra de um lado da história, do outro lado não. Se nós tivéssemos perdido a guerra naquele momento, hoje, com toda certeza, seríamos uma Cuba aqui nesses oito milhões e meio de quilômetros quadrados.

Maria Cristina Fernandes: Hoje, o Ministério Público Federal reabriu o caso Vladimir Herzog e o Brasil já foi condenado pela corte interamericana de Direitos Humanos por não ter punido a morte de Herzog. Como o senhor vê o Brasil novamente sendo colocado nessa questão? A exposição pública..

Bolsonaro: Geralmente, esses órgãos têm um viés de esquerda. Vocês falam do Vladimir Herzog porque [era] jornalista. Agora, o Regis Carvalho, por que não tocam no assunto? Era um jornalista, exatamente como o Herzog. Vocês não tocam no assunto porque ele foi vitimado em um carro bomba patrocinado pela Ação Popular em 1966, no aeroporto de Guararapes, em Recife. E quem colocou a bomba? AP. Ação Popular. E um dos integrantes da AP, não vou dizer que estava lá, o senhor José Serra. Vamos botar o senhor José Serra no banco dos réus. Agora, isso daí, eu acho que são feridas que não devem ser lembradas. Você pode até discutir, mas não com esse teor todo porque é o passado. Tivemos a Lei da Anistia. Os militares inclusive exigiram que ela fosse ampla, geral e irrestrita. Os políticos não queriam que ela fosse dessa forma. Queriam que fosse mais restritiva exatamente para certas pessoas não voltarem para o Brasil e ter a proeminência que tiveram. Então é uma história, passou e vamos fazer de tudo para que ela não volte a se repetir. Agora, por outro lado, já que tem gente do Globo aqui. O editorial do Roberto Marinho, de 7 de outubro de 1984, publicado na capa do jornal O Globo. Diz lá, no primeiro parágrafo: participamos da revolução democrática de 1964, identificados os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas ameaçadas pela radicalização ideológica, distúrbios sociais, greves e corrupção generalizada. Será que o clima não está muito parecido com aquela época? Quem nos salvará?"

Maria Cristina Fernandes: Muitas instituições já fizeram o *mea culpa* pela participação e pelo apoio ao golpe de 64...

Bolsonaro: Primeiro que não foi golpe. Golpe é quando alguém mete o pé na porta e tira o cidadão de lá, ou executa, faz alguma maldade qualquer. Ele simplesmente deixou o Brasil. E quem declarou vaga a cadeira do presidente à época foi o parlamento brasileiro. E tanto essa história é intrigante que há poucos anos, por iniciativa do PSOL, foi votado um projeto decreto legislativo para anular a sessão de 2 de abril de 64, que cassou o presidente João Goulart. Então essa história tem que ser contada como um todo. Um dos votos que foi por aclamação, todos foram né, foi do Ulisses Guimarães. O Ulisses Guimarães votou no dia 11 de abril de 64 em Castelo Branco para presidente. Eu te pergunto, Tancredo Neves foi eleito de forma democrática ou não? (BOLSONARO, 2018a)

Os elementos negacionistas, na retórica de Bolsonaro, acerca dos acontecimentos da Ditadura Militar, ao dizer que o país estava “à beira do comunismo”, integram uma lógica de guerra, própria da Doutrina da Segurança Nacional. O político se refere aos fatos como “movimento democrático de 1964”, que, segundo a lógica da doutrina, foram implantados em

defesa dos anseios nacionais, preservação das instituições, da família, da moralidade e da manutenção do *status quo*, ou seja, do sistema econômico vigente. Esse raciocínio fica evidente quando ele fala: “o mundo vivia, o Brasil em especial, um clima bastante complexo. A tal da guerra fria. Ou você pendia mais para os Estados Unidos, ou mais para a União Soviética” (BOLSONARO, 2018a). Ou seja, havia um embate e “pender” para o lado da União Soviética, na visão anticomunista que se estabeleceu na década de 1960, significava ser contra o Brasil.

A posição de guerra, ou seja, de inimigo (nós contra eles) é reforçada quando fala sobre os torturados do regime: “Era uma política, de que eles usavam de dizer que eram torturados certamente para conseguir indenizações, conseguir piedade por parte da população, conseguir votos e poder” e segue “Se nós tivéssemos perdido a guerra naquele momento, hoje, com toda certeza, seríamos uma Cuba aqui nesses oito milhões e meio de quilômetros quadrados” (BOLSONARO, 2018a).

Ainda, quando indaga “Será que o clima não está muito parecido com aquela época? Quem nos salvará? (BOLSONARO, 2018a)”, se utiliza da estratégia da DSN de se colocar como a única saída visível. Ou seja, o clima estar parecido com aquela época é uma referência direta a realidade do Brasil em 2018, no momento da fala, que segundo a construção de Bolsonaro, seria de caos, corrupção e imoralidade. Uma comparação entre os dois momentos sugere que, assim como 1964, em 2018, o país precisava ser salvo de algo, o que implica que há inimigos a combater. E, seguindo sua lógica, ninguém mais preparado para tal operação do que um militar, cuja autorreferenciação, ou identidade construída é de um sujeito íntegro, honesto, disciplinado e defensor da pátria.

A estratégia discursiva da DSN de se mostrar a única saída política viável é reforçada em outro momento, quando, questionado sobre a eleição com voto impresso, Bolsonaro responde que não tem alternativa senão concorrer.

Daniela Lima: O senhor já disse várias vezes que eleição sem voto impresso é fraude, já disse em redes sociais, é quase uma marca do senhor. Por que o senhor está se dispondo a participar de um processo que o senhor considera uma farsa?

Bolsonaro: Qual outro caminho eu tenho senão participar das eleições? Entregar para o PT ou PSDB? Eu vou estar na luta de qualquer maneira. (BOLSONARO, 2018a)

Apesar de não haver nenhuma comprovação de fraude e do Tribunal Superior Eleitoral assegurar a segurança das urnas eletrônicas por meio de diversos testes que são realizados, Bolsonaro insistiu durante toda a campanha que a legitimidade das eleições só poderia ser

comprovada com o voto impresso³². Essa estratégia discursiva de levantar debates que deslegitimam a ciência e criam teorias conspiratórias são identificados por Jason Stanley (2018), como uma das ferramentas da política fascista. Ademais essa questão, o que interessa é a resposta de Bolsonaro à pergunta da jornalista. “Que outra alternativa eu tenho?”. Quer dizer, na condição de defensor da Nação, ou ainda, de herói, ele só tem como “solução”, a disputa ao pleito, uma vez que o país precisa ser salvo. Ideia que é colocada em conjunto com a postura de ser a única saída possível diante da “situação atual”.

Se o país precisa ser salvo, automaticamente, há uma ameaça. Bolsonaro deixa visível tal entendimento. Entre esses inimigos, que podem ser muitos, já que a pecha de comunista é flexível, há algumas figuras políticas. Uma delas é Dilma Rousseff, a primeira mulher a ser eleita presidente do Brasil, pelo Partido dos Trabalhadores, e que sofreu impeachment em 2015. Dilma foi alvo de Bolsonaro durante a entrevista, quando questionado sobre a abertura de arquivos da ditadura militar.

Leonencio Nossa: Voltando à questão da ditadura. Tivemos na presidência da república, nesse período democrático, um homem que passou pelo exílio, o outro foi preso político e teve até uma senhora que foi oriunda da luta armada. O senhor fala com muita desenvoltura sobre esse período e já rendeu homenagens a agentes da repressão. O senhor vai ter peito para abrir os arquivos e permitir que a sociedade tenha acesso aos arquivos da ditadura?

Bolsonaro: Primeira coisa, essa senhora é Dilma Rousseff. Onde ela esteve na semana retrasada? Representando o Foro de São Paulo³³ em Cuba, na democracia cubana. Vocês acham que essa senhora lutou por democracia? O primeiro marido dela, Cláudio Galeno, está vivo ainda e mora no México. Ele sequestrou um avião, colocou 96 a bordo e foi para qual país democrático? Foi para Cuba. O segundo marido dela, acabou de morrer há pouco tempo, Carlos Araújo, ele contou tranquilamente, em um programa de televisão, que durante a lua de mel com Dilma Rousseff fazia o que para estimular seu relacionamento, com toda certeza? Expropriava bancos, roubava armas em quartéis e roubava caminhões de carga na baixada fluminense. Ta a herança dela aí. Hoje em dia, os caminhoneiros, os transportadores arcam com prejuízo de um bilhão e meio de reais por ano fruto de roubo de carga no Brasil. Você acha, com todo respeito prezado jornalista, que esse tipo de gente lutou por democracia? Quando Fidel Castro morreu estava aos prantos chorando no túmulo daquele homem que matou tanta gente. Você acha que eles lutaram por democracia?

³² Durante a campanha eleitoral de 2018, houve um movimento bolsonarista de questionamento a legitimidade sobre voto eletrônico. Bolsonaro se manifestou em diversas ocasiões afirmando que havia fraude e que a única forma que contornar a situação era por meio do voto impresso, uma prática que o país deixou de utilizar em 1996. Mais sobre o assunto em: A URNA eletrônica é segura? 7 perguntas e respostas sobre o funcionamento do sistema. **The Huff Post Brasil**. 28 out. 2018. Disponível em: < <https://bit.ly/2ZW5anj>>. Disponível em: 13 mai. 2020.

³³ O que também poderia ser descrito como um delírio da extrema-direita, o “Foro de São Paulo” é o termo pelo qual os políticos de direita se referem a um encontro de organizações de esquerda da América Latina. O primeiro seminário foi promovido em 1990, em São Paulo. Daí o termo, “Foro de São Paulo”. Para saber mais: SANCHES, Mariana. Por que o Foro de São Paulo é mais importante para a direita do que para a esquerda. **BBC Brasil**. São Paulo, 24 jul. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49093277>>. Acesso em: 28 mai. 2020.

Leonencio Nossa: Então, se eleito, o senhor vai abrir os arquivos para a gente saber dessa história?

Bolsonaro: Não tem mais arquivo nenhum.

Leonencio Nossa: Tem sim. Os centros de inteligência guardam os arquivos.

Bolsonaro: Desconheço. A Lei da Anistia sepultou isso daí. E a esquerda vai abrir seus arquivos também?

Leonencio Nossa: O senhor vai ter a mesma postura de Dilma Rousseff de manter os arquivos fechados?

Bolsonaro: É uma ferida que tem que ser cicatrizada. [...] (BOLSONARO, 2018a).

Bolsonaro utiliza a pergunta sobre os arquivos da Ditadura Militar para atacar Dilma e fazer comentários sobre sua vida privada (casamento) ao dizer que “durante a lua de mel com Dilma Rousseff fazia o que para estimular seu relacionamento, com toda certeza? Expropriava bancos, roubava armas em quartéis e roubava caminhões de carga na baixada fluminense”, e mais adiante segue “esse tipo de gente lutou por democracia?”. Fica evidente não só a falta de respeito e o desprezo por Dilma, que em outros debates democráticos seria tratada como adversária política, como a forma de delimitar o campo ao qual ela pertence: de inimiga da Nação.

Essa postura binária, entre nós e eles, é reforçada por Bolsonaro em outros momentos da entrevista, quando ele é ser confrontado com declarações do passado. Em determinado momento do programa, é rodada uma pergunta feita pelo ex-ministro e jurista José Gregório, que questiona o capitão sobre a veracidade de uma declaração em que Bolsonaro dizia que Gregório e José Serra deveriam ser fuzilados. A resposta de Bolsonaro é de que ele era um “militante de garganta” e que por tanto não merecia. Uma das jornalistas associa essa resposta à outra polêmica do político, envolvendo a deputada Maria do Rosário.

Maria Cristina Fernandes: O senhor tem nos dito aqui que muitas das afirmações que o senhor fez no passado não faria de novo, que o senhor mudou, que o senhor falou isso de certa maneira acuado por um momento. Que o senhor era o único capitão do Exército ali em uma bancada muito grande de exilados e tal. Mas ao responder ao ex-ministro José Gregório, o senhor acabou de dizer que ele não merecia ser fuzilado. Que ele não tinha calibre para tanto. Foi o mesmo argumento que o senhor usou para dizer que a deputada Mária do Rosário não merecia ser estuprada. O eleitor deve realmente acreditar que o senhor mudou?

Bolsonaro: questão Maria do Rosário. Começou em 2003. Eu e ela no Salão Verde. O fato era Champinha³⁴, um menor de 17 anos de idade, que junto com mais quatro

³⁴ Roberto Aparecido Alves Cardoso, conhecido como Champinha, é acusado pelas torturas e assassinatos de Felipe Caffé, de 19 anos, e Liana Friedenbach, de 16 anos. Os crimes ocorreram em 2003, quando Champinha tinha 16 anos. O fato ganhou destaque na imprensa brasileira e suscitou o debate sobre maioridade penal.

malandros, executou um garoto em uma área rural de São Paulo e por cinco dias estupraram a menina em rodizio. No último dia, degolaram a menina. Ou melhor, o Champinha degolou. E nós fomos discutir a redução da maioridade penal. E a Maria do Rosário dizendo que o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) era o suficiente para punir o Champinha, que estuprou e matou a menina. Eu falava não, teríamos, para crimes futuros, reduzir a maioridade penal. Ela perdeu os argumentos. E ela me questiona e eu pergunto: o estuprador sou eu? Ela responde: é sim. Ou seja, ela me chama de estuprador. Foi um ato reverso. Eu não sou estuprador e se fosse não estuprava você. Agora, quem é que defende a mulher nesse crime? Eu ou ela? Quer ver outra coisa, há dois anos e pouco votamos uma proposta de emenda à constituição, para reduzir a maioridade penal para alguns tipos de crime, entre eles o estupro. Como a Maria do Rosário votou essa PEC? Votou contra. Ou seja, para ela, menor de 16, 17 anos, pode estuprar e matar à vontade e quando muito vai ficar 3 anos de férias numa fundação Case. Quem defende a mulher, eu ou ela? (BOLSONARO, 2018a).

Há uma formação discursiva que se baseia pela representação e afirmação do eu/nós contra o eles. Bolsonaro utiliza um caso, a partir da sua compreensão dos fatos, para colocar sua adversária política na posição de inimiga. Ao se representar como defensor das mulheres, como cita na frase, ele representa Mária do Rosário como defensora de “bandido” ou de estuprador – neste caso. Essa caracterização da adversária compõe o conjunto de representações que o discurso de Bolsonaro, sustentado pela DSN, cria e associa aos comunistas. Ou seja, os comunistas defendem criminosos, estupradores, são contra as mulheres. Dentro dessa lógica, é fácil imaginá-los em outros termos – como insensíveis, indignos de humanidade, figuras demonizadas, inimigos da nação. Essa posição de Bolsonaro é reforçada adiante na entrevista, quando ele é questionado sobre seu posicionamento em relação aos refugiados.

Bernardo: O Leonencio falou de quilombolas, e de outras minorias que o senhor tem criticado. O senhor recentemente criticou os refugiados. Disse que os refugiados são a escória do mundo. Ao mesmo tempo o senhor pede voto em igrejas evangélicas, se apresenta como cristão. O senhor sabia que Jesus Cristo foi refugiado?

Bolsonaro: Olha só, eu nunca generalizei no tocante a refugiado. A nossa lei de imigração é um absurdo. O Brasil, agora, não tem fronteiras. Entra quem bem entender para cá. E junto com pessoas, não interesse de onde venham, vem gente que não presta para cá. E temos que tomar cuidado no tocante a isso daí. Na tua casa, você não deixa qualquer um entrar nela. Por que na nossa casa, que é o Brasil, não pode entrar? Vai lá em Roraima e veja como está a situação dos venezuelanos. Isso não é xenofobia. Isso é cuidar do seu país. Cuidar da sua pátria. E ponto final. (BOLSONARO, 2018a).

O discurso binário, nos moldes da Doutrina da Segurança Nacional, é reiterado quando o assunto é a postura ou a identidade dos militares. É possível pensar nos enunciados de Bolsonaro a partir da tese de Castro (1990), de que os militares se imaginam distanciados do mundo civil. O político afirma em diversos momentos sobre sua idoneidade, que sempre vem acompanhada de menções a sua vida profissional no Exército, ainda que tenha sofrido sanções disciplinares e sido processado na Justiça Militar.

Quando questionado sobre a possibilidade de não ganhar as eleições, ele se opõe aos políticos – como se ele próprio não o fosse. Esse grupo de políticos é representado como corrupto. O que seu discurso dá a entender é que, ele sendo militar, consegue transitar pelo meio político e não se corromper pelo poder.

Daniela Lima: Se o senhor perder, o senhor vai aceitar o resultado?

Bolsonaro: O sentimento que eu tenho nas ruas, tá, é de que eu tenho muito mais votos de que o Lula. Eu sou recebido de uma forma completamente diferente da qual o Lula foi recebido em suas caravanas. Em qualquer lugar que eu vá, em qualquer canto do Brasil. A aceitação é enorme para com o meu nome. O que o povo tá vendo em mim? É confiança, credibilidade. É diferente dessas pessoas que têm se apresentado aí. Por ocasião da votação da Ação Penal 470 – Mensalão, o senhor Joaquim Barbosa foi muito claro. Ele disse ali, trocando em outras palavras, que eu fui o único deputado da base aliada que não foi comprado pelo PT. O seu Alberto Youssef, delator, também disse, em delação premiada, em juízo, que eu fui um dos três deputados federais do PP que não foi buscar dinheiro na Petrobrás. Eu fui o único deputado, entre 1428 candidatos, que não aceitou doação de dinheiro da JBS Friboi. Não é porque eu tô naquele meio lá, que eu sou corrupto ou tenho essa intenção, ou não sou aquilo que na prática eu represento. (BOLSONARO, 2018a).

Em momentos como esse Bolsonaro cria uma representação de si a partir da negação do outro, que é corrupto. “Eu fui o único deputado, entre 1428 candidatos, que não aceitou doação de dinheiro da JBS Friboi³⁵”. O político se utiliza do contexto da Lava Jato e da Operação Carne Fraca para ressaltar sua idoneidade. Ainda, cabe destacar que ao ser questionado sobre corrupção no meio militar, cria um imaginário – próprio da identidade militar (CASTRO, 1990) – de que militares são mais honestos que civis (ou o que “está aí”).

Existe corrupção no nosso meio, não vou dizer que não. Nós não somos incorruptíveis. De vez em quando acontece. A gente pega um coronel, um capitão, um sargento, um cabo. Acontece, pô. Agora, é infinitamente menor a incidência de corrupção em nosso meio do que no meio que está aí. (BOLSONARO, 2018a).

O distanciamento em relação à corrupção é uma das questões mais recorrentes nos discursos de Bolsonaro. Ele a utiliza até mesmo quando questionado sobre outras pautas. Como, por exemplo, no momento em que o jornalista Bernardo Mello Franco pergunta sobre a apresentação e aprovação de projetos durante os anos em que foi deputado federal pelo Rio de

³⁵ Em 2017, um esquema de fraudes envolvendo a carne brasileira de grandes empresas do setor, como a JBS, foi descoberto pela Polícia Federal. A operação foi batizada como Carne Fraca. Ver mais em: MENDONÇA, Heloísa. De que JBS e BRF são acusadas? Comer carne é seguro? Entenda a operação da PF. **El País**. São Paulo, 21 mar. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/20/politica/1490036745_907943.html>. Acesso em: 25 jul. 2020. Ainda, a empresa foi investigada na Operação Lava Jato. Ver mais em: JBS é investigada em várias operações; entenda suspeitas contra a empresa. **UOL Notícias**. São Paulo, 19 mai. 2017. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/05/19/jbs-e-investigada-em-varias-operacoes-entenda-suspeitas-contra-a-empresa.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

Janeiro e sobre suas contribuições para o estado carioca. Bolsonaro responde: “Se eu estivesse ao lado de Sérgio Cabral, eu estaria agora em Bangu preso. Eu não posso me juntar à quadrilha da política para tentar solucionar problemas. Quadrilhas que não querem buscar solução para o seu estado. Então não posso estar nessa questão mesma aí” (BOLSONARO, 2018a).

Após responder à pergunta do jurista José Gregório, Ricardo Lessa, o apresentador do programa, questiona Bolsonaro sobre os episódios de indisciplina pelos quais respondeu processo na Justiça Militar.

Ricardo Lessa: O senhor defende muito a volta dos militares e vai se cercar de militares no seu governo, mas o senhor parece não ter se dado muito bem na vida militar. O senhor saiu, foi expulso talvez, do Exército, e depois o STM reformou e o senhor foi aposentado como capitão. Então o senhor defende a disciplina, mas não era muito adaptado à disciplina.

Bolsonaro: É até bom que no começo, falaram que isso teria acontecido comigo. Eu respondi com uma punição disciplinar, peguei 15 dias de detenção e depois eu fui acusado por uma jornalista, uma jornalista, de ter um plano de botar bombas na vila militar. O Superior Tribunal Militar arquivou o processo. Eu não fui expulso. Quando eu me elegi vereador, como diz a própria constituição, por ocasião da data da minha diplomação, eu passei para a reserva. Eu sou um capitão da reserva do Exército Brasileiro. Agora, dei minhas caneladas sim. Agora, nunca ofendi um superior na minha vida. (BOLSONARO, 2018a).

Além de se ter abordado temas relacionados à carreira militar de Bolsonaro, à ditadura militar, corrupção, declarações racistas, homofóbicas, machistas e xenofóbicas, os entrevistadores questionaram o candidato sobre economia, dentre outras pautas já citadas acima. O que se sobressaiu nesta entrevista, em termos de retórica da DSN, foi: a forma como Bolsonaro se refere aos adversários políticos, com ataques pessoais e acusações; a forma como ilustra o Brasil, mais especificamente, a partir de um cenário de corrupção, degradação moral, “inversão de valores”, etc; a maneira como cria uma representação identitária de si, qual seja de um homem honesto, “pai de família”, cristão, orientado pelos princípios militares e, por isso, a pessoa que pode salvar o país dessa situação em que ele mesmo descreve o Brasil. A partir de agora, serão descritas e interpretadas as falas do candidato na entrevista ao Jornal Nacional, da TV Globo.

3.1.2 “Mantive a minha linha” (Entrevista ao JN)

A segunda entrevista analisada foi a concedida ao Jornal Nacional, da TV Globo, na noite de 28 de agosto de 2018. Desta vez, as entrevistas foram realizadas com os candidatos melhor colocados nas pesquisas Datafolha do período. À ocasião, em primeiro lugar, nas

intenções de voto, aparecia o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que estava preso e não tinha autorização da Justiça Federal para conceder entrevistas. Além de Bolsonaro, estiveram na bancada do Jornal Nacional, Ciro Gomes (PDT), Geraldo Alckimin (PSDB) e Marina Silva (Rede).

Na introdução da sabatina, o apresentador William Bonner explica os procedimentos adotados pela emissora: “Nas entrevistas, nós abordamos os temas que marcam cada uma das candidaturas, questionamos assuntos polêmicos e tratamos da viabilidade de alguns pontos dos programas de governo” (BOLSONARO, 2018b). A entrevista durou 27 minutos, já que era regra que todos os candidatos tivessem exatamente o mesmo tempo. Após o período, eles tinham um minuto para responder: “Que Brasil queria para o futuro”. Os entrevistadores, William Bonner e Renata Vasconcellos, questionaram Bolsonaro sobre velhas e novas práticas na política, garantias trabalhistas e direitos das mulheres no mercado de trabalho, homofobia, economia e segurança pública – sendo que algumas perguntas retomavam debates do programa Roda Viva.

Como o período de entrevista é menor e foram debatidos assuntos variados, o recorte de análise dos enunciados de Bolsonaro no Jornal Nacional é mais sucinto. O político reitera, no JN, os discursos já proferidos durante o programa Roda Viva. A forma de estabelecer um cenário caótico e binário, onde separa o bem (para o país e para a família) do mal, é reforçada na entrevista. Assim como é reforçada sua representação de idoneidade, sempre associada ao Exército Brasileiro. Assim começa a entrevista, com uma espécie de apresentação do político, sobre sua honestidade na política.

William Bonner: nós vamos começar a entrevista falando sobre o velho e o novo na política. O senhor está no seu sétimo mandato. São 27 anos. Por que o senhor se apresenta como o novo, contra tudo que está aí, se o senhor e sua família, como tantas outras famílias de políticos, fizeram da política uma profissão? Vamos dizer assim, o senhor vive da política e vive para a política, como outras famílias fizeram e o senhor as critica muito duramente...

Jair Bolsonaro: Geralmente quando se fala em família na política, são famílias enroladas em atos de corrupção. A minha família é limpa na política. Sempre integrei o baixo clero em Brasília. Se tivesse, na forma de fazer política, ocupado altos postos, com toda certeza, eu estaria envolvido na Lava Jato hoje em dia. Então, mantive a minha linha em Brasília. Inclusive citado no mensalão, pelo Joaquim Barbosa como o único deputado da base aliada que não foi comprado pelo PT. Citado por Alberto Yousseff como um dos três deputados do PP que não buscou dinheiro na Petrobras. E também, na questão da JBS Friboi, fui o único deputado que recebeu do partido dinheiro oriundo da JBS Friboi e devolveu para o partido. Eu estou na política há muito tempo, tenho 17 anos de Exército Brasileiro, e mantive a minha linha. E ser honesto Bonner, não é virtude, é obrigação. (BOLSONARO, 2018b).

Bolsonaro se apresenta como sujeito íntegro e para justificar essa postura, fala da sua carreira de militar. “Eu estou na política há muito tempo, tenho 17 anos de Exército Brasileiro, e mantive a minha linha”. Ou seja, não é porque está no meio político que ele se vê como integrante do meio, o qual descreve como moralmente degradante e corruptivo. Essa ideia é reforçada pelo momento em que fala sobre as famílias de políticos. “A minha família é limpa na política. Sempre integrei o baixo clero em Brasília. Se tivesse, na forma de fazer política, ocupado altos postos, com toda certeza, eu estaria envolvido na Lava Jato hoje em dia”. Ou seja, é um distanciamento criado por Bolsonaro que o coloca na oposição aos grupos e partidos políticos ‘marcados’ por práticas ilegais.

Além da questão relacionada com a identidade militar, na oposição à civil, o posicionamento binário (nós contra eles), característico da DSN e da criação do inimigo a combater, também aparece na entrevista ao JN. Em dois momentos especialmente. O primeiro deles é quando o político é questionado sobre o poder concedido a um subordinado, no caso, Paulo Guedes.

Bonner: O senhor diz, com sinceridade até, que não entende de economia e quem vai cuidar desse assunto no seu governo, caso eleito, será Paulo Guedes, o economista. A questão é: em nenhuma democracia do mundo, há notícia de um chefe de estado que com tamanha antecedência, ao longo de uma campanha eleitoral, já tenha delegado tamanho poder a um futuro subordinado. O que o senhor diria a um eleitor que esteja preocupado com a possibilidade de o senhor se tornar refém de um subordinado tão poderoso, em quem o eleitor nem vai votar?

Bolsonaro: Primeiro que o Lula, que não entendia de economia, teve um ministro da mesma (pasta, que era) médico. Dilma Rousseff, que entendia de economia, levou o país ao caos. Eu parto do princípio de que tem que confiar nos homens e nas mulheres. Eu, às vezes, me pergunto o que o senhor Paulo Guedes viu em mim. Ele já me respondeu: vi sinceridade e vi confiança. Eu tenho que confiar nele, como tenho que confiar no Ministro da Justiça, o da Defesa, da Agronomia, entre outros. Pode ter certeza que eu sou o único desses que estão aí com chance de chegar, que vai ter isenção para escolher os seus ministros. Não vai pedir benção e nem vai estar preso a indicações políticas. Que os ministros geralmente trabalham para os seus partidos políticos. Eu tenho essa independência. E o Paulo Guedes é um economista reconhecido dentro e fora do Brasil. (BOLSONARO, 2018b).

Bolsonaro ataca o Partido dos Trabalhadores (PT) para justificar sua posição. Ainda que não desenvolva sua linha argumentativa, ele utiliza os ex-presidentes, para reforçar seu lugar. Ao fazer isso, o candidato não apenas foge da pergunta, como faz um paralelo entre os ministros escolhidos por seus inimigos petistas, para dizer que é preciso “confiar nos homens de bem”, que nesse caso, seria o economista Paulo Guedes. Quando William Bonner questiona um possível desentendimento entre Guedes e Bolsonaro, o político se refugia ao atacar o inimigo. “Primeiro que o Lula, que não entendia de economia, teve um ministro da mesma médico [...]”

(BOLSONARO, 2018b). Não só muda o foco de atenção, ao negar a questão, como reforça a estratégia de se colocar em contraposição aos governos petistas.

Ainda, ao criar esse distanciamento e mencionar que precisa confiar nas pessoas, deixa claro quais pessoas se deve confiar: aquelas que não são petistas (ou esquerdistas, ou comunistas), já que esse grupo, em especial a ex-presidenta Dilma Rousseff, “levou o país ao caos”, segundo as palavras de Bolsonaro.

Essa forma de criar uma autorreferenciação ou uma autoimagem a partir da negação do outro aparece em outro momento da entrevista, quando Bolsonaro é questionado sobre segurança pública.

Bonner: o senhor sabe que nas favelas brasileiras, a imensa maioria é de gente honesta, trabalhadora, que vive sob o domínio de traficante de drogas e muito frequentemente é vítima de tiroteios entre bandidos e policiais. O senhor afirmou que violência se combate com energia, com inteligência, e, palavras suas, se for o caso, com mais violência ainda. Como o senhor acha que esses brasileiros que vivem nessas comunidades dominadas por traficantes, que são vítimas desses tiroteios tão frequentes, como elas recebem uma afirmação como essa sua?

Bolsonaro: Com mais violência ainda, que eu declarei sim isso que você falou aí, é se o bandido lá, está com um (fuzil) 762 atirando, o policial do lado de cá tem que ter uma .50. Se ele tem uma .50, você tem que ter um tanque de guerra para o lado de cá. Eu já fui vítima de violência, você também Bonner. Só Deus sabe o que passou na tua cabeça sobre a tua integridade, sobre a minha integridade. Esse tipo de gente você não pode trata-lo como se fosse um ser humano normal que deve ser respeitado, que é uma vítima da sociedade. Nós não podemos deixar os policiais continuarem morrendo na mão desses caras. Nós do Exército Brasileiro, acabamos de perder três garotos, três jovens garotos para o crime agora. Nós temos que fazer o que? Em local que você possa deixar livre da linha de tiro as pessoas de bem da comunidade, ir com tudo para cima deles e dar para o policial e agentes da segurança pública, o excludente de ilicitude. Ele entra, resolve o problema, se matar 10, 15 ou 20, com 10 ou 30 tiros, ele tem que ser condecorado e não processado. (BOLSONARO, 2018b).

A forma como o político se refere a pessoas que cometeram crimes vem carregada do discurso da Doutrina da Segurança Nacional. Bolsonaro diz: “Esse tipo de gente você não pode tratá-lo como se fosse um ser humano normal que deve ser respeitado, que é uma vítima da sociedade”. Criminosos não são seres humanos, assim como comunistas ou subversivos também não eram para os militares da década de 1960 e para Bolsonaro. Os crimes de atualmente e as ideias políticas de outrora se sobressaem a qualquer possibilidade de existência humana. Isso porque, para a DSN, não existe essa possibilidade. Só há um ‘jeito correto’ de ser e estar no mundo e ele não compreende crimes específicos e nem correntes de pensamentos alinhadas ao marxismo ou “comunismo” e tudo que este termo engloba. Essa é uma das razões que faz da DSN uma ideologia extremamente autoritária. Ela impede outras formas de ser e estar em determinado território/Nação.

Curioso como essas falas dividem espaço com um suposto desejo de “unir a Nação”. Pelo contexto, fica evidente que esse país que Bolsonaro pretende unir, não inclui quem está nessas condições, ou de criminoso ou de preferências políticas socialistas ou mais à esquerda do espectro político. É isso que ele coloca na sua última fala da entrevista, quando os apresentadores concedem um minuto para que o então candidato falasse que país ele queria para o futuro.

Nos últimos 20 anos, dois partidos mergulharam o país na mais profunda crise ética, moral e econômica. Vamos, juntos, mudar esse ciclo, mas para tanto precisamos eleger um presidente da república honesto, que tenha Deus no coração, patriota, que respeite a família, que trate com consideração as crianças em sala de aula, que jogue pesado no tocante a insegurança em nosso Brasil, una o nosso povo, brancos, negros, é, nordestinos, sulistas, ricos e pobres, homens e mulheres para buscarmos o bem comum. Nós, no Brasil, temos tudo para sermos uma grande Nação. Só falta essa união entre nós. (BOLSONARO, 2018b).

Ou seja, trata-se de um projeto político nacionalista de salvação da Pátria, do comunismo e da corrupção, e de união dos brasileiros, desde que estes não estejam alinhados com ideais da esquerda. A partir de agora, a análise será sobre os dois discursos do dia 1º de janeiro de 2019, quando tomou posse como Presidente da República.

3.2 NOSSA BANDEIRA JAMAIS SERÁ VERMELHA (DISCURSO DE POSSE)

Nos dois discursos proferidos no dia 1º de janeiro de 2019, no Congresso Nacional e no Palácio do Planalto, ao tomar posse como Presidente da República, o foco da narrativa de Bolsonaro é em delinear um país marcado pelo caos – ou seja, corrupção, crise econômica, política e moral – e, a partir disso, construir sua identidade e posição como defensor e salvador da Nação.

Alguns elementos básicos da Doutrina da Segurança Nacional se sobressaem nestes discursos, que se diferenciam dos dois primeiros por terem sido escritos previamente. Entre estes, se destacam a exposição de que há um inimigo interno, ou um conjunto de inimigos, que precisa ser combatido, e a representação de seu projeto político nacionalista como a única solução viável, neste cenário, para que o país retome os rumos do desenvolvimento econômico dentro da lógica de produção capitalista.

Uma declaração que exemplifica essa autoconstrução do político como o único possível para “salvar” o país é quando Bolsonaro se refere ao dia em que tomou uma facada, durante um comício, em Minas Gerais. No discurso feito aos congressistas, disse que: “inimigos da Pátria,

da ordem e da liberdade tentaram por fim a minha vida” (BRASIL..., 2019a). O fato de ele ter levado uma facada em um ato político, se transformou em um atentado contra “um herói” e o colocou, por isso, na posição de defensor da Nação. Trata-se de um militar e político, que estava concorrendo à presidência da República, ao que tenta demonstrar, por uma espécie de “dever cívico” e que sofre um atentado. Dentro desta lógica, que é uma noção de constante guerra, só poderiam ser inimigos da Nação, quem quisesse por fim a sua vida. Sobre a questão de concorrer por “dever cívico”, a representação dessa posição é reforçada na entrevista ao programa Roda Viva, quando, questionado sobre o voto impresso, Bolsonaro diz: Qual outro caminho eu tenho senão participar das eleições? Entregar para o PT ou PSDB? Eu vou estar na luta de qualquer maneira” (BOLSONARO, 2018a).

Retomando os discursos de 1º de janeiro, a narrativa da realidade brasileira construída por Bolsonaro fica evidente quando fala em reformas e reestruturação do Brasil. Como, quando chama os congressistas para “ajudarem na missão de restaurar e de reerguer nossa Pátria, libertando-a, definitivamente, do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica” (BRASIL, 2019a). Mais adiante, diz que o projeto do governo é “unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um País livre das amarras ideológicas (BRASIL, 2019a)”. O político também constantemente menciona, indiretamente, governos anteriores, de esquerda e que são os inimigos internos da Nação, para construir essa realidade imoral e de crises.

A irresponsabilidade nos conduziu à maior crise ética, moral e econômica de nossa história. Hoje começamos um trabalho árduo para que o Brasil inicie um novo capítulo de sua história. Um capítulo no qual o Brasil será visto como um país forte, pujante, confiante e ousado. A política externa retomará o seu papel na defesa da soberania, na construção da grandeza e no fomento ao desenvolvimento do Brasil. (BRASIL..., 2019a).

Além disso, quando fala de seus planos futuros para o país, as menções vêm sempre acompanhadas da necessidade de acabar com o “viés ideológico”, que parece ser um espectro que pautava todas as relações políticas e econômicas brasileiras. “Precisamos criar um ciclo virtuoso para a economia que traga a confiança necessária para permitir abrir nossos mercados para o comércio internacional, estimulando a competição, a produtividade e a eficácia, sem o viés ideológico” (BRASIL, 2019a).

No discurso dirigido à população, no Palácio do Planalto, a ênfase é dada aos mesmos elementos retóricos. Um país que precisa se libertar de “amarras ideológicas”, da corrupção e da crise econômica.

É com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como Presidente do Brasil. E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto. (BRASIL..., 2019b).

Este cenário, já descrito em discursos anteriores, é reforçado na fala à população, no Palácio do Planalto. Mais adiante, Bolsonaro fala em “ideologias nefastas” que dividem os brasileiros, destoem valores, tradições e as famílias.

E convido a todos para iniciarmos um movimento nesse sentido. Podemos, eu, você e as nossas famílias, todos juntos, restabelecer padrões éticos e morais que transformarão nosso Brasil. A corrupção, os privilégios e as vantagens precisam acabar. Os favores politizados, partidarizados devem ficar no passado, para que o Governo e a economia sirvam de verdade a toda a Nação. Também é urgente acabar com a ideologia que defende bandidos e criminaliza policiais, que levou o Brasil a viver o aumento dos índices de violência e do poder do crime organizado, que tira vidas de inocentes, destrói famílias e leva a insegurança a todos os lugares. (BRASIL..., 2019b).

Cabe destacar que a agenda política de um “viés ideológico” que supostamente estaria permeando toda e qualquer relação político-social-econômica foi criada por Bolsonaro. Ele se utilizava e se utiliza dessa retórica para escapar de discussões sobre assuntos os quais ele não domina, e, de maneira mais perigosa ainda, para fomentar um cenário de caos e destruição para o país.

O conceito ideologia, objeto de discussão e de várias interpretações no campo das Ciências Humanas, é utilizado pelo político no sentido pejorativo do termo, como um conjunto ou estrutura de pensamento elaborado pela esquerda (comunistas, socialistas, etc) que está a serviço do mal, e, sobretudo, trabalha contra o Brasil. É a ideologia que “defende bandidos e criminaliza policiais, que levou o Brasil a viver o aumento dos índices de violência e do poder do crime organizado, que tira vidas de inocentes, destrói famílias e leva a insegurança a todos os lugares” (BOLSONARO, 2019b).

Por fim, Bolsonaro termina o discurso com seu tradicional bordão, “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”. Em seguida, retira uma bandeira do Brasil do bolso e declara “Essa é a nossa bandeira, que jamais será vermelha. Só será vermelha se for preciso o nosso sangue para mantê-la verde e amarela”.

3.3 BRASIL À BEIRA DO SOCIALISMO (DISCURSO NA ONU)

O último discurso analisado pela pesquisa é o feito por Bolsonaro em 24 de setembro de 2019, já há mais de meio ano no cargo de Presidente da República, na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque. Neste discurso, na ONU, Bolsonaro traz diversos elementos, que já foram elencados em pronunciamentos anteriores, da Doutrina da Segurança Nacional. A estratégia da DSN, de estabelecer um cenário de crises, corrupção e, principalmente, do país estar severamente ameaçado, em termos estrutura econômica e política, é reforçado pelo presidente. Ao descrever a forma como ele interpreta a realidade brasileira, de fragilidade e ameaça comunista/socialista, ataca os adversários políticos e os coloca em uma forte posição de inimigos da Nação. Diversas figuras públicas latino-americanas conhecidas por posicionamentos progressistas, socialistas, comunistas, ou à esquerda do espectro político, são atacadas por Bolsonaro, que abre a fala apresentando um Brasil que “ressurge depois de estar à beira do socialismo” (BOLSONARO, 2019c).

Meu país esteve muito próximo do socialismo, o que nos colocou numa situação de corrupção generalizada, grave recessão econômica, altas taxas de criminalidade e de ataques ininterruptos aos valores familiares e religiosos que formam nossas tradições. Em 2013, um acordo entre o governo petista e a ditadura cubana trouxe ao Brasil 10 mil médicos sem nenhuma comprovação profissional. Foram impedidos de trazer cônjuges e filhos, tiveram 75% de seus salários confiscados pelo regime e foram impedidos de usufruir de direitos fundamentais, como o de ir e vir. [...]

Antes mesmo de eu assumir o governo, quase 90% deles deixaram o Brasil, por ação unilateral do regime cubano. Os que decidiram ficar, se submeterão à qualificação médica para exercer sua profissão. Deste modo, nosso país deixou de contribuir com a ditadura cubana, não mais enviando para Havana 300 milhões de dólares todos os anos. A história nos mostra que, já nos anos 60, agentes cubanos foram enviados a diversos países para colaborar com a implementação de ditaduras. Há poucas décadas tentaram mudar o regime brasileiro e de outros países da América Latina. Foram derrotados! Civis e militares brasileiros foram mortos e outros tantos tiveram suas reputações destruídas, mas vencemos aquela guerra e resguardamos nossa liberdade. Na Venezuela, esses agentes do regime cubano, levados por Hugo Chávez, também chegaram e hoje são aproximadamente 60 mil, que controlam e interferem em todas as áreas da sociedade local, principalmente na Inteligência e na Defesa. [...]

A Venezuela, outrora um país pujante e democrático, hoje experimenta a crueldade do socialismo. [...]

O Brasil também sente os impactos da ditadura venezuelana. Dos mais de 4 milhões que fugiram do país, uma parte migrou para o Brasil, fugindo da fome e da violência. Temos feito a nossa parte para ajudá-los, através da Operação Acolhida, realizada pelo Exército Brasileiro e elogiada mundialmente. [...]

O Foro de São Paulo, organização criminoso criada em 1990 por Fidel Castro, Lula e Hugo Chávez para difundir e implementar o socialismo na América Latina, ainda continua vivo e tem que ser combatido. (BOLSONARO, 2019c)

É preciso nomear e determinar o inimigo da Nação, que é uma das condições de existência do projeto político, para justificar o mecanismo de atuação da DSN. Após atacar

políticos latino-americanos e relacioná-los com figuras da esquerda Brasileira, Bolsonaro volta a acusar os governos anteriores, petistas, de serem corruptos e de tentarem “transformar” o país em socialista. Ainda, se utiliza de uma estratégia retórica que acaba por criar representações identitárias da esquerda, ao dizer que “Meu país esteve muito próximo do socialismo, o que nos colocou numa situação de corrupção generalizada, grave recessão econômica, altas taxas de criminalidade e de ataques ininterruptos aos valores familiares e religiosos que formam nossas tradições” (BOLSONARO, 2019c). Ou seja, o fato do país, supostamente, estar à beira do socialismo/comunismo, automaticamente leva ao cenário de recessão econômica, alta criminalidade, entre demais elementos citados. Essa relação direta entre esquerda e a descrição de um cenário caótico pretende endossar uma representação extremamente negativa desse conjunto de correntes de pensamento, mas, pior, recorre a uma retórica de que é preciso ser contra a esquerda para que tais problemas se resolvam, ou se apenas governos de esquerda são responsáveis por tal cenário.

Mais adiante, quando se refere ao regime político cubano como uma ditadura, ressalta em seu discurso uma das principais características da Doutrina da Segurança Nacional: a noção de guerra. “Há poucas décadas tentaram mudar o regime brasileiro e de outros países da América Latina. Foram derrotados! Civis e militares brasileiros foram mortos e outros tantos tiveram suas reputações destruídas, mas vencemos aquela guerra e resguardamos nossa liberdade” (BOLSONARO, 2019c). Aqui, Bolsonaro se refere à ditadura militar em um tom negacionista, ao falar em derrota, como se estivesse prestes a estourar uma guerra civil no país, o que foi extensamente negado pela historiografia brasileira. Tal ideia de “derrotados” aparece em outro discurso de Bolsonaro, que não faz parte do corpus de análise, mas é mencionado nesta pesquisa em tom de contextualização do político. Ainda deputado, na sessão em que os deputados votaram o prosseguimento do processo impeachment contra a ex-presidenta Dilma Rousseff, em 17 de abril de 2016, o político disse: “perderam em 64. Perderam agora em 2016.” (BOLSONARO, 2019c), uma referência direta a noção de guerra, de vencedores e vencidos.

Após falar sobre as relações envolvendo a floresta Amazônica, a agricultura, meio ambiente e os direitos indígenas, o presidente volta o direcionamento do discurso para o inimigo.

O Brasil reafirma seu compromisso intransigente com os mais altos padrões de direitos humanos, com a defesa da democracia e da liberdade, de expressão, religiosa e de imprensa. É um compromisso que caminha junto com o combate à corrupção e à criminalidade, demandas urgentes da sociedade brasileira. Seguiremos contribuindo, dentro e fora das Nações Unidas, para a construção de um mundo onde não haja impunidade, esconderijo ou abrigo para criminosos e corruptos. Em meu governo, o

terrorista italiano Cesare Battisti fugiu do Brasil, foi preso na Bolívia e extraditado para a Itália. Outros três terroristas paraguaios e um chileno, que viviam no Brasil como refugiados políticos, também foram devolvidos a seus países. Terroristas sob o disfarce de perseguidos políticos não mais encontrarão refúgio no Brasil. Há pouco, presidentes socialistas que me antecederam desviaram centenas de bilhões de dólares comprando parte da mídia e do parlamento, tudo por um projeto de poder absoluto. Foram julgados e punidos graças ao patriotismo, perseverança e coragem de um juiz que é símbolo no meu país, o Dr. Sérgio Moro, nosso atual Ministro da Justiça e Segurança Pública. (BOLSONARO, 2019c).

É justamente porque não há projeto político nacionalista da Doutrina de Segurança Nacional sem inimigo a combater, que existe uma reiterada menção à esquerda, aos comunistas e aos subversivos da ordem. Não há como justificar um projeto calcado na ideologia da Segurança Nacional sem alguém para confrontar, para atacar. É preciso que exista o outro e que esse outro seja o inimigo e não o adversário político.

Na sequência do discurso na ONU, Bolsonaro ainda fala sobre índices de criminalidade, de policiais assassinados, afirma que existe perseguição religiosa no Brasil. Aborda aspectos de relações internacionais e finaliza, retornando ao tema da ideologia e da devastação do país.

Durante as últimas décadas, nos deixamos seduzir, sem perceber, por sistemas ideológicos de pensamento que não buscavam a verdade, mas o poder absoluto. A ideologia se instalou no terreno da cultura, da educação e da mídia, dominando meios de comunicação, universidades e escolas. A ideologia invadiu nossos lares para investir contra a célula mater de qualquer sociedade saudável, a família. Tentam ainda destruir a inocência de nossas crianças, pervertendo até mesmo sua identidade mais básica e elementar, a biológica. O politicamente correto passou a dominar o debate público para expulsar a racionalidade e substituí-la pela manipulação, pela repetição de clichês e pelas palavras de ordem. A ideologia invadiu a própria alma humana para dela expulsar Deus e a dignidade com que Ele nos revestiu. E, com esses métodos, essa ideologia sempre deixou um rastro de morte, ignorância e miséria por onde passou. Sou prova viva disso. Fui covardemente esfaqueado por um militante de esquerda e só sobrevivi por um milagre de Deus. Mais uma vez agradeço a Deus pela minha vida. A ONU pode ajudar a derrotar o ambiente materialista e ideológico que compromete alguns princípios básicos da dignidade humana. Essa organização foi criada para promover a paz entre nações soberanas e o progresso social com liberdade, conforme o preâmbulo de sua Carta. Nas questões do clima, da democracia, dos direitos humanos, da igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres, e em tantas outras, tudo o que precisamos é isto: contemplar a verdade, seguindo João 8,32: - “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”. (BOLSONARO, 2019c).

Fica mais uma vez evidente, pela repetição no discurso, a descrição e criação de um cenário de devastação e enfraquecimento da Nação. Em muitas ocasiões, Bolsonaro não coloca em termos “comunismo” para descrever e representar o cenário de caos, mas utiliza outras palavras, que pelo contexto dos enunciados, estão interligadas. Fala em socialismo e, principalmente em ideologia. Para completar, após atribuir a culpa a esse conjunto de elementos por invadir “nossos lares para investir contra a célula mater de qualquer sociedade saudável, a

família” (BOLSONARO, 2019c), Bolsonaro reforça a convicção de que ele é o salvador da Pátria ao relembrar o episódio da facada e de que é um milagre ele estar vivo.

Até o momento, foram descritos e interpretados os enunciados a que se propôs a pesquisa. A partir de agora, nesta etapa final, os elementos serão sistematizados a partir das formações discursivas e ideológicas identificadas pela pesquisa.

3.4 OS ELEMENTOS DA FORMAÇÃO IDEOLÓGICA DA DSN

A análise do discurso de corrente pecheutiana prevê o discurso a partir de três ‘fases’ (enunciados > formação discursiva > formação ideológica). Os enunciados são ditos a partir de uma formação discursiva, que por sua vez se relaciona com a formação ideológica. A formação ideológica é um conjunto de representações que corresponde a uma forma de organização social de um determinado momento histórico. A partir dessa estrutura, a formação discursiva “se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2015, p. 41). O que a teórica dos estudos da linguagem coloca é que as palavras, textos, discursos, não tem um significado por si, mas são carregadas de sentido a partir das formações discursivas em que estão inseridas, que por sua vez dialogam com a formação ideológica, que é o contexto sócio-histórico de maneira mais ampla.

O que fizemos nesta pesquisa foi introduzir primeiro a formação ideológica, a partir da tradição essencialista do nacionalismo e da Doutrina da Segurança Nacional (DSN), para depois apresentar os enunciados e como estes significam dentro desta formação ideológica, mediados pelas formações discursivas (FD). A pesquisa trabalhou com quatro formações discursivas identificadas que atribuem significados aos enunciados e se conectam com a formação ideológica.

A primeira FD é o argumento, oriundo da DSN, de que há um inimigo interno que precisa ser combatido e eliminado. Esse inimigo é criado, descrito e constantemente estigmatizado dentro do projeto político da Doutrina da Segurança Nacional. Ouvir e ler o que diz Jair Bolsonaro sobre socialismo, comunismo, esquerda e o Partido dos Trabalhadores, sem levar em consideração tal formação discursiva não tem o mesmo significado. Os discursos, por si, como aponta Orlandi (2015), não se significam. Ou seja, não há como colocar esse conjunto de atores (subversivos da ordem) como inimigos internos da Nação sem levar em consideração esse conjunto de representações da FD e, inseridos nesta formação ideológica.

Este aspecto é identificado quando Bolsonaro diz, por exemplo, que: “Meu país esteve muito próximo do socialismo, o que nos colocou numa situação de corrupção generalizada, grave recessão econômica, altas taxas de criminalidade e de ataques ininterruptos aos valores familiares e religiosos que formam nossas tradições” (BOLSONARO, 2019c). Ou no discurso de posse, “me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto” (BOLSONARO, 2019c).

A segunda FD, que trabalha em conexão com a noção de inimigo interno, é a descrição de um cenário marcado pelo caos, pela degradação moral e pela crise econômica e política. De igual modo, é vazio pensar nas descrições do Brasil como uma nação afundada em corrupção, e “à beira do socialismo”, como o capitão Jair Bolsonaro descreve, sem que se leve em consideração a estratégia argumentativa que era utilizada por militares adeptos da DSN no início da década de 1960 e que deu origem à ditadura militar. Essa conexão é realçada especialmente quando o político diz “Será que não está muito parecido com aquela época?” e indaga “Quem nos salvará?”.

Há, ainda, a formação discursiva de defesa da Nação, que está relacionada com a identificação do inimigo interno e da representação da realidade por meio de um cenário de caos. Em virtude desses dois elementos, a Pátria precisa ser resgatada das “mãos subversivas da ordem”. Essa argumentação, de defesa da Nação, se sobressai, principalmente durante a campanha eleitoral, nos momentos em que Bolsonaro menciona o atentado que sofreu e se coloca na posição de herói e salvador do Brasil. Especialmente porque descreve quem o atacou como inimigo da Pátria.

Essa formação discursiva está diretamente relacionada com a última formação discursiva, que é a representação da identidade militar. Este aspecto não é citado pelos teóricos da Doutrina da Segurança Nacional como um elemento característico da ideologia, mas foi agregado na pesquisa como um elemento que dialoga com as demais formações discursivas.

Apoiado na pesquisa de Castro, que descreveu como os militares se representavam, em termos de identidade social, como um grupo distinto do “mundo civil”, foi possível identificar e interpretar diversos enunciados de Bolsonaro. Sempre que falou sobre sua vida política e sobre corrupção, se utilizou dessa retórica, como se o fato de ser militar automaticamente o colocasse em uma espécie de alheamento em relação a esse mundo político.

Todas essas formações discursivas que permitem interpretar os enunciados de Bolsonaro estão inseridas e dialogam com a formação ideológica, que é a estrutura de pensamento da Doutrina da Segurança Nacional e, além disso, a compreensão da Nação, dentro

da corrente essencialista, como um aspecto natural, ancestral, que estabelece identidade e que cujos hábitos e tradições precisam ser preservados para a posterioridade.

3.5 O DISCURSO SOBRE O OUTRO (OU INIMIGO)

As relações entre identidade e diferença são sobre hierarquias, disputas e sobre os movimentos de inclusão, exclusão, normatização, classificação e definição de fronteiras. Ainda que seja comum estabelecer divisão e procurar linhas divisórias que determinem o campo do ‘nós’ e do ‘eles’, como aponta a literatura das identidades sociais e culturais da segunda metade do século XX e início do XXI, há uma diferença fundamental entre se distanciar do outro e, por outro lado, defini-lo como inimigo e, por isso, alguém que precisa ser eliminado.

Se socialmente as ações excludentes já são problemáticas no sentido em que, além de hierarquia e relações de poder, implicam uma série de consequências e restrições aos indivíduos, a definição do outro como inimigo chega ao inaceitável, uma vez que tal discurso mobiliza um grupo em prol da eliminação de uma ideia ou de um grupo que é adepto àquela ideia. A noção de inimigo não só é antidemocrática como é um princípio de guerra e é um elemento fundamental da Doutrina da Segurança Nacional e de outras formas de governo autoritário, como o fascismo, por exemplo.

O modo como Jair Bolsonaro se refere ao outro é sempre como um inimigo, ou melhor, inimigo interno da Nação. Essa característica, do inimigo, pode ser observada não apenas quando faz menções diretas aos que deveriam ser adversários políticos, como Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva, Maria do Rosário, entre outros. O elemento do inimigo interno perpassa e dialoga com todas as demais formações discursivas. É ancorada na ideia de inimigo interno que se descreve um cenário de caos, crise econômica, degradação moral e corrupção generalizada. A ideia de inimigo também está atrelada à noção de que a Nação precisa ser salva. Se ela precisa ser salva, automaticamente há alguém a ameaçando, tentando destruí-la e esse alguém só pode ser inimigo. É o que pode ser compreendido quando Bolsonaro fala, por exemplo, que o país esteve “muito próximo do socialismo” e que essa condição – socialismo – colocou o país em uma situação de “corrupção generalizada, grave recessão econômica, altas taxas de criminalidade e de ataques ininterruptos aos valores familiares e religiosos que formam nossas tradições”.

Ainda, a Doutrina da Segurança Nacional só tem razão de existir porque há um inimigo interno para combater e ele é o comunismo (VALDÉS, 1980). No caso brasileiro, em específico, vale ressaltar que a definição de comunista ou de subversivo era ampla, justamente porque

poder-se-ia, dessa forma, abranger diversos grupos e entidades, desde membros do Partido Comunista Brasileiro até movimentos da juventude cristã.

Ainda, a noção de inimigo está intrinsecamente relacionada com a noção da formação identitária do militar. Woodward (2014) diz que está se produzindo identidade a partir do momento em que se estabelece um sistema categórico em que é possível separar qual é o ‘nosso’ lugar e qual é o ‘deles’. Neste processo de determinar a diferença, cria-se um campo de autorreferenciação, ou seja, de atribuição de características, valores, entre outras categorias, que vão trabalhar em prol desse afastamento dos grupos. Quando a pesquisa antropológica de Castro (1990) aponta que os militares se viam como um grupo distinto do mundo civil e que o ‘espírito militar’ representa a forma correta de viver, é a engrenagem dessa produção identitária está em funcionamento. Os cadetes da AMAN, que participaram do estudo, demonstram que ingressaram no corpo do Exército e aprenderam lá que existe uma diferenciação entre o mundo militar e os ‘paisanos’ – forma pejorativa de se referir aos civis. Mais do que isso, existe um conjunto de valores e respeito às hierarquias que é ensinado como um atributo moral e idôneo que os distingue dos ‘civis’.

A comparação ‘aqui dentro’ em contraposição ao ‘lá fora’, feita pelos militares (CASTRO, 1990), também vem permeada de um entendimento essencialista da identidade, em especial aquele relacionado ao nacionalismo. Isso significa que a identidade coletiva, para além de suas produções e disputas, vem carregada de noções de tempo ligadas à ideia da continuidade e da manutenção das tradições. Dentro dessa lógica opera a ideia do ser militar, não como uma profissão, mas como uma identidade ou modo de ser, cujo principal atributo é a defesa da Nação. Essa compreensão das identidades dialoga ainda com o culto a heróis e mitos nacionais.

Feita a descrição, interpretação e identificação dos discursos de Bolsonaro a partir do método da AD, chega ao fim esta pesquisa, que conseguiu evidenciar a alteridade, ou seja, a maneira como o discurso identifica o outro e as suas implicações. A condição do outro como inimigo ficou perceptível em todos os cinco enunciados estudados. Ainda, a noção de inimigo orientou toda a análise da pesquisa, uma vez que tal formação discursiva perpassa as demais construções e representações, que são: as características atreladas à noção de identidade ou espírito militar; a definição de um cenário no qual o país sucumbe às forças comunistas (esquerdistas); e, por último, a ideia de que, em função desse contexto, o país precisa ser salvo, noção que aparece junto à idealização de que um homem, transformado em herói, deve fazê-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo estudar e identificar, por meio da análise de discurso, o conjunto de representações e significações em relação ao outro (alteridade) nas falas do político e militar Jair Bolsonaro, uma figura da extrema-direita brasileira. Para isso, o trabalho dialogou, a partir da interdisciplinaridade, com conceitos de nacionalismo, tradições e identidades, no capítulo 1. O objetivo foi não apenas apresentar um panorama dos estudos da área, mas mostrar dicotomias em termos de entendimentos e como funcionam as disputas identitárias e suas relações de poder. Entre as compreensões, está o essencialismo do nacionalismo, que enxerga o movimento e a identidade nacional como algo fixo, natural, com um apelo ancestral. Do outro lado, está a noção de que o nacionalismo e as tradições são invenções, construções, narrativas imaginadas, que surgem no início da modernidade, atrelados a formação dos estados. Ainda, essa compreensão e suas modificações ao longo do século XX são exploradas sob a ótica de novos acontecimentos sociais, como a globalização e o surgimento de novas identidades, estas não atreladas ao apelo nacional. Com isso, o diálogo avança sobre as identidades e a produção da diferença, ou sobre os movimentos e engrenagens entre o ‘nós’ e ‘eles’.

Essa estrutura teórica do nacionalismo e das identidades ajudou a fundamentar os mecanismos e elementos característicos da Doutrina de Segurança Nacional. A doutrina teve forte influência entre os militares durante o período das ditaduras latino-americanas, em especial a brasileira, ainda que não fosse unanimidade na instituição. Em um momento de polarização causada pela Guerra Fria, o comunismo representava uma forte ameaça aos Estados Unidos e aos países capitalistas. Essa forte inclinação anticomunista, que pode se dizer, era um medo real do período, está no bojo do pensamento orientado pela DSN. Os militares brasileiros que usurparam do Estado, por meio de um golpe civil-militar, em 31 de março de 1964, foram influenciados pela doutrina. Assim como foram influenciados pela doutrina os cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras – formação de Bolsonaro – e o corpo de integrantes do Exército, de modo geral.

A DSN, cuja origem não é unanimidade entre os autores, tinha como condição de existência, a noção de inimigo interno, mais precisamente, a figura do comunista como agente que visava destruir a Nação. Sem inimigo, não há perigo, logo a Nação não precisa ser salva. Ou seja, a construção do inimigo é que possibilita um projeto político como a DSN. O mesmo pode-se dizer da retórica de Jair Bolsonaro. O “projeto político” do capitão reformado só existe porque ele se sustenta nas figuras inimigas que ele cria. O político não apenas traz essa

significação sobre o outro – que é de inimigo e, portanto, alguém que precisa ser combatido e eliminado –, como só existe enquanto projeto em virtude desse outro.

Porém é necessário que se tenha muito cuidado ao se deparar com retóricas deste gênero, que criam e se suportam na lógica do inimigo, porque, a exemplo da DSN, elas, em geral, não abrem brecha para o contraditório. Isso significa que tudo que se opõe às ações e ideias políticas são atos de agressão a eles, neste caso Bolsonaro, e à Nação. Mais perigoso ainda é que quem destoa desse modelo conservador de pensamento não é digno de ser considerado o “povo” e, conseqüentemente, destituído de humanidade. Ainda, é necessário ressaltar que essa lógica, que não abre espaço para o diferente e não busca o debate de ideias, não é democrática. Essa é inclusive uma das características da DSN descrita por Valdés (1980), junto com o repúdio à esquerda e a liderança militar.

A partir de uma formação militar, ou seja, orientada pelo princípio de guerra, não é difícil compreender porque a ideia de inimigo orienta toda a condição de existência da Doutrina. Como já exposto aqui, isso significa que, sem o inimigo interno da Nação, figura a ser combatida, não há justificativa para a representação de um cenário ‘caótico’, de degradação moral, corrupção generalizada, anseios nacionais, entre outros elementos descritos pelos negacionistas/revisionistas que afirmam categoricamente que não houve golpe militar no Brasil. O inimigo interno orienta também a retórica sobre a necessidade de se salvar o país que estaria em tais condições.

Esse conjunto de características, descritas no segundo capítulo dessa dissertação, estiveram em diálogo com as ideias de identidade e formação militar e com a trajetória de Jair Bolsonaro no Exército e na Câmara dos Deputados. Tais elementos foram abordados e interpretados no capítulo 3, a partir dos enunciados de Bolsonaro. No primeiro momento da análise, buscou-se a descrição e diálogo entre os discursos e os elementos da DSN para, a partir dessa construção, fazer a identificação das formações discursivas que compõem a formação ideológica de Bolsonaro.

Após essa etapa, foi possível abordar novamente às questões ligadas à formação identitária e a relação que Bolsonaro estabelece, no discurso, com o outro. Ficou evidente na pesquisa que a compreensão de Bolsonaro com o outro é baseada na noção de inimigo, ou seja, do grupo cuja ideia ou existência deve ser eliminada.

A partir do método proposto, qual seja a análise do discurso, o trabalho seguiu pelo rumo de dialogar com a formação ideológica e com as formações discursivas. Por esse motivo, a estrutura foi composta, primeiro, pelo embasamento teórico e desenvolvimento das ideias da Doutrina de Segurança Nacional, base de formação ideológica, para descrever seus elementos

e posteriormente interpretar as falas de Jair Bolsonaro em relação às características da DSN para verificar se havia compatibilidade. Nos cinco enunciados abordados foi possível encontrar, reiteradamente, elementos da DSN. Sem esses elementos, não haveria base de análise.

Fazer um estudo e analisar a figura do outro como inimigo, e seus desdobramentos, nos enunciados de Jair Bolsonaro – político de longa data no congresso federal e que a partir de 2014 passou a virar fenômeno, também conhecido como ‘mito’ entre os grupos de extrema-direita, chegando à cadeira de Presidente da República nas eleições de 2018 – é fundamental no sentido em que as Ciências Humanas, no âmbito da interdisciplinaridade, precisam se debruçar sobre a temática das direitas brasileiras.

A relevância do estudo também se deve as questões referentes à memória e ao esquecimento de acontecimentos da história do Brasil, que neste caso estão relacionados à ditadura militar. A retórica de Bolsonaro, de onde destacam-se elementos da Doutrina da Segurança Nacional e por isso um ódio pelo outro (que neste caso é o comunismo, em um espectro amplo de significação), adota por si um tom negacionista do passado. Ao fazer esse movimento, acaba trazendo para o presente uma memória coletiva que em muito diverge do que realmente aconteceu. Além dessa retórica e dessa evocação do passado da ditadura, pelas lentes dos militares, ser um desrespeito com a memória das vítimas e dos familiares dos mortos, desaparecidos e torturados, o perigo de tal discurso consiste em uma normatização da violência e de governos autoritários.

Não era objetivo desta dissertação adentrar em tal assunto, mas parece pertinente, neste momento, fazer algumas considerações sobre o fantasma do comunismo. Assim como em 1964 o país não estava à beira do comunismo, em 2016 – quando a ex-presidenta Dilma Rousseff sofreu um golpe – e em 2018, quando Bolsonaro se utilizou desta retórica, se destacou no cenário político e conseguiu se eleger presidente da República, o país não estava prestes a se tornar socialista ou comunista.

Essa contextualização não tem a pretensão de dizer que Bolsonaro se elegeu somente por esse discurso, já que a análise social dos fatores que levaram à vitória de Bolsonaro é complexa e merecem atenção devida em outras pesquisas. O objetivo ao se dizer isso é para frisar que esse fantasma, que já aterrorizou as classes brasileiras em outras ocasiões no século XX, pode e deve ter influenciado na vitória de Bolsonaro nas urnas, dado o clima de ódio antipetista que se constatava na segunda metade de 2018. Essa construção, do anticomunismo, no passado, desembocou em uma ditadura militar de 21 anos. O que se quer, com essas observações, é chamar a atenção já que os discursos que retratam o outro como inimigo e que

não respeitam a pluralidade de formas de pensar, ser e estar no mundo são extremamente danosos à humanidade.

Ao chegar nestas linhas finais da dissertação, cabe ainda fazer um registro sobre os dias que vivemos. Em 26 de fevereiro de 2020, o Brasil registrou o primeiro caso do novo coronavírus (Sars-Cov-2 ou Covid-19). Aquela ocasião, a Organização Mundial da Saúde (OMS) ainda não havia declarado pandemia da doença. A primeira morte por Covid-19 no Brasil seria anunciada dias depois do anúncio da OMS, em 17 de março. Na segunda quinzena de junho, o país já havia ultrapassado 1 milhão de casos e mais de 50 mil mortes. Deste o primeiro óbito, o presidente Bolsonaro já ironizou a doença, criou intrigas com o ministro da Saúde, Henrique Mandetta, que foi substituído, e disse as seguintes frases: em 15 de março “Não podemos entrar em uma neurose como se fosse o fim do mundo. Outros vírus mais perigosos aconteceram no passado e não tivemos essa crise toda. Com toda certeza há um interesse econômico nisso tudo para que se chegue a essa histeria” (TAJRA, 2020); em 20 de março “Depois da facada, não vai ser gripezinha que vai me derrubar, não, tá ok? Se o médico ou o Ministério da Saúde recomendar um novo exame, eu farei. Caso contrário, me comportarei como qualquer um de vocês aqui presentes” (TAJRA, 2020); em 12 de abril “Parece que está começando a ir embora essa questão do vírus, mas está chegando e batendo forte a questão do desemprego (TAJRA, 2020); em 20 de abril, ao ser questionado por um jornalista sobre os números da doença, “Ô, ô, ô, cara. Quem fala de... eu não sou coveiro, tá? (TAJRA, 2020); e, em 28 de abril, quando o país registrou mais de 5 mil mortes e ultrapassou a China, ao ser indagado sobre os indicadores “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre” (TAJRA, 2020).

São dias de incerteza, ansiedade e pavor que assolam o povo brasileiro, em função da peste, e de suas consequências, mas principalmente de insegurança causada pelas declarações de Bolsonaro, que chegou a ser suspeito de estar infectado, fez os testes, mas negou torná-los públicos. Nesse tempo, ao invés de propor medidas contra o vírus, esteve preocupado em fazer aglomerações e incitar manifestações antidemocráticas, contra os poderes legislativo e judiciário. Este relato foi feito para que essa denúncia fique registrada à história e aos próximos pesquisadores, que virão a estudar a peste e o autoritarismo brasileiro. A nós, neste momento, resta cuidar dos nossos, ser resistência e repetir quantas vezes for necessário: ditadura militar nunca mais!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. O marxismo frente a nações e nacionalismos. **Anais do 37º Encontro Anual da Anpocs**, São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/37-encontro-anual-da-anpocs/st/st11/8453-o-marxismo-frente-a-nacoes-e-nacionalismos/file>>. Acesso em: 02 set. 2019.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1984.
- AMAN, Academia Militar das Agulhas Negras. Disponível em: <<http://www.aman.eb.mil.br/>>. Acesso em: 04 nov. 2019.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo. Companhia das Letras, 2008.
- ARAUJO, Valdei Lopes de; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Vozes sobre Bolsonaro: esquerda e direita em tempo atualista. In____. ARAUJO, Valdei Lopes de; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria (Org.). **Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro**. Vitória: Editora Milfontes, 2020.
- ARAUJO, Valdei Lopes de; KLEM, Bruna Stutz; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. O tempo presente e os desafios de uma historiografia (in)atual. In____. ARAUJO, Valdei Lopes de; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria (Org.). **Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro**. Vitória: Editora Milfontes, 2020.
- BAUER, Caroline Silveira. **Avenida João Pessoa, 2050 - 3o. andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)**. Dissertação (Mestrado em História) - UFRGS, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7422/000543916.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 04 jul. 2019.
- BAUER, Caroline Silveira. Usos do passado da ditadura brasileira em manifestações públicas de Jair Bolsonaro. In____. ARAUJO, Valdei Lopes de; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria (Org.). **Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro**. Vitória: Editora Milfontes, 2020.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BENTIVOGLIO, Julio; BRITO, Thiago Vieira de. Bolsonaro e a crise da Nova República: a política como conspiração. In____. ARAUJO, Valdei Lopes de; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria (Org.). **Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro**. Vitória: Editora Milfontes, 2020.
- BOLSONARO, Jair Messias. **Discurso na Câmara dos Deputados durante a Sessão deliberativa da votação do pedido de Impeachment de Dilma Rousseff** [17 abr. 2016]. Brasília: 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/V-u2jD7W3yU>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

BOLSONARO, Jair Messias. **Jair Messias Bolsonaro**: depoimento [30 jul. 2017]. Entrevistadores: Ricardo Lessa; Daniela Lima; Thaís Oyama; Maria Cristina Fernandes; Leonencio Nossa; Bernardo Mello Franco. São Paulo: TV Cultura, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IDL59dkeTi0>>. Acesso em: 10 abr. 2020. Entrevista concedida ao Programa Roda Viva da TV Cultura.

BOLSONARO, Jair Messias. **Jair Messias Bolsonaro**: depoimento [30 jul. 2018]. Entrevistadores: Ricardo Lessa; Daniela Lima; Thaís Oyama; Maria Cristina Fernandes; Leonencio Nossa; Bernardo Mello Franco. São Paulo: TV Cultura, 2018a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IDL59dkeTi0>>. Acesso em: 10 abr. 2020. Entrevista concedida ao Programa Roda Viva da TV Cultura.

BOLSONARO, Jair Messias. **Jair Messias Bolsonaro**: depoimento [28 ago. 2018]. Entrevistadores: William Bonner; Renata Vasconcellos. Rio de Janeiro: TV Globo, 2018b. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6980200/>>. Acesso em: 25 abr. 2020. Entrevista concedida ao Jornal Nacional da TV Globo.

BRASIL, Presidência da República. **Serviço Nacional de Informação**. Informe B1C ACE 58363/86. Data: 11 de setembro de 1986. Confidencial. 3 folhas. Arquivo Nacional.

BRASIL. Presidente (2019-2023: Jair Messias Bolsonaro) **Discurso durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional**. Brasília, 01 jan. 2019a. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/19887-discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional-brasilia-1-de-janeiro-de-2019>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

BRASIL. Presidente (2019-2023: Jair Messias Bolsonaro) **Discurso durante Cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial**. Brasília, 01 jan. 2019b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/19899-discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial-brasilia-1-de-janeiro-de-2019>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

BRASIL. Presidente (2019-2023: Jair Messias Bolsonaro) **Discurso na abertura da 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas**. Nova York, 24 set. 2019c. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/20890-discurso-do-presidente-jair-bolsonaro-na-abertura-da-74-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-24-de-setembro-de-2019>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento**: os campos de concentração na Argentina. São Paulo: Boitempo, 2013.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **O cadete e o capitão: a vida de Jair Bolsonaro no quartel**. São Paulo: Todavia, 2019.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002.

CASTRO, Celso. **O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1990.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

CORONEL Ubiratan deve perder a imunidade. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 03 out. 1997. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/10/03/cotidiano/50.html>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

CURTO, Diogo Ramada; JERÓNIMO, Miguel Bandeira; DOMINGOS, Nuno. Nações e nacionalismos (a teoria, a história, a moral). **Tempo Social**, v. 24, n. 2, p. 33-58, 1 nov. 2012.

DIBAI, Priscilla Cabral. **A Direita radical no Brasil pós-redemocratização: o caso de Jair Bolsonaro**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

FRIGO, Diosana. **Circulação de sentidos e a memória da ditadura civil-militar no acontecimento o "Voto de Jair Bolsonaro" no impeachment de Dilma Rousseff**. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

GALVÃO, Luíza Lopes. **A nova direita brasileira chega ao Palácio do Planalto: uma análise do fenômeno e seus paralelos com a Alternative Right**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

GELLNER, Ernest. **Nations and nationalism**. Oxford (UK): Basil Blackwell, 1993.

GILROY, Paul. **Entre Campos: Nações, Culturas e o Fascínio da Raça**. São Paulo: Annablume, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019. 12ª edição. 2ª reimpressão.

HOBBSBAWM, Eric. A invenção das tradições; A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. In: _____. **A Invenção das Tradições**. 12ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

HOBBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismos desde 1780: Programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2013.

JARDIM PINTO, Céli Regina. **A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013- 2015)** Lua Nova, núm. 100, enero-abril, pp. 119-155. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea São Paulo, 2017.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional: Algumas considerações sobre a historiografia. **Tempo e Argumento: Revista de História do Tempo Presente**, [s. l.], v. 5, ed. 10, 2013.

MENESES, Sônia. Bolsonarismo: um problema “de verdade” para a história. In____. ARAUJO, Valdei Lopes de; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria (Org.). **Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro**. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

MONTEIRO, Maria Carmina; SOUZA, Márcia de; SILVA, Fabricio Pereira da. **Jair Messias Bolsonaro**. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2019. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jair-messias-bolsonaro>>. Acesso em: 25 out. 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história no olho do furacão. In____. ARAUJO, Valdei Lopes de; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria (Org.). **Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro**. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. **Globalização: notas sobre um conceito controverso**. [S. l.: s. n.]. 2006.

RENAN, Ernest. Que é uma nação? **Plural: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4. n. 1, 1997.

ROESLER, Carlos Eduardo Noronha. **Nacionalismo, Tradição e Modernidade**. 2008. 87 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-26012009-113242/publico/DISSERTACAO_CARLOS_EDUARDO_NORONHA_ROESLER.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2020.

ROSA, Pablo Ornelas (Org.). **Fascismo Tropical: uma cibercartografia das novíssimas direitas brasileiras**. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

ROUQUIÉ, Alain. Os militares na política latino-americana após 1930. In: BETHELL, Leslie. **A América Latina após 1930: estado e política**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

SASSINE, Vinicius. O BOLETIM DE BOLSONARO NAS ESCOLAS MILITARES QUE FREQUENTOU NOS ANOS 70 E 80. **Revista Época**, [S. l.], 19 nov. 2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/o-boletim-de-bolsonaro-nas-escolas-militares-que-frequentou-nos-anos-70-80-23243285>. Acesso em: 25 out. 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 15ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”**. 1. ed. Porto Alegre: L&PM, 2018.

TAJRA, Alex. Todos nós vamos morrer um dia: veja falas de Bolsonaro sobre o coronavírus. **UOL Notícias**. São Paulo, 01 mai. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/01/todos-nos-vamos-morrer-um-dia-as-frases-de-bolsonaro-durante-a-pandemia.htm>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

TAVARES, Joelmir. Bolsonaro lidera influência nas redes sociais, aponta pesquisa. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 25 nov. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/11/1938138-bolsonaro-lidera-influencia-nas-redes-sociais-aponta-pesquisa.shtml>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação em massa**. 9. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VALDÉS, Jorge A. Tapia. **El terrorismo de estado: la doutrina de Seguridad Nacional enelcono sul**. México: Editorial Nueva Imagem, 1980.

VOTAÇÃO do impeachment: veja como foi o voto de Jair Bolsonaro. **Globo**. Data: 28 de junho de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/videos/v/votacao-do-impeachment-veja-como-foi-o-voto-de-jair-bolsonaro/5125877/>>. Acesso em: 04 nov. 2019.

WOODWART, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 15ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.